

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

VANESSA KRAHENBUHL DIAS

PROFESSORES DE ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL:

ADOECIMENTO E READAPTAÇÃO

CAMPINAS

2011

VANESSA KRAHENBUHL DIAS

**PROFESSORES DE ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL:
ADOECIMENTO E READAPTAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dr. Aparecida Neri de Souza

2º leitor: Prof. Dr. José Roberto Heloani

**Campinas
2011**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
Rosemary Passos – CRB-8^a/5751

D543p	<p>Dias, Vanessa Krahenbuhl. Professores de Escola Pública Municipal: adoecimento e readaptação / Vanessa Krahenbuhl Dias. – Campinas, SP: [s.n.], 2011.</p> <p>Orientador: Aparecida Neri de Souza. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.</p> <p>1. Professores – Condições de trabalho. 2. Ensino fundamental. 3. Doenças profissionais. 4. Saúde e trabalho. I. Souza, Aparecida Neri de. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">11-125-BFE</p>
-------	---

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas queridas que estiveram comigo nessa caminhada da graduação e do TCC: Ao meu marido Diego, meu pai Junior, meus sogros, à minha irmã e cunhados, e, especialmente, à minha mãe Sílvia, que me encorajou, investiu e me mostrou que eu poderia cursar uma Universidade Pública.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Jesus Cristo, meu Deus, que sempre esteve e estará comigo, me protegendo, guiando e abençoando em todos os momentos de minha vida.

Aos meus pais, Junior e Sílvia, que com muito amor sempre me apoiaram, educaram e se dedicaram para que eu pudesse ter uma vida feliz e com oportunidades para continuar a conduzi-la dessa maneira.

Ao meu marido, Diego, que preenche meu coração de amor e me dá segurança e esperanças para sonhar com uma vida melhor a cada dia.

À minha irmã, Tathyane, pela companhia, amor e paciência.

Aos meus sogros, Shirley e Moacir, que me acolheram como filha e assim cuidam de mim todos os dias.

A todos os professores e professoras que contribuíram para a minha formação especialmente, à professora Dr.^a Aparecida Neri de Souza, pela dedicação e sabedoria com a qual orientou este trabalho, sendo sensível às situações adversas, agindo e me encorajando para tornar o sonho da graduação realidade. Ao professor Dr. Heloani, que atenciosamente aceitou o convite para contribuir com a finalização deste trabalho como segundo leitor.

Aos professores, dirigentes e funcionários da EMEF observada que me acolheram carinhosamente, durante o trabalho de campo. Assim também, como ao Marionaldo e a Cláudia do Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de Campinas, à Sílvia da CGP/DEPE, ao psicólogo do DPSS e às funcionárias da NAED Sudoeste que contribuíram para a produção deste TCC.

Aos amigos presentes durante essa caminhada da graduação, Crislaine, Gláucia, Priscila, Márcia e àqueles distantes também que de alguma forma influenciaram e fizeram parte da minha vida e formação pessoal.

Muito obrigada!

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar as relações entre doença e trabalho de professores. Para tanto pretende-se conhecer os fatores que contribuem para o adoecimento e a readaptação dos professores do ensino fundamental das escolas públicas municipais de Campinas – São Paulo. As doenças implicam, frequentemente, em desdobramentos legais, tais como as licenças médicas seguidas, se houver persistência, das readaptações, assim, é complexa a discussão sobre as relações entre trabalho e doença. Trabalhou-se com os dados referentes aos anos de 2010 e 2011, isto é, com professores que se encontravam em atividades e readaptados em Escolas da Secretaria Municipal de Educação no momento de realização da pesquisa. Para realizar o estudo foram utilizados diferentes procedimentos e técnicas de pesquisa. Primeiramente foi construído um banco de dados quantitativos sobre o contingente de professores que trabalham em escolas públicas municipais de Campinas recortados pelo número de licenças médicas e readaptações. Em segundo lugar foi selecionada uma EMEF com professores readaptados fora da sala de aula, a fim de observar e compreender como o trabalho docente se organiza, quais são as atividades dos professores readaptados e quais as opiniões do coletivo de professores e especialistas da educação sobre o processo de adoecimento e afastamento do trabalho. Simultaneamente foram colhidos depoimentos orais sobre os processos que levam os professores a se afastarem do trabalho em sala de aula; esses depoimentos foram gravados e transcritos para análise. A análise dos dados, portanto, foi realizada com base na revisão bibliográfica sobre a temática. O estudo se apóia nos trabalhos de José Manuel Esteves sobre o mal estar docente. O propósito da pesquisa é contribuir para a reflexão sobre as relações entre saúde (e não doença) e trabalho de professores de forma que se construam políticas públicas no campo da educação e da saúde.

Palavras – chave: Professores - Ensino Fundamental – Condições de Trabalho – Adoecimento – Readaptação

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Matrículas em Números nas UE do Município de Campinas.....	19
Tabela 2 - Número de Unidades Escolares do SME.....	21
Tabela 3 - Número de Professores por Nível de Ensino.....	24
Tabela 4 - Professores Afastados da Sala de Aula.....	60
Quadro 1 - Dados dos Professores Públicos Municipais.....	23
Quadro 2 - Ensino Fundamental com 9 Anos de Duração.....	28
Quadro 3 - Vencimentos do Quadro de Cargos do Magistério.....	37

LISTA DE SIGLAS

CAMPREV – Instituto de Previdência Social do Município de Campinas
CEI - Escola Municipal de Educação Infantil
CEMEFEJA - Centro Municipal de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos
CEMEI - Centro Municipal de Educação Infantil
CF – Constituição Federal
CGP – Coordenadoria de Gestão de Pessoas
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
DEPE – Departamento Pedagógico
EJA – Educação de Jovens Adultos
EMEF – Escola Municipal de Educação Fundamental
EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil
EMEJA - Escola Municipal de Educação de Jovens Adultos
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUMEC – Fundação Municipal para Educação Comunitária
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMA – Informática de Municípios Avançados
INEP – Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS – Instituto Brasileiro de Seguro Social
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
NAED – Núcleo de Ação Educativa Descentralizada
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SME – Sistema Municipal de Ensino
STMC – Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Campinas
UE – Unidades Escolares

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS E TABELAS.....	vii
LISTA DE SIGLAS.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: O SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM CAMPINAS.....	16
1.1. O Município de Campinas.....	16
1.2. O Sistema Municipal de Ensino de Campinas – SME.....	18
1.3. Os Professores das Escolas Públicas Municipais de Campinas.....	22
CAPÍTULO 2: AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR.....	25
2.1. O trabalho de professores: sua organização segundo a legislação.....	27
2.1.1. O Ensino Fundamental.....	27
2.1.2. Professores: recrutamento e seleção.....	28
2.1.3. Jornada de Trabalho, distribuição dos períodos e turnos.....	31
2.1.4. Remuneração.....	34
2.1.5. Plano de carreira.....	34
2.2. A escola municipal de educação fundamental: as condições físicas e materiais.....	39
2.3. A escola municipal de educação fundamental: os alunos.....	48
CAPÍTULO 3: ADOECIMENTO E READAPTAÇÃO.....	59
3.1. Professores Afastados e seus Regulamentos.....	59
3.1. Adoecimento.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78
ANEXOS – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	84

INTRODUÇÃO

Por conhecer vários casos de afastamentos por licença saúde e readaptação funcional de professores das escolas públicas municipais de Campinas, surgiu um grande interesse em estudar o que estaria provocando estes casos, especificamente, dos docentes do ensino fundamental.

Analisando, portanto, a legislação municipal de Campinas¹ que trata sobre o assunto, foi possível notar que os afastamentos por licença saúde e por readaptação estão associados tanto ao adoecimento como aos acidentes de trabalho desses profissionais.

A partir de então, o que significa adoecimento? O que a bibliografia nos informa sobre este conceito? O que define o adoecimento? Pesquisando sobre o assunto, foi possível encontrar diversas definições, assim como relações entre os conceitos de saúde e doença construídas social e historicamente. Porém, como o objetivo desse trabalho é discutir o que leva os professores ao adoecimento, com conseqüente afastamento das atividades de trabalho e a readaptação profissional, não abordaremos aqui o desenvolvimento histórico das noções de doença e ou saúde.

O conceito médico de doença, segundo Fontana et. al. (2000, p.14), significa estar em um processo mórbido definido, com determinados sintomas, causas e terapêutica mais ou menos definidas pelos profissionais competentes da saúde. “Para a medicina, a doença é uma condição especial: nem sempre o homem - que - sofre apresenta uma doença ou estado mórbido.” Ou seja, do ponto de vista médico, o adoecimento ou o fato de tornar-se doente, do indivíduo portar uma doença depende da determinação científica sobre as manifestações e as

¹CAMPINAS. Lei Municipal nº 8.219 de 23/12/1994

causas da doença o que pode, ou não, debilitar psíquica ou fisicamente o sujeito, incapacitando ou impedindo-o, ou não, permanente ou temporariamente de desenvolver suas atividades normalmente.

Já a definição defendida pela OMS (Organização mundial da saúde)² que traz o conceito de saúde não apenas como a ausência de doença ou enfermidade, mas como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social”, induz que o adoecimento tem início com a quebra desse “bem-estar físico, mental e social”. É um conceito que nos leva a dizer que o sujeito acometido por qualquer sofrimento se encontra em um processo de adoecimento, apesar de não apresentar os sintomas mórbidos necessários para a caracterização da doença.

Analisando esses dois pontos de vista, mesmo que seja superficialmente, é possível perceber que há uma conciliação entre o primeiro e o segundo conceito descritos, justamente quando se afirma que “nem sempre o sujeito que sofre apresenta uma doença”. O “nem sempre” deixa um espaço para se dizer que o sofrimento em alguns casos pode representar um processo de adoecimento como afirma a OMS.

No Dicionário de Trabalho e Tecnologia, organizado por Catani e Holzmann (2006) há dois verbetes, um trata de Doenças do Trabalho e outro de Saúde do Trabalhador. “A doença do trabalho é toda a patologia na qual o trabalho seja o principal responsável ou tenha um papel preponderante no seu aparecimento... Essa definição sintética, evidentemente, não dá conta da complexidade da discussão sobre as relações entre trabalho e doença” (MERLO, 2006, P. 106). O trabalho pode ser fonte de sofrimento e adoecimento, mas quais são as situações que levam o professor a adoecer? No mesmo dicionário Nardi (2006) nos informa que a saúde do trabalhador é um campo de estudo que indaga sobre as relações entre saúde e

² A Organização Mundial da Saúde (OMS) foi criada como uma agência específica das Organizações das Nações Unidas (ONU) em 1948 com o objetivo de obter, por todos os povos, o mais alto nível de saúde possível. Constituição da OMS. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html> Acesso: 20 Abr 2011.

trabalho, isto é, sobre as condições e a organização do trabalho e suas relações com a saúde. Logo, como o ambiente de trabalho nas escolas, como a organização e as condições de trabalho dos professores têm reflexos sobre a saúde e a doença de professores?

Quais são as consequências da organização e condições de trabalho sobre a saúde mental dos professores? Quais são as formas e significados do sofrimento? Ainda observando as definições que aparecem em dicionários, Michaelis (2011), define sofrimento, como “Ação ou efeito de sofrer; dor, padecimento. Amargura. Paciência, tolerância. Desastre.” Ou seja, o sujeito que sofre, não sofre somente pela dor física, mas por sentimentos de aflição, angústia, desgosto causado por algo, e que podem fazê-lo adoecer.

Esteves (1999), ao estudar a saúde dos professores no sistema educacional espanhol no início da década de 1980, traz uma das principais contribuições de enfoque sociológico sobre o tema, analisando a saúde do professor inserido no contexto social do trabalho.

De acordo com Esteves (1999, p.25), tanto os fatores relacionados ao contexto social, quanto os relacionados à atividade docente, podem vir a causar sentimentos e emoções negativas e de desânimo ao professor, desmotivando-o e afetando sua eficácia como docente na sala de aula. A esses sintomas, designou o conceito de “mal estar docente”, descrevendo-o como “os efeitos permanentes de caráter negativo que afetam a personalidade do professor como resultado das condições psicológicas e sociais em que se exerce a docência”.

É importante frisar, que Esteves (1999) não considera o mal estar docente como uma doença, em sentido estrito, do professor, mas sim como um fenômeno atual que tem ocorrido no meio educacional, resultante das inúmeras transformações do contexto social que envolve as transformações da família, a renúncia da família com relação às responsabilidades com a educação, a imposição de novas exigências à instituição escolar, o aparecimento de novos agentes de transmissão de conhecimento, como a TV e a internet, a indefinição de valores e

modelos a serem transmitidos, a diminuição do consenso social, a desvalorização social e econômica do professor como profissional, a massificação do ensino, as transformações da função e do trabalho do professor, a crise da instituição escolar, a imagem pública do professor carregada de estereótipos negativos transmitida pelos meios de comunicação de massa. Resultante também, da falta de recursos materiais e das precárias condições de trabalho do professor que envolvem: material didático, problemas de conservação dos prédios escolares, escassez de móveis, problemas com a iluminação, ventilação e acústica, e também a violência nas instituições de ensino e nos seus arredores.

Apesar de não considerar o mal estar docente como uma doença, sentido estrito, enfatiza que este não afeta a todos igualmente e que o professor que sofre permanentemente desse mal estar pode vir a desenvolver o adoecimento no seu local de trabalho.

“Um último grupo, entretanto, acaba sendo pessoalmente atingido, em consequência da evolução negativa do contexto: o “mal estar docente” acaba “queimando” esses professores em diferentes níveis. Esse mal estar difuso vai concretizar-se em absenteísmo, em pedidos constantes de transferências, em estresse, em doenças mais ou menos fingidas para abandonar momentaneamente a docência, e por fim, em doenças reais, em neuroses reativas ou depressões mais ou menos graves.” (ESTEVES, 1999, p.58)

As professoras Marcia de Paula Leite e Aparecida Neri de Souza (2007), em estudo sobre como as condições de trabalho afetam a saúde de professores brasileiros no ensino básico, evidenciam que a organização e as condições nas quais os professores trabalham têm forte reflexo sobre os processos de adoecimento dos docentes, seja física ou mentalmente.

Leite e Souza (2007) analisaram dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas durante dez anos (1997-2006) no Brasil e concluíram que há consenso na produção bibliográfica de que a organização e as condições de trabalho dos professores brasileiros são responsáveis pelo mal estar docente, o estresse, a síndrome de *burnout*, distúrbios vocais e doenças osteomusculares.

Dentre as condições de trabalho relacionadas à atividade docente, por exemplo, de acordo com Leite e Souza (2007), destacam-se principalmente as precárias condições de trabalho, especialmente no que se refere à temperatura não apropriada, ao ruído intenso e à super lotação das salas. O cansaço físico pela longa jornada de trabalho, muitas vezes dupla para aumentar a renda financeira, e também, tripla quando se associa o trabalho doméstico. A falta de tempo para si e para o lazer, a complexidade e multiplicidade das tarefas diferenciadas e simultâneas desenvolvidas, os ritmos de trabalho, a falta de recursos materiais, de móveis e infraestrutura escolar, o uso elevado da voz, as posturas desconfortáveis, a pouca frequência de pausas, as cargas psíquicas acumuladas, a burocratização e rotinização das atividades educativas, a prescrição do trabalho, a falta de diálogo com a administração e a violência na escola (briga entre alunos, roubos, ameaças dos alunos, depredação do espaço); assim como os baixos salários, a angústia gerada pelas exigências sociais da atividade, os problemas sociofamiliares dos alunos, a falta de valorização do trabalho realizado, o estado psicológico dos alunos, as dificuldades nas relações com as famílias dos alunos (que tendem a encarar os profissionais como responsáveis pelo sucesso ou insucesso de seus filhos e da escola), a perda da identidade, a imagem errônea da opinião pública sobre o professor, a inclusão de alunos especiais, o assédio moral, entre outros.

Se as pesquisas nos informam que as condições e a organização do trabalho de professores contribuem para o adoecimento destes, o que no caso dos professores municipais de educação fundamental, na cidade de Campinas, os levaria ao adoecimento? Quais são as condições em que realizam o trabalho docente?

Neste trabalho de conclusão do Curso de Pedagogia se entende por condições de trabalho: as condições físicas - o tamanho, temperatura, ventilação, iluminação, barulho das salas; quantidade de alunos; condições de lousa; quantidade de aulas diárias; turnos de trabalho; distância escola/residência; as condições de higiene; segurança; local de refeições;

assim como as características antropométricas do posto de trabalho; as condições materiais (salário e jornada). A organização de trabalho refere-se à divisão do trabalho no interior da escola, a distribuição hierárquica do poder, a organização e a distribuição dos conteúdos escolares (currículo), distribuição de períodos e turnos escolares, processos de avaliação, responsabilidades, relações de poder ou participação nas decisões (colegiados, conselhos), utilização de instrumentos e recursos de trabalho (material didático e pedagógico).³

Atualmente, o professor vem fazendo muito mais do que as condições de trabalho permitem e proporcionam. Cada vez mais o futuro de milhares de jovens, bem como seu sucesso e sua ascensão social estão sendo colocados sob responsabilidade dos professores, porém sem que haja uma valorização desse profissional. O que se ouve na mídia, ao contrário, são cada vez mais críticas julgando a sua capacidade, sua ação e formação profissional.

Sem um apoio social, político e psicológico, conseqüentemente, esses profissionais além de terem que lidar com as péssimas condições de trabalho, enfrentam e lidam com a possível falta de interesse da maior parte dos alunos em aprender e com a violência em sala de aula, o que faz com que muitos fiquem cada vez mais desanimados com a profissão, perdendo a vontade de ensinar, chegando até mesmo ao esgotamento psíquico, conhecido como *burnout*.

Segundo Codo e Vazques Menezes (1999), a síndrome de *burnout*, também considerada como síndrome do esgotamento profissional, foi assim definida pelo novaiorquino Herbert J. Freudenberger em 1970. A partir de então, começaram-se a pesquisar tratamentos com bases científicas afim de compreender o sentimento de desânimo, apatia e

³ SOUZA, Aparecida Neri de. Sou professor, sim senhor. Representações, sobre o trabalho docente, tecidas na politização do espaço escolar. Universidade Estadual de Campinas, Dissertação de Mestrado, 1993, p. 145.

despersonalização, até então considerados, no senso comum, como deformações pessoais de caráter.

“O *burnout* (“consumir-se em chamas”) é um tipo especial de stress ocupacional que se caracteriza por profundo sentimento de frustração e exaustão em relação ao trabalho desempenhado, sentimento que aos poucos pode se estender a todas as áreas da vida de uma pessoa. Esse fenômeno do *burnout* foi pesquisado e estudado em relação aos professores e a situações de ensino mais do que em relação a outras áreas profissionais, o que talvez indique que o trabalho do professor é visto como oferecendo condições propícias ao desenvolvimento do *burnout*.” (REINHOLD, 2002, p.64)

É importante destacar, de acordo com Codo e Vazques Menezes (1999, p.238), que a síndrome de *burnout* abrange um conceito multidimensional, envolvendo três componentes como: A exaustão emocional, a despersonalização e a falta ou o baixo envolvimento pessoal no trabalho

Sendo assim, a exaustão emocional ocorre quando os trabalhadores em contato diário com os problemas não conseguem mais se envolver em nível afetivo, por estarem esgotados sua energia e recursos emocionais. A despersonalização acontece quando se afloram sentimentos e atitudes negativas e de cinismo às pessoas relacionadas ao trabalho, desumanizando-se, assim, as relações sociais. E a falta ou baixo envolvimento pessoal no trabalho afeta principalmente a habilidade para a realização do trabalho, o atendimento e também sua organização.

Há várias definições sobre *burnout* que concordam ser essa uma síndrome em resposta ao estresse laboral crônico. Porém, é importante diferenciar o estresse do *burnout*.

O estresse é um esgotamento pessoal com interferência na vida do indivíduo e não necessariamente na sua relação com o trabalho.

“O stress pode ser definido como um desgaste geral do organismo, causado pelas alterações psicofisiológicas que ocorrem quando o indivíduo é forçado a enfrentar situações que o irrite, excitem, amedrontem, ou mesmo que o façam imensamente feliz.” (PAVARO e MARTINO, 2004, p.153)

De acordo Lipp (2002, p.110), o estresse é um processo que ocorre em quatro estágios: o primeiro é o estágio de Alerta, quando acontece o confronto com o agente estressor sem ocasionar, no entanto, a quebra do equilíbrio. É considerado o estágio positivo do estresse. O segundo estágio é o da Resistência, nesse período o organismo procura se adaptar a ação prolongada do estressor para manter o equilíbrio. O terceiro estágio é chamado de quase exaustão, há a quebra do equilíbrio interno e o início do processo de adoecimento nos órgãos mais vulneráveis a cada pessoa. Se não ocorrer o “alívio”, o estresse atinge seu estágio final, que é chamado de Exaustão, no qual o organismo é atingido por graves doenças no plano biológico, físico ou psicológico.

Ou seja, o estresse é uma resposta do organismo a determinados estímulos externos considerados estressores, que permite ao indivíduo superar determinadas exigências do meio ambiente e o desgaste físico e mental causado por esse processo, não estando diretamente ou somente ligado à atividade laboral.

Já a síndrome de *burnout*, como descrita anteriormente, está diretamente relacionada com a exaustão do processo de trabalho. O trabalhador não consegue se conduzir positivamente em relação aos relacionamentos e à organização de seu trabalho, prejudicando a instituição e a si mesmo.

Segundo Reinhold (2002, p.65), o *burnout* é um risco ocupacional que ocorre gradualmente. “É um processo cumulativo, começando com pequenos sinais de alerta, que, quando não são percebidos, podem levar o professor a uma sensação de quase terror diante da ideia de ter que ir à escola.”

Pereira (2009) traz também, uma importante contribuição ao afirmar que o mal estar docente, sua desautorização, exaustão profissional e adoecimento mental são frutos da crise de autoridade, da deposição da sociedade eminentemente patriarcal e do não reconhecimento

dessa realidade pelos professores. Para enfatizar sua tese cita Freud (1913 - 1923) afirmando que hoje somos marcados por evidentes indícios de uma “*Vatersehnsucht*” (nostalgia do pai), que entende a civilização humana instaurada sobre princípios republicanos de uma ética fraterna, na qual somos todos iguais. No entanto, essa ética vem deixar vazio o lugar do Pai, da lei, do Estado e de toda instituição social, pulverizando a noção de autoridade que neles se assenta. Consequentemente, tem se tornado cada vez mais difícil para os professores formados sob essa ótica patriarcal, de moralização, disciplinarização e sublimação conviver com alunos que também sofrem psicologicamente com os efeitos dessa deposição social, produzindo seus sintomas como cinismo, apatia, indisciplina, hipersexualização, hiperatividade, depressão, entre outros.

Segundo Pereira (2009), os professores, além de terem que conviver com seus dramas cotidianos educacionais como, as péssimas condições de trabalho, o pouco reconhecimento profissional, a sobrecarga de tarefas, a proletarização da profissão, bem como com a ausência de políticas que regulamentem o ensino, são expostos também aos dramas vividos por seus alunos, tendo muitas vezes que resolvê-los para poder promover a aprendizagem. Portanto, não se trata apenas de um fator relacionado ao docente, mas da exposição de toda sociedade às atuais mudanças políticas, econômicas e culturais sem que se ofereça um entendimento de como atuar nesse novo cenário.

Olhando para o sofrimento e para o mal estar docente, o estresse e o *burnout* como sinais de um possível adoecimento docente, mesmo que não sejam considerados sintomas mórbidos para a medicina, é possível atingir e viabilizar a saúde do professor, reduzindo-se os casos de adoecimento. Se houver um investimento efetivo para melhorar as condições de trabalho do professor, dando-lhes melhores estruturas e ferramentas para desenvolver seu trabalho de forma contextualizada com o meio social laboral e mais satisfatória, além de estar

atuando na prevenção de sua saúde é possível influenciar, principalmente na qualidade do ensino.

Porto (2010) afirma também que é necessário entender o significado social do trabalho, o que ele representa e produz para a atual sociedade para se compreender o sofrimento do homem contemporâneo. Segundo ele, os professores ao exporem seu sofrimento, por exemplo, relatam queixas relacionadas com suas vivências no trabalho, e por isso, é muito importante que os professores sejam ouvidos na investigação das causas do seu adoecimento.

“É na ação continuada do esforço das pessoas em produzir mercadorias e serviços que se define o trabalho e, a partir dele, se constitui dialogicamente um reconhecimento social e, nele projetado, organiza-se a auto-reconhecimento a eu chamamos de identidade.” (PORTO, 2010, p.15)

De acordo com Ferreira et. al. (2009), que estudaram o trabalho do professor na educação básica de São Paulo, os principais problemas relacionados ao trabalho dos professores foram os sofrimentos, os distúrbios mentais, as alterações osteomusculares e o uso intensivo da voz. Para Ferreira et. al. (2009), os principais fatores que vêm gerando sofrimento e o conseqüente adoecimento do professor estão especificamente relacionados à indefinição do papel do professor, a falta de profissionais de apoio nas escolas como faxineiros, psicólogos, coordenadores pedagógicos, enfermeiros; a transição de um modelo de educação para o outro introduzindo se novos métodos e teorias de ensino, porém sem modificar as condições de trabalho que viabilizem a prática das mesmas; a individualização do trabalho e a angústia do que fazer e como ensinar.

Alves et. al. (2010) que avaliaram a frequência da disfonia em professores do ensino fundamental da rede municipal de Maceió traz uma importante contribuição para o tema quando afirma que a disfonia geralmente é resultante da interação entre fatores hereditários, comportamentais e ocupacionais, e que os fatores ocupacionais estão relacionados geralmente

ao uso excessivo da voz e aos fatores ambientais, como exposição a irritantes, condições inadequadas de temperatura, umidade, ruídos e acústica ruim.

Sua pesquisa traz a voz do professor como o principal instrumento de trabalho desse profissional, e, por isso, está mais suscetível ao desenvolvimento de problemas vocais. Porém, para os pesquisadores, não são suficientes as ações individuais para se evitar o aparecimento de doenças vocais, já que estão relacionados a fatores ocupacionais também, sendo, portanto, necessário o investimento em infraestrutura para melhorar os fatores ambientais relacionados à acústica, aos ruídos, à temperatura e à limpeza da sala de aula, tornando-a mais saudável tanto para o professor quanto para os alunos, e também na remuneração dos professores para que não precisem trabalhar vários períodos, utilizando-se demasiadamente da voz para complementar o baixo salário da profissão.

Ou seja, o professor tem sofrido constantemente no seu ambiente de trabalho nos últimos tempos, e para se entender e combater as causas do sofrimento, do mal estar e do processo de adoecimento por qual vem passando em nosso sistema educacional é muito importante que, as transformações ocorridas no mundo do trabalho, assim como as suas condições de trabalho, sejam conhecidas, estudadas, compreendidas e levadas em consideração.

A hipótese que orienta este estudo é de que o adoecimento – físico e mental - está relacionado diretamente com a organização e as condições de trabalho a que estão submetidos os professores. Assim, a pesquisa foi realizada observando o cotidiano escolar, as relações e a organização do trabalho em uma escola municipal de ensino fundamental (EMEF), na cidade de Campinas/SP, no primeiro semestre de 2011.

A decisão de observar o cotidiano de uma escola se baseou no propósito de conhecer e entrevistar professores que tivessem passado pelo processo de adoecimento, afastamento e

readaptação. A escola selecionada foi indicada pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, com base no critério de que deveria haver professores readaptados. Esta escola é apresentada no capítulo 2, página 39 e seguintes.

O Trabalho de Campo

Antes de partir para o trabalho de campo na EMEF, procurei conhecer quem eram os professores municipais de Campinas. Isto é, quantos são os professores que trabalham em escolas públicas municipais de Campinas; quantos encontram-se em licenças médicas e readaptações. A partir deste mapeamento poderia identificar a intensidade da ocorrência dos afastamentos e readaptações desse contexto educacional.

Para construir este mapeamento, primeiramente, busquei os NAEDs⁴ de cada região de Campinas. Contudo, logo no primeiro, fui informada pela funcionária, que inclusive era uma professora readaptada naquele local, que eu poderia conseguir todos os dados diretamente no departamento de promoção à saúde do servidor da prefeitura municipal. Contatando o responsável pelo departamento indicado, consegui marcar um horário para conversarmos sobre o meu requerimento. Infelizmente, não obtive respostas sobre os dados estatísticos solicitados nesse departamento, que era sobre os motivos dos afastamentos e readaptações dos professores municipais, pois, segundo eles, se tratavam de informações confidenciais à prefeitura. Contudo, consegui uma entrevista com o psicólogo sobre o processo de readaptação dos professores, na qual me revelou os principais motivos pelos quais os professores se afastavam da sala de aula.

⁴ Núcleo de Ação Educativa Descentralizada – Norte, Sul, Leste, Noroeste e Sudeste.

Concomitante à busca por dados no Departamento de Saúde, contatei a Coordenadoria de Gestão de Pessoas do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação Municipal, a fim de obter informações que caracterizassem os professores municipais, como número total de professores, escolarização, faixa etária, gênero, número e motivos dos afastamentos e readaptações dos professores, entre outros.

Para obter estes dados foi necessário que a orientadora os solicitasse mediante ofício. Após a entrega do ofício, o coordenador do departamento entrou em férias e assim foi necessário que eu aguardasse seu retorno ao trabalho. Durante esse tempo, aproximadamente um mês, uma funcionária da coordenadoria de gestão de pessoas me ajudou bastante na pesquisa, inclusive indicando uma escola municipal de educação fundamental para a realização das observações e entrevistas.

Iniciei o trabalho de campo, entrevistando o Coordenador Geral do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Campinas. Essa entrevista tinha por objetivo conhecer, da ótica do sindicato, o processo de afastamentos por motivos de adoecimento e as readaptações daí decorrentes. O sindicato não só acolheu-me como também se colocou disponível para apoiar a pesquisa.

Ao mesmo tempo em que realizava o trabalho de campo, estudava a bibliografia. Aqui faço um destaque, desenvolvi esta pesquisa em apenas um semestre (1º. Semestre de 2011), sob a orientação da professora Aparecida Neri de Souza, pois houve mudança de orientação.

A ida à escola contou com muita receptividade por parte da dirigente da escola e dos professores. Combinamos que seria mantido o sigilo não somente sobre o nome da escola, como também das entrevistadas, por motivos de ética na pesquisa.

Apresentei o objetivo da pesquisa aos professores da escola na reunião do trabalho docente coletivo, deixei claro que a intenção era conhecer os motivos que levavam os

professores ao adoecimento. Combinei como seria o processo e a duração das observações, dada a exiguidade de tempo que eu tinha para fazer o TCC. Permaneci durante duas semanas observando, conversando e entrevistando os professores.

O tema deste estudo com o intuito de conhecer as causas do adoecimento docente despertou grande discussão e interesse pela pesquisa nos professores da EMEF observada. Apesar de conhecer vários casos de adoecimento e readaptação docente nas escolas públicas municipais e analisar várias bibliografias que mostraram serem esses acontecimentos fatos de um fenômeno que vem ocorrendo no contexto educacional em geral (Leite e Souza, 2007; Ferreira et. al., 2010; Esteves, 1999), foi surpreendente a rápida recepção e a aceitação dos professores para com a pesquisa, sem haver um tempo para o estabelecimento de um vínculo de confiança com o pesquisador.

“Nos primeiros dias de observação (...) o investigador fica regra geral um pouco de fora, esperando que o observem e aceitem. À medida que as relações se desenvolvem, vai participando mais.” Esta afirmação de Bogdan e Biklen (1994, p.125) justifica a surpresa para com a grande e rápida receptividade no processo de pesquisa.

Passei a maior parte do tempo em que estive na escola, na sala dos professores, ouvindo as angústias, as preocupações e observando o trabalho de todos. Muitos professores se mostraram interessados na pesquisa e vieram conversar comigo sobre o assunto. Tive a oportunidade não só de me relacionar com os professores, mas com os funcionários e os alunos da escola também, o que ampliou a minha visão da realidade escolar, sobre a organização e as condições de trabalho em que estes estavam inseridos. As observações foram transcritas em Caderno de Campo.

A partir destas observações, realizei duas entrevistas, uma com a professora readaptada e outra com a orientadora pedagógica, que me permitiram conhecer as principais

dificuldades que encontram na escola para desenvolver o trabalho pedagógico e que prejudicam o processo de saúde dos professores.

As entrevistas foram realizadas mediante roteiros semiestruturados em torno dos seguintes temas: condições de trabalho, adoecimento e readaptação. Estas foram gravadas e transcritas por mim para a análise. Em anexo encontram-se estas entrevistas na íntegra.

Este trabalho apresenta a singularidade da organização e das condições de trabalho dos professores que trabalham em escolas municipais de Campinas e suas relações com o processo de adoecimento dos professores.

O trabalho de conclusão de curso encontra-se organizado em três capítulos. O primeiro apresenta um breve retrato do contexto em que está inserida a escola estudada, as características do sistema municipal de educação pública e os professores que trabalham nas escolas municipais com o objetivo de compreender quais são as singularidades das escolas e seus trabalhadores na cidade de Campinas. O segundo capítulo apresenta a organização e as condições de trabalho de professores nas escolas municipais de Campinas e focaliza o caso estudado, a escola municipal de educação fundamental, como local de trabalho docente. Finalmente, o terceiro capítulo apresenta o processo de adoecimento e readaptação de professores.

CAPÍTULO 1: O SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM CAMPINAS

O objetivo deste capítulo é apresentar o sistema municipal de educação em Campinas e seus professores. Iniciamos o capítulo com uma breve apresentação das características gerais do município de Campinas, em seguida o sistema educacional para finalmente conhecermos, em linhas gerais, os professores que trabalham nesta cidade. Trata-se de um breve retrato.

1.1. O Município de Campinas

A cidade de Campinas está localizada a noroeste da capital do Estado de São Paulo, ocupando uma área de aproximadamente 796 Km², sendo a sede da Região Metropolitana de Campinas⁵ constituída atualmente por 19 municípios.

A fim de centralizar as demandas dos serviços públicos prestados à população e fazer com que estes cheguem mais uniformemente a todos habitantes da cidade, o município de Campinas apresenta hoje uma política administrativa organizada em cinco regiões de gerenciamento conhecidas como Macrorregiões, Norte, Sul, Central, Leste e Oeste, onde estão distribuídos aproximadamente 800 bairros e 4 distritos, que são: Barão Geraldo, Nova Aparecida, Sousas e Joaquim Egídio, congregando uma população, segundo dados do IBGE

⁵ RMC (Região Metropolitana de Campinas) Instituída pela Lei Complementar Estadual-SP nº 870/2000 é composta por 19 municípios: Campinas, Valinhos, Vinhedo, Itatiba, Indaiatuba, Monte Mor, Hortolândia, Sumaré, Stª Bárbara D' oeste, Nova Odessa, Paulínia, Americana, Cosmópolis, Jaguariúna, Arthur Nogueira, Pedreira, Holambra, Stº Antônio de Posse, Engenheiro Coelho.

(2010), de 1.080.999 habitantes, predominantemente urbana e um elevado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH (M)⁶, 0,852, de acordo com PNUD (2000).

Economicamente, destaca-se por ser um dos grandes polos de pesquisa e desenvolvimento do Brasil, responsável por significativa produção científica nacional e também do PIB (Produto Interno Bruto)⁷, participando com 0,97% do PIB Nacional e ocupando, segundo IBGE (2008), a 13ª posição entre os 100 maiores municípios do país em relação ao PIB, o que revela a elevada riqueza do município.

No entanto, as condições socioeconômicas de sua população são muito desiguais. De acordo com Guzzo e Euzebios Filho (2005), assim como tem ocorrido nos grandes centros urbanos do Brasil que agregam “diferentes grupos sociais com interesses econômicos, políticos e sociais antagônicos”, a cidade de Campinas apresenta uma situação de extrema desigualdade social.

“A realidade que se manifesta nas periferias é marcada por profundos graus de desigualdade sócio territoriais e padrões injustos de acesso às riquezas sociais apresentando uma grande demanda por melhores condições habitacionais, de empregos, serviços e equipamentos básicos de educação e saúde.” (GODOY, 2010, p.4)

Na cidade de Campinas lado a lado estão classes sociais muito distintas. De um lado, grupos sociais que usufruem da produção científica e econômica da cidade, de outro uma população (maioria) que necessita de políticas públicas no campo da educação, saúde, habitação, etc. A riqueza social produzida em Campinas não é repartida igualmente entre seus habitantes. A escola pública, seja ela municipal ou estadual, expressa esta diversidade e desigualdade social.

⁶ IDH - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Índice que parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. <http://www.pnud.org.br/idh/> Acesso em: 20 Abr 2011.

⁷ PIB - Produto Interno Bruto - é um dos principais indicadores de uma economia. Ele revela o valor de toda a riqueza gerada no país. Folha de São Paulo (01/03/2005). <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u93864.shtml> Acesso em: 20 Abr 2011.

1.2. O Sistema Municipal de Ensino de Campinas – SME

No Brasil, os municípios podem organizar sistemas de ensino. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9.394/96) estabelece em seu art. 8º, parágrafo 2º “a liberdade de organização dos sistemas de ensino de acordo com os seus termos”. Sendo assim, o sistema municipal de educação foi instituído pela Lei Municipal 12.501/2006. Compõem este sistema: os Conselhos Municipais de Educação, do FUNDEB⁸ e da alimentação escolar: as escolas municipais de educação fundamental e as instituições de educação infantil. Integra o sistema tanto escolas públicas como privadas, entre elas aquelas consideradas comunitárias⁹.

Atualmente, a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Campinas atende a população em instituições de Educação Infantil, de Ensino Fundamental, de Educação Especial e de Educação de Jovens Adultos. As matrículas municipais representam, aproximadamente, 21% das matrículas da Educação Básica¹⁰ na cidade (INEP, 2009).

A oferta de Ensino Fundamental é dividida entre o governo estadual, municipal e privado, neste sentido, o governo municipal de Campinas atende, aproximadamente, 18% das matrículas desse nível de ensino em suas escolas municipais. “Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalidade do ensino obrigatório.” (BRASIL, CF de 1988, Art. 211, Par. 4º)

⁸ FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação “tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação. A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do programa são feitos em escalas federal, estadual e municipal por conselhos criados especificamente para esse fim. O Ministério da Educação promove a capacitação dos integrantes dos conselhos.” Disponível em: www.portal.mec.gov.br Acesso em: 15 Mai 2011.

⁹ FUMEC – Fundação Municipal para Educação Comunitária, criada com a missão de alfabetizar jovens e adultos a partir dos 15 anos, que não puderam frequentar a escola, ou dela foram afastados pelos mais variados motivos. As ações de alfabetização são desenvolvidas em salas de aulas instaladas em escolas municipais, estaduais, associações de bairros, igrejas, enfim, em todos locais em que exista demanda. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/fumec/index.php> Acesso em: 15 Mai 2011.

¹⁰ Educação Básica - A educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. BRASIL. LDB nº 9394/96.

O gráfico abaixo nos mostra a distribuição das matrículas por nível de ensino e instância administrativa.

Tabela 1 - Matrículas em Números nas Unidades Escolares do Município de Campinas

	Matrículas Educação Pré-escolar	Matrículas Ensino Fundamental	Matrículas Ensino Médio	Total
Escolas Públicas Municipais	17.537	24.801	0	42.338
Escolas Públicas Estaduais	0	85.493	33.620	119.113
Escolas Privadas	9.501	27.112	7.761	44.374
Escolas Públicas Federais	0	0	500	500
Total	27.038	137.406	41881	206.325

Fonte: INEP/IBGE Cidades, 2009

De acordo com a IMA¹¹, o SME de Campinas possui atualmente, 247 escolas mantidas pelo Poder Público. Dentre essas, 175 são Unidades Escolares Municipais, 13 são (CEI) Centros de Educação Infantil e 49 são Entidades Conveniadas.

As Unidades Escolares Municipais são as escolas mantidas inteiramente pelo Poder Público Municipal. Assim encontramos as CEMEI (Centro Municipal de Educação Infantil); EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil); EMEF (Escola Municipal de Educação Fundamental); CEMEFEJA (Centro Municipal de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos); e, EMEJA (Escola Municipal de Educação de Jovens Adultos). O poder público municipal deveria ser o responsável pela manutenção e desenvolvimento do ensino na cidade: obras, construção e manutenção do prédio, infraestrutura, coordenação das atividades e

¹¹ IMA (Informática de Municípios Associados) é uma empresa de economia mista, cuja principal acionista é a Prefeitura Municipal de Campinas. A empresa presta serviços em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Serviços Gráficos, sendo também responsável pela Imprensa Oficial do Município de Campinas. Disponível em: <http://www.ima.sp.gov.br/> Acesso em: 20 Mar 2011.

políticas pedagógicas, oferta das vagas, contratação e organização do trabalho dos docentes e funcionários na escola e políticas de formação. Entretanto, há um processo, na cidade de Campinas, de desengajamento do Estado de seu dever de atender aos direitos da população por educação mediante convênios ou parcerias com o setor privado.

Os CEIs - Centros de Educação Infantil são instituições educativas criadas pela Lei Municipal nº 12.884/2007, que dispõe sobre o Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil e visa à ampliação de vagas para a Educação Infantil do município cuja gestão é realizada em parceria com instituições de direito privado sem fins lucrativos. Os prédios dos CEIs existentes hoje no município foram construídos pelo Poder Público Municipal, no entanto, sua administração é feita por entidades conveniadas, selecionadas pela Secretaria Municipal de Educação através de um processo seletivo. A essas entidades conveniadas cabem, resumidamente, de acordo com a referida lei, atender as crianças, contratar e arcar com o pagamento de seus professores e funcionários, arcar com as despesas referentes à manutenção do prédio e dos materiais necessários para as atividades pedagógicas. À Secretaria Municipal de Educação, por sua vez, cabe realizar o processo relacionado ao convênio das entidades selecionadas, definir as características do atendimento em todos os CEIs, supervisionar o trabalho realizado nos Centros de Educação Infantil, bem como administrar os processos de repasse de recursos financeiros relacionados ao convênio com os mesmos.

As Entidades Conveniadas incorporadas ao Sistema Municipal de Ensino, de acordo com a Lei Municipal nº 13.642/2009, são instituições legalmente constituídas de Educação Infantil e de atendimento às pessoas com deficiência as quais desenvolvem atividades educativas com crianças e adolescentes, em complementação à rede de atendimento formal do

Município. Para esta complementação recebem recursos financeiros da Secretaria Municipal de Educação para cumprirem os dispostos no Decreto Municipal nº 13.673/2001.

Os NAEDs são Núcleos de Ação Educativa Descentralizada, distribuídos pelas cinco regiões geograficamente de Campinas: Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste. Eles supervisionam tanto as escolas e unidades educacionais mantidas pelo Poder Público, quanto as escolas e instituições particulares situadas nas suas áreas de abrangência.

A equipe educativa de cada NAED é composta por supervisores educacionais e coordenadores pedagógicos que atuam de forma participativa nas ações cotidianas das unidades educacionais do Sistema Municipal de Ensino.

Esses Núcleos de Ação Educativa Descentralizada estão sob supervisão do DEPE - Departamento Pedagógico -, da Secretaria Municipal de Ensino. Eles têm como função planejar, orientar e supervisionar as atividades administrativas e pedagógicas das unidades escolares, bem como promover propostas político pedagógicas de Educação, possibilitando que cada unidade educacional elabore e desenvolva seu Projeto Pedagógico.

Tabela 2 - Número de Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino distribuídas por níveis de Ensino e NAED.

	CEMEI	EMEI	EMEF	EMEF/EJA	CEMEFEJA	EMEJA	CEI	ENTIDADE CONVENIADA	TOTAL
NAED SUL	16	19	9	9	1	0	2	12	68
NAED NORTE	16	14	0	5	0	0	1	7	43
NAED LESTE	7	12	1	2	2	2	0	19	45
NAED SUDOESTE	17	18	5	4	0	1	6	5	56
NAED NOROESTE	13	9	2	3	0	0	4	4	35
TOTAL	69	72	17	23	3	3	13	47	247

Fonte: IMA, 2011 – INTEGRE

Esta pesquisa para o trabalho de conclusão de curso tem como foco apenas os professores das escolas públicas criadas e mantidas pelo poder público. Estes professores são

recrutados, selecionados, contratados e com carreiras instituídas pelo governo municipal. Há dois tipos de contratos para os professores municipais: estatutário e CLT (legislação de direito privado). No caso dos professores funcionários públicos os contratos e as carreiras são instituídas pelo Estatuto do Magistério Público Municipal (Lei Municipal 6.824/1991); no caso dos chamados “professores reintegrados judicialmente”¹² os contratos são pela CLT e eles pertencem ao Quadro Especial do Magistério público (Lei Municipal nº 8.219/1994). Portanto, na mesma escola é possível termos professores com dois contratos e carreiras diferentes.

1.3. Os Professores das Escolas Públicas Municipais de Campinas

O quadro do magistério público, segundo a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) do Departamento Pedagógico (DEPE) da Secretaria Municipal de Campinas, é constituído hoje por 2.935 professores de Educação Básica. Majoritariamente mulheres, desse total, 89% são mulheres e 11% são homens. Não são jovens, 41,5% (1.219) está na faixa etária entre 41 e 50 anos e 22% com mais de 50 anos, sendo 502 professores na faixa etária de 50 a 60 anos; 153 na faixa etária de 61 a 70 anos; dois com mais de 71 anos - os outros 40% têm idade igual e inferior a 40 anos. 56% (1.659) dos professores são casados; seguidos de 778 professores solteiros, 282 professores divorciados e 160 em outras condições.

¹² Reintegrados judicialmente (RJ) - são os professores que por decisão judicial foram reintegrados ao quadro de funcionários da prefeitura de Campinas. Esses professores foram aprovados em 1991 para trabalharem como substitutos temporários, sendo dispensados no fim do ano letivo e recontratados no ano subsequente como substitutos novamente, no entanto sem serem efetivados. Esses professores entraram na justiça requerendo sua efetivação e ganharam a causa, tendo a prefeitura que reintegrá-los ao quadro de funcionários. Fonte: GUGLIELMINETTI, Rose. TJ determina reintegração de professores. Correio Popular, Campinas, 13 ago. 2002. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?down=CMUHE037246> Acesso em: 20 Mai 2011. A imprensa nos fala em concurso público. Entretanto não foi possível consultar documentos oficiais para sabermos se foi concurso público ou processo seletivo. O fato de serem temporários e substitutos nos leva a crer que era seleção pública.

Quase 70% (2.029) dos professores municipais de Campinas possuem formação em nível superior; 22% (652) possuem algum tipo de especialização em educação; 4% (122) concluíram o mestrado e 0,5% (16) com doutorado. O número de professores com formação de nível médio é pequeno: 4% (116).

Quadro 1. - Dados dos Professores Públicos Municipais

Gênero		Faixa etária		Estado Civil		Formação	
Mulher	2622	20 a 30	396	Solteiro	778	Ensino Médio	116
Homem	313	31 a 40	673	Casado	1659	Superior	2029
		41 a 50	1219	Viúvo	56	Especialização	652
		50 a 60	502	Divorciado	282	Mestrado	122
		61 a 70	143	Outros	160	Doutorado	16
		Acima de 71	2				

Fonte: CGP/DEPE, Abril 2011

Dos 2.935 professores, trabalham na Educação Infantil 1.174 (40%) professores, sendo 1.059 (90%) pertencentes ao Quadro de Efetivos e 115 (10%) ao Quadro Especial, isto é, quadro dos professores reintegrado judicialmente. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que vai do 1º ao 5º ano, trabalham 513 (17,5%) professores, desses 468 (91%) pertencentes ao Quadro de efetivos e 45 (9%) ao Quadro especial. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental que vai do 6º ao 9º ano, trabalham 757 (25,8%) professores, dos quais 717 (95%) pertencentes ao Quadro de efetivos e 40 (5%) ao Quadro Especial. Na Educação Especial trabalham 156 (5%) professores, dos quais 144 (92%) pertencentes ao quadro de efetivos e 12 (8%) ao quadro especial. Há ainda os professores substitutos, distribuídos: 246 (8%) na educação infantil e nos Anos iniciais do ensino fundamental; 89 (3%) nos Anos finais do ensino fundamental.

Tabela 3 - Número de Professores das Escolas Públicas Municipais de Campinas

Quadro do grupo de docentes	EFETIVOS	REINTEGRADOS JUDICIALMENTE	TOTAL
Professores de Ed. Infantil – PEBI	1059	115	1174
Professores dos Anos Iniciais – PEBII	468	45	513
Professores dos Anos Finais – PEBIII	717	40	757
Professores de Ed. Especial – PEBIV	144	12	156
Professores Substitutos - Adjunto I	246	-	246
Professores Substitutos - Adjunto II	89	-	89
TOTAL	2723	212	2935

Fonte: CGP/DEPE, Abril 2011

Como pode ser observado trata-se de um grupo profissional qualificado, composto por mulheres e com idade superior a 40 anos. Nas escolas municipais de Campinas não há professores com contratos temporários, todos possuem contratos estáveis, seja pelo estatuto do magistério, seja pela CLT (reintegração judicial). Os direitos agregados ao trabalho são diferentes segundo os contratos - estatuto ou CLT -, enquanto uns se aposentarão pelo Instituto de Previdência Social do Município de Campinas – CAMPREV, outros se aposentarão pelo Instituto Nacional de Serviço Social – INSS; os estatutários têm estabilidade no trabalho e os celetistas não.

CAPÍTULO 2: AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR

No capítulo anterior observamos que os professores das escolas municipais de Campinas são na sua maioria mulheres, com mais de quarenta anos e com formação de nível superior. Os contratos de trabalho não são por tempo determinado (temporário) embora algumas tenham estabilidade e outras não. Neste capítulo apresentaremos as condições nas quais estes professores trabalham, como o trabalho se organiza na escola e quais as evidências que essas condições afetam a saúde dos professores.

Há um grande número de pesquisas que apresentam o adoecimento docente nas escolas particulares, estaduais e municipais em todo o território brasileiro, relacionando-o principalmente às condições de trabalho em que se encontra atualmente o professor.

Esteves (1999) ao estudar a saúde dos professores no sistema de ensino espanhol, por exemplo, afirma que os principais indicadores do “mal estar docente”, conceito utilizado para designar os mais variados sentimentos negativos do professor em relação aos diversos problemas atuais que tem enfrentado em sua profissão, estão relacionados às condições ambientais, ao contexto social em que está inserido o professor, às condições físicas, aos recursos materiais e a violência presentes na sala de aula, portanto todos que dizem respeito às condições nos quais os professores realizam seu trabalho.

Considerando essa posição de Esteves (1999), Ferreira et. al. (2009), ao estudarem o trabalho do professor na educação básica de São Paulo, discutem que para se entender o processo de saúde e adoecimento docente é importante, primeiramente, conhecer o trabalho do professor, a realidade social em que esse está inserido, a diversidade populacional, cultural

e socioeconômica. A função docente é educar e está diretamente ligada a essa multiplicidade e diversidade populacional e social, à realidade e aos problemas dos alunos, às condições das escolas e às relações de emprego, não havendo um diagnóstico único da realidade de trabalho.

Assim, este capítulo tem como objetivo compreender as condições – materiais, sociais e culturais – nas quais o professor realiza seu trabalho, tal como nos propõem Ferreira et al (2009). Esta análise será aqui apresentada à luz da bibliografia lida, das anotações no Caderno de Campo, das entrevistas realizadas. Como as condições de trabalho refletem sobre os processos de adoecimento de professores da educação fundamental em Campinas? É a pergunta norteadora do capítulo.

“Entendemos aqui por condições de trabalho o conjunto dessas condições, materiais ou não, em que o trabalho de um grupo de trabalhadores é exercido e compreende desde as condições contratuais de trabalho e os níveis de remuneração até as características dos locais, as especificidades das tarefas e atividades exercidas.” (FERREIRA et. al., 2009, p.12)

Assim, as condições de trabalho estão relacionadas às situações escolares – sejam elas materiais ou simbólicas - e podem ser compreendidas observando a escola e seus trabalhadores inseridos num contexto social, cultural, econômico e político, num determinado momento histórico. Como a pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2011, fizemos uma espécie de fotografia desse momento e analisaremos nesse recorte.

Cada escola – municipal, estadual, federal ou privada – tem uma organização própria, embora regida por uma lei nacional (LDB/1996 e a Constituição Federal/1988). Cada município reinterpreta a lei maior organizando seu sistema, como já escrito no capítulo anterior. Essa reinterpretação é expressa em inúmeros regulamentos, leis, portarias e resoluções. Conhecer esta legislação nos permite compreender o funcionamento burocrático das escolas, pois cada escola, por sua vez, reinterpreta estas leis, imprimindo uma configuração singular à escola. Afinal são professoras, professores, funcionários, alunos, pais que dão corpo à escola.

2.1. O trabalho de professores: sua organização segundo a legislação

O que é a organização do trabalho? Quais fatores estão relacionados à organização do trabalho? Como a organização do trabalho influencia na saúde do trabalhador?

“A organização do trabalho escolar é um conceito econômico, refere-se à divisão do trabalho na escola. Podemos considerá-la a forma como o trabalho do professor e demais trabalhadores é organizada na instituição escolar visando atingir os objetivos da escola ou do sistema. Refere-se à forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos estão divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características inerentes à forma como o trabalho é organizado.” (OLIVEIRA et. al. s/d, p.2)

Considerando, portanto, que a organização do trabalho é a forma como as atividades e os tempos escolares estão organizados, como se estabelecem as relações de poder na escola, trataremos à discussão a legislação que disciplina o ensino fundamental e o trabalho de professores. Assim, observaremos as formas de recrutamento e seleção; a jornada de trabalho; a distribuição dos períodos e turnos; a remuneração; a carreira do magistério Municipal de Campinas. Analisaremos como a organização da escola e do trabalho interferem na saúde e provocam adoecimento nos professores.

2.1.1. O Ensino Fundamental

As EMEF ou EMEF/EJA são instituições educativas e locais de trabalho para professores; oferecem o Ensino Fundamental para crianças e jovens. Recentemente, a Lei Federal nº 11.274/2006 instituiu o Ensino Fundamental de nove anos, com matrícula obrigatória da criança com 6 anos de idade no primeiro ano do ensino fundamental.

O Ensino Fundamental com duração de nove anos no Município de Campinas (Decreto Municipal nº 15.712/2006) está organizado, atualmente, em quatro ciclos.

Os Anos Iniciais do Ensino fundamental, antes de quatro anos, agora com 5 anos de duração são divididos entre os Ciclos I e II, educando crianças na faixa etária dos 6 aos 10

anos de idade; os Anos finais do Ensino Fundamental continuam sendo de 4 anos e são divididos entre os Ciclos III e IV e atendem a faixa etária dos 11 aos 14 anos de idade. O trabalho para os professores das séries iniciais foi ampliado com a entrada de crianças com seis anos de idade, antes em pré-escolas.

Quadro 2 - Ensino Fundamental Com 9 Anos de Duração

Anos Iniciais	Ciclo I – Ciclo da alfabetização 1º, 2º e 3º anos
	Ciclo II 4º e 5º anos
Anos Finais	Ciclo III 6º e 7º anos
	Ciclo IV 8º e 9º anos

Fonte: EMEF, Abril 2011.

2.1.2. Professores: recrutamento e seleção

Os professores municipais em Campinas que trabalham no ensino fundamental são divididos em: PEBII, PEBIII, PEBIV, Professor Adjunto I e Professor Adjunto II. Aqueles que desempenham funções de direção, coordenação e supervisão são considerados, pela legislação, como pertencentes ao Grupo de Especialistas da Educação (Coordenador Pedagógico, Orientador Pedagógico, Supervisor Educacional, Vice-Diretor e Diretor Educacional). Temos aqui uma contradição quem é especialista em educação são os dirigentes e não os que se ocupam da atividade de educar e ensinar.

Os professores que trabalham nos Anos Iniciais das escolas municipais de Campinas - Professor de Educação Básica II (PEBII) – devem ter, legalmente, diploma de ensino superior, isto é, licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação para os anos iniciais ou curso Normal em nível médio, conhecido também como Magistério.

Para os professores que trabalham nos Anos Finais das escolas municipais - Professor de Educação Básica III (PEBIII) - é exigido diploma em nível superior, ou seja, uma licenciatura plena nas disciplinas que compõem o currículo da educação básica: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências, Língua estrangeira Inglês ou Espanhol, Educação Física e Artes. Os professores (PEB III) de Educação física, Artes e Língua estrangeira trabalham tanto nos Anos Iniciais quanto nos Anos finais do Ensino fundamental.

Além desses professores, trabalham como docentes no Ensino Fundamental os professores substitutos, que são nomeados como Professores Adjuntos. Dos professores adjuntos dos Anos Iniciais ou Professor Adjunto I exigem-se os mesmos pré-requisitos dos professores dos anos iniciais PEBII. E dos professores adjuntos dos anos finais, chamados de Professor Adjunto II, exige-se os mesmos pré-requisitos dos PEBIII para trabalhar na disciplina própria da área de conhecimento.

Há ainda, os professores de Educação Especial, que trabalham nas escolas municipais nos diversos níveis de ensino com as crianças portadoras de necessidade especiais - Professor de Educação Básica IV (PEBIV) -, do qual se exige como pré-requisito a graduação em licenciatura plena em Pedagogia com formação específica em Educação Especial.

O ingresso na carreira do Magistério, em cargos efetivos, é realizado “exclusivamente por concurso público de provas e títulos” (Lei Municipal nº 12.987/2007, art. 4º). Para os que ocupam postos de trabalho de direção, coordenação e supervisão, é exigida a experiência anterior como professor.

Tanto os docentes quanto os servidores públicos municipais, que ocupam cargos públicos de provimento efetivo, são considerados Funcionários Públicos Estatutários. Há um

Estatuto regulamentando juridicamente o trabalho no setor público. O Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Campinas foi instituído pela Lei Municipal nº 1.399/55. Os funcionários públicos municipais, entre eles os professores, estão inscritos em um Instituto de Previdência Social do Município de Campinas, trata-se da CAMPREV, criado pela Lei Municipal Complementar nº10/2004.

Atendendo aos dispositivos constitucionais, o governo municipal de Campinas contrata professores somente mediante concurso público, com contratos estatutários. Assim, 93% dos professores possuem estabilidade no trabalho e são efetivos. Os 7% restantes possuem contratos pela CLT, pois foram reintegrados ao trabalho por medida judicial.

Embora todos sejam contratados mediante concurso público, há professores que não possuem um posto de trabalho fixo, são contratados para substituírem professores em licença, são os professores adjuntos. Há dois tipos de adjuntos aqueles que substituem os professores polivalentes, isto é, que dão aulas nos anos iniciais (Adjunto I) e os que dão aulas nos anos finais (Adjunto II). Estes últimos, embora tenham a formação em um campo disciplinar do currículo escolar, podem trabalhar em diferentes disciplinas. Assim, foi possível encontrar na pesquisa, professor (Adjunto II) de língua portuguesa substituindo professores de educação física, de matemática substituindo geografia. O mesmo pode ocorrer com os professores dos anos iniciais, foi possível encontrar professores trabalhando com crianças com necessidades especiais. Parece-nos que esta medida se assenta na necessidade apenas de manter alunos em sala de aula e não na preocupação com a formação dos mesmos.

Os professores adjuntos apresentaram certo desânimo com esta forma de contratação e gostariam de trabalhar no seu campo de conhecimento. A pesquisa encontrou professores que afirmavam que por estarem em período probatório (três anos no cargo) e a confirmação no

cargo ser feita mediante avaliações das chefias não poderiam questionar esta forma de distribuição de aulas em substituição, pois uma má avaliação pode significar na sua demissão.

2.1.3. Jornada de Trabalho, distribuição dos períodos e turnos

A Jornada de trabalho dos docentes é composta de horas aula e horas atividade. Cada hora de trabalho docente corresponde a 50 minutos de trabalho. Há uma concepção de trabalho docente na composição da jornada de trabalho para além da sala de aula, de forma geral o trabalho docente é compreendido como aquele que se exerce na sala de aula, no espaço coletivo em reuniões, individualmente na preparação, estudo e correção, na relação com pais e outros sujeitos da comunidade escolar.

Assim, as horas aula são denominadas de Trabalho Docente com Aluno (TDA), isto é, são as horas de trabalho desenvolvidas em sala de aula face aos alunos.

As horas atividade são compostas pelo Trabalho Docente Coletivo (TDC), pelo Trabalho Docente Individual (TDI), pelo Trabalho Docente de Preparação de Aulas (TDPA) e pelas Horas de Projeto (HP).

Vejamos como se organizam cada um destes momentos da jornada de trabalho: (1) o Trabalho Docente Coletivo (TDC) corresponde a duas horas de trabalho docente semanal, cumpridas sequencialmente e em dia a ser definido pela Unidade Educacional. Estas horas são reservadas para reuniões, para a formação e preparação de projeto pedagógico e são cumpridas no turno oposto ao TDA. (2) Além deste momento coletivo (TDC) que integra a jornada de trabalho, há o momento individual, isto é, o Trabalho Docente Individual (TDI). Trata-se de horas para recuperação com alunos, atendimento aos pais e comunidade. (3) Trabalho Docente de Preparação de Aulas (TDPA) destinado à preparação de aulas, até 5 horas semanais, em local a ser definido pelo professor. (4) Finalmente, o professor também

pode ter Horas de Projeto (HP) para desenvolver em projetos pedagógicos ou participar de formação continuada.

Além dessas horas de trabalho docente que compõem a carga horária de todos os professores, existem também as horas de trabalho opcionais - Carga Horária Pedagógica (CHP) - Os professores podem desenvolver atividades pedagógicas com os alunos ou participar de formação continuada utilizando este dispositivo (Resolução Municipal da SME nº22/2010, art. 1º).

As jornadas de trabalho dos professores municipais podem ser compostas das seguintes formas:

Jornada mínima para professores dos anos iniciais (PEBII): 32 horas semanais, sendo 20 horas semanais de TDA, 2 horas semanais de TDC, 1 hora semanal de TDI, 5 horas semanais de TDPA e 3 horas semanais de HP.

Jornada mínima para professores dos anos finais (PEBIII), para professores de educação especial (PEB IV) e para os professores adjuntos (I e II): 24 horas semanais, sendo 15 horas semanais de TDA, 2 horas semanais de TDC, 1 hora semanal de TDI, 3 horas semanais de TDPA e 3 horas semanais de HP.

É permitido aos docentes terem até 48 horas de trabalho semanais.

É a Unidade Educacional que define os turnos, os horários, a divisão do trabalho. Assim, a escola pesquisada funciona em dois turnos de aulas de cinco horas aula cada. No primeiro turno que se inicia às 7h00m e termina às 12h20m, estão distribuídas oito turmas dos anos finais do ensino fundamental: duas salas de 6º ano; duas salas de 7º ano; duas salas de 8º ano; e, duas salas de 9º ano. No segundo turno que se inicia às 13h00m e termina às 17h40m

estão distribuídas oito turmas dos anos iniciais do ensino fundamental: uma sala de 1º ano; uma sala de 2º ano; duas salas de 3º ano; duas salas de 4º ano; e, duas salas de 5º ano.

No entanto, há escolas municipais que funcionam com turnos de 4 horas aula cada, chegando a ter até 4 turnos de aulas por dia, trata-se de unidade escolar com um número alto de alunos matriculados e estão localizadas em regiões com poucos estabelecimentos escolares.

Os professores que trabalham nas escolas municipais podem solicitar a transferência (remoção) para outra escola. O processo de remoção é anual e é realizado mediante um processo classificatório de pontos que combina tempo de trabalho e outras medidas. As transferências podem implicar em mudanças nas jornadas de trabalho, dependendo da quantidade de aula em cada escola.

NA EMEF pesquisada havia vários professores, principalmente dos anos finais PEIII, que trabalhavam em outras escolas municipais ou estaduais ou mesmo privadas. O que nos indica um processo de expansão e intensificação da jornada de trabalho de professores. Encontramos, durante a pesquisa, vários professores PEIII e Adjunto II do período da manhã saírem apressados da escola às 12h20m para poderem chegar à outra em tempo do início da aula da tarde.

Foi possível constatar também, no trabalho de campo, o questionamento sobre a jornada de trabalho. A maior parte dos professores, principalmente PEIII, afirmou trabalhar em outras escolas além dessa. Um dos professores PEIII se exonerou do cargo de professor estadual, escolhendo permanecer trabalhando somente na escola da prefeitura, pela dificuldade em trabalhar em ambas as escolas classificadas como difíceis. Para esse professor, trabalhar em duas escolas em condições de trabalho difíceis poderia provocar problemas de

saúde, portanto, se demitir de uma delas foi a significativa para que pudesse se cuidar e permanecer trabalhando como professor.

2.1.4. Remuneração

Os professores polivalentes, isto é, que trabalham nos anos iniciais do ensino fundamental, trabalhando 32 horas por semana, com formação escolar equivalente ao ensino médio (magistério ou normal) tinham um salário de R\$ 1.820,48 mensais. Esse mesmo professor se tivesse formação universitária teria um salário de R\$ 2.485,96. (Edital concurso, 002/2008). Os professores que substituem licença (adjuntos) com jornada de trabalho equivalente a 20 horas semanais tinham um salário de R\$1.137,86 se tivessem formação em nível médio, e R\$ 1.553,72 de remuneração mensal se tivessem nível superior.

Os professores que trabalham nos anos finais do ensino fundamental, ou com classes de educação especial com jornada de trabalho de 20 horas semanais tinham o piso salarial de R\$1.553,72.

Esses salários correspondem ao piso salarial dos professores municipais de Campinas. A carreira é organizada em níveis, a evolução é realizada mediante formação, tempo de trabalho e desempenho profissional, portanto os professores podem ter salários diferenciados desse piso apresentado acima.

2.1.5. Plano de carreira

Carreira é o percurso que um profissional percorre durante sua trajetória. No funcionalismo municipal de Campinas a carreira é definida pelo Plano de Carreira (Lei Municipal nº 12.987/2007). Somente os professores efetivos, portanto, recrutados mediante concurso público podem participar do Plano.

Segundo esse plano, os professores que ocupam um cargo e fazem parte de um grupo (conjunto de cargos com atribuições semelhantes) dentro do Quadro do magistério público podem evoluir dentro da sua carreira (estrutura de desenvolvimento funcional e profissional) através de níveis e graus.

Os professores passam de um nível para o outro - representado por números na carreira - através da Progressão Vertical. Para ser promovido o professor não pode ter tido pena disciplinar nos últimos três anos. A progressão é feita mediante títulos, diplomas ou certificados vinculados à área de atuação ou de conhecimento reconhecidos pelo MEC¹³. Segundo a Secretaria Municipal de Educação essa promoção significa que o professor está investindo em seu processo de capacitação e especialização profissional.

Também há uma progressão horizontal. Os professores podem passar de um grau para outro mediante avaliação de desempenho. Aqueles que não participaram da progressão vertical e tiveram a maior classificação do grupo em três avaliações de desempenho são promovidos. O problema é que apenas 20% dos professores são promovidos anualmente através desse processo.

As avaliações de desempenho são realizadas pelas chefias e pelos colegas de trabalho em cada unidade educacional, anualmente. As avaliações, segundo a Secretaria Municipal de Educação, têm como objetivo aferir o desempenho do servidor a fim de programar ações de capacitação profissional e como critério da evolução funcional. São atribuídos pontos aos servidores de acordo com sua qualificação (formação profissional), desempenho profissional no local de trabalho (cumprimento das metas) e assiduidade (presença no local de trabalho). A pontuação adquirida classifica o professor, portanto os melhores pontuados podem ser promovidos.

¹³ Ministério da Educação Nacional

As progressões são representadas da seguinte forma: Progressão Horizontal, em graus, com letras de A a L; Progressão Vertical, em níveis, com números de 1 a 6. Dentre o funcionalismo público municipal os professores compõem o grupo ocupacional “D”.

Sendo assim, a carreira do magistério é feita da seguinte maneira [ver Quadro 3, p.37]: os professores polivalentes e os adjuntos I, isto é, aqueles que trabalham nos anos iniciais do ensino fundamental, com formação profissional em nível médio localizam-se no grupo D-A; ingressam na carreira no nível 1, grau A. Para passar de um nível a outro é necessário ter passado por formação profissional, assim podem ir para o nível 2 com licenciatura curta, para o nível 3 com licenciatura plena, para o nível 4 devem ter concluído um curso de especialização (pós graduação lato senso), para o nível 5 devem ter o título de mestre e para o nível 6 título de doutor. Esses mesmos professores com formação universitária ingressam na carreira no nível 3 (Lei municipal nº 12.987/2007, art. 5º).

Os professores que trabalham nos anos finais, na educação especial ou os adjuntos II estão lotados no grupo D-B e têm 4 níveis de Progressão Vertical. A promoção para o nível 2 exige o diploma de especialização (pós-graduação lato senso), para o nível 3 o título de mestre e para o nível 4 o título de doutor.

A atribuição de pontos e classificação geral dos professores subsidia os procedimentos administrativos para atribuições de aulas e remoção (Ordem de Serviço Municipal SME/FUMEC nº04/2007 e na Resolução Municipal da SME nº12/2010). A pontuação é construída por meio de títulos ou diplomas, de produção acadêmica (autorias), por comprovação de formação contínua, por tempo de trabalho e assiduidade. Sendo assim, os professores melhores classificados têm preferência de escolha nos processos de atribuições de aula e de remoção/transferência de unidade educacional.

Quadro 3. Vencimentos do Quadro de Cargos do Magistério Público Municipal de Campinas

SUBGRUPO	NIVEL	GRAU										
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
D-A	1	1.680,00	1.738,80	1.799,66	1.862,65	1.927,84	1.995,31	2.065,15	2.137,43	2.212,24	2.289,67	2.369,81
	2	1.862,65	1.927,84	1.995,31	2.065,15	2.137,43	2.212,24	2.289,67	2.369,81	2.452,75	2.538,60	2.627,45
	3	2.294,00	2.374,29	2.457,39	2.543,40	2.632,42	2.724,55	2.819,91	2.918,61	3.020,76	3.126,49	3.235,91
	4	2.543,40	2.632,42	2.724,55	2.819,91	2.918,61	3.020,76	3.126,49	3.235,91	3.349,17	3.466,39	3.587,72
	5	2.819,91	2.918,61	3.020,76	3.126,49	3.235,91	3.349,17	3.466,39	3.587,72	3.713,29	3.843,25	3.977,76
	6	3.126,49	3.235,91	3.349,17	3.466,39	3.587,72	3.713,29	3.843,25	3.977,76	4.116,99	4.261,08	4.410,22

GRUPO	NIVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
D-B	1	2.294,00	2.374,29	2.457,39	2.543,40	2.632,42	2.724,55	2.819,91	2.918,61	3.020,76	3.126,49	3.235,91
	2	2.543,40	2.632,42	2.724,55	2.819,91	2.918,61	3.020,76	3.126,49	3.235,91	3.349,17	3.466,39	3.587,72
	3	2.819,91	2.918,61	3.020,76	3.126,49	3.235,91	3.349,17	3.466,39	3.587,72	3.713,29	3.843,25	3.977,76
	4	3.126,49	3.235,91	3.349,17	3.466,39	3.587,72	3.713,29	3.843,25	3.977,76	4.116,99	4.261,08	4.410,22

Fonte: Diário Oficial do Município - 29 de junho de 2007, p.28.

As formas de recrutamento e seleção de professores; a composição da jornada de trabalho; distribuição dos períodos e turnos; e, remuneração e carreira do magistério revelam uma concepção de trabalho docente que influencia praticamente todas as atividades do professor em sua trajetória profissional.

O professor público municipal possui estabilidade no trabalho, isto é, segurança de contrato de emprego e uma remuneração profissional acima da média nacional¹⁴ o que não significa ser uma remuneração satisfatória. Apesar dessa estabilidade, o professor municipal está sob constante pressão para se capacitar profissionalmente e cumprir com os diversos projetos que são demandados constantemente para escola. Uma pressão que sofre não só dos chefes imediatos, mas da concorrência com os colegas e de si mesmo para se destacar no trabalho e poder usufruir dos direitos, chamados de benefícios, vinculados ao trabalho, expressos no plano de carreira e do cargo.

¹⁴ R\$ 1.527 para uma jornada de 40 horas semanais. A média nacional de salários de professores da educação básica no país, segundo informações do MEC apud Notícia UOL - Educação de 16/10/2009. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/10/16/ult105u8796.jhtm> Acesso em: 10 Mai 2011.

A orientadora pedagógica, da EMEF observada, ao comentar sobre os projetos e programas que são demandados constantemente à escola nos informa que o grupo do magistério é pressionado a cumpri-los, o que acaba sobrecarregando o trabalho na escola.

“Mas, só que acaba vindo muita coisa é... de fora, né, mandada pra escola. Então são programas que a prefeitura faz, né, até eu tava brava por causa disso. É programas, são os programas que entra e é assim quase que cumpra-se, né, quando não é cumpra-se, né. Então, é um, a escola ela tá aqui, e do mesmo jeito que é pra ensinar, levar o saber entre aspas pros alunos, é... vem um monte de outras coisas em cima... né. E que o aluno não acaba aproveitando, a escola também não aproveita, e também a parte do ensino fica... colocada de lado [...]” (Orientadora Pedagógica, entrevista 12/04/2011)

Essas condições nas quais o professor trabalha induz o professor a cumprir com todos os projetos demandados à escola, a se capacitar e a se especializar cada vez mais para progredir na carreira, para usufruir dos direitos (benefícios) trabalhistas e ter uma melhor remuneração. É exigido dos professores produtividade e competitividade no trabalho, da mesma forma que se exige de trabalhadores em escritórios e fábricas.

De acordo com Vizzaccaro-Amaral (2010), esse tipo de estratégia aparentemente bem intencionada de retribuir a dedicação do funcionário e a sedução que ela gera sobre os trabalhadores não deixa de ser uma forma perversa de organização, que com o tempo vai gerando danos a saúde do trabalhador.

“É que a estratégia da “sedução” implica numa tonalidade essencialmente perversa ao processo, por tornar quase impossível detectar ações que são efetivamente danosas aos trabalhadores. E, pior ainda, fazer do trabalhador um agente de sua própria doença ao mesmo tempo em que retira da empresa a responsabilidade por tal resultado.” (VIZZACCARO-AMARAL, 2010, p.15)

A organização e as condições de trabalho nas escolas municipais de Campinas, portanto, podem estar contribuindo para o adoecimento do professor. A pressão e cobrança que o professor sofre para se sair bem nas avaliações de desempenho, no cumprimento das horas projetos, para atingir metas da escola somam-se à preocupação do desenvolvimento do seu trabalho que envolve o estudo e preparação de aulas, o ensino ou aula, propriamente dita, e conseqüentemente a aprendizagem dos alunos. Além disso, há muitos professores que

necessitam lidar com diversas exigências das várias escolas em que trabalham o que intensifica as suas responsabilidades.

Diante desse quadro o professor pode se tornar mais vulnerável ao processo de adoecimento. Quando se impõe esse tipo de organização e condições de trabalho, com o intuito de se atingir um objetivo educacional, há um processo de precarização do trabalho docente. São colocados objetivos e metas quase que inatingíveis sem modificar as condições de trabalho em que o professor está inserido, sem modificar as condições materiais, físicas e o contexto social das unidades de ensino. O esforço do professor para cumprir as exigências e as dificuldades em conseguir produz sentimentos de incapacidade ao profissional, resultando muitas vezes em depressão e insatisfação com o trabalho.

Entendendo, portanto, que a organização do trabalho está intrinsecamente relacionada com as condições de trabalho, observaremos a partir das entrevistas e das observações, a compreensão que o professor tem sobre esse processo aqui descrito a partir dos documentos oficiais, portanto, da fala do governo municipal de Campinas.

2.2. A escola municipal de educação fundamental: as condições físicas e materiais

As condições físicas constituem o conjunto de condições que apóiam o desenvolvimento do trabalho docente. Dentre essas, destacam-se a infraestrutura escolar: construção predial, iluminação, acústica, temperatura, ventilação e segurança; os materiais básicos e recursos pedagógicos: laboratórios, salas ambientes, televisão, vídeo, computador, aparelho de som, livros, entre outros.

A EMEF observada é uma escola de pequeno porte, térrea, construída num território pequeno, não havendo espaço para ampliação. Ela possui apenas 8 salas de aula, um refeitório que é o local central da escola e que acaba servindo de depósito para vários materiais como caixas de uniformes, arquivos, livros, etc. Possui uma biblioteca com acervo de aproximadamente 3 mil livros, segundo informações da professora readaptada que ali trabalha. A biblioteca, por sua vez, divide seu espaço físico com a sala de atendimento à educação especial. Essas estão montadas numa antiga sala de aula. Há uma sala de informática, utilizada também para reuniões, palestras, etc. Uma brinquedoteca que divide o espaço com a sala de educação física, servindo de depósito para os materiais dessa disciplina.

A parte administrativa, além da cozinha, contém pequenas salas, uma para a diretoria e outra para a orientação pedagógica; sala para os professores; secretaria; dois banheiros, um feminino e outro masculino que servem os alunos; dois banheiros para os funcionários e são utilizados como depósitos de materiais também; e dois banheiros (feminino e masculino) para professores e funcionários.

No espaço externo, há uma pequena quadra e um rancho com uma pia e mesas de alvenaria construídas para atender as atividades da professora de educação especial. A escola é cercada por alambrados, estando algumas partes dos alambrados dos fundos, que dá acesso à EMEI, quebradas e caídas. Há dois portões, um nos fundos que dá acesso à EMEI e o outro na frente que dá acesso à escola e são realizados todos os procedimentos de carga e descarga de materiais, entrada e saída de alunos, pais, comunidade, professores e funcionários. Não há um espaço para estacionamento de carros, ficando todos estacionados na rua em frente à escola.

Com exceção dos alambrados dos fundos que estavam caindo, a EMEF aparentava um bom estado de conservação. A escola estava limpa, não havia pichações, as paredes estavam pintadas, as janelas todas revestidas com grades externas. Apesar de não haver um

almoxarifado e um depósito próprio, os materiais dispostos pelo refeitório, sala de orientação pedagógica e banheiro dos funcionários estavam aparentemente organizados.

A disposição da estrutura física escolar - com a adaptação da biblioteca, brinquedoteca e sala para o atendimento à criança com necessidades especiais - revela uma construção escolar voltada apenas para o atendimento dos alunos em sala de aula.

O trabalho de campo permitiu não somente observar as condições materiais e físicas nas quais o trabalho docente se realiza, mas também como os professores, funcionários, alunos se relacionam com o espaço e uns com os outros.

Na sala dos professores discutindo os objetivos desta pesquisa, duas professoras falavam sobre os fatores responsáveis pelo adoecimento docente, elas argumentavam que a estrutura da escola não contribui muito para a saúde do professor. De acordo com essas professoras, há grande possibilidade de existir um criadouro de Dengue¹⁵ na escola, por causa da estrutura de escoação de água construída ao redor do prédio que acumula lixo e água, e que não é fiscalizada pela Secretaria de Saúde municipal. Segundo as professoras, é preciso modificar essa estrutura. “Se dependesse da gente, se ouvissem nossos palpites, a escola seria toda rodeada de grama, pois a grama absorve a água e não deixa acumular todo esse lixo e nem água, como ocorre aqui.” As professoras afirmaram que além de possibilitar a reprodução do mosquito da dengue, essa estrutura facilita juntar outros tipos de “bichos”.

¹⁵ “O Dengue é uma doença infecciosa causada por um arbovírus transmitido pela picada do mosquito *Aedes Aegypti*, e ocorre principalmente em áreas tropicais e subtropicais do mundo, inclusive no Brasil. As epidemias geralmente ocorrem no verão, durante ou imediatamente após períodos chuvosos. O dengue clássico se inicia de maneira súbita, e podem ocorrer febre alta, dor de cabeça, dor atrás dos olhos, dores nas costas. Às vezes aparecem manchas vermelhas no corpo. A febre dura cerca de cinco dias com melhora progressiva dos sintomas em 10 dias. Em alguns poucos pacientes podem ocorrer hemorragias discretas na boca, na urina ou no nariz.” Disponível em: <http://www.dengue.org.br/dengue.html> Acesso em: 20 Mai 2011.

A reação das professoras no cotidiano da escola evidencia que não há uma política nem uma preocupação do Poder Público em ouvir os professores sobre as condições de seu trabalho. Suas necessidades, dificuldades e expectativas são colocadas muitas vezes nos projetos pedagógicos das escolas no começo do ano letivo, são expostas entre os colegas em conversas informais e nas reuniões do TDC, mas não há uma política municipal para avaliá-las em relação à saúde do profissional.

“A prefeitura não tem uma política clara sobre isso. Agora a prefeitura não tem uma política de preven..., preventiva para evitar, por exemplo, o adoecimento, não tem uma política de assistência desses profissionais. Então, o trabalhador além de contar com as precárias condições de trabalho, com a super lotação da sala de aula, uma infraestrutura que... que não facilita o seu trabalho, além disso, a... o profissional ele tem um, um abandono por parte da instituição empregadora, no caso, a prefeitura de Campinas, que ela não tem uma política definida pra isso. Então, quando ele se vê nessa situação, quando ele fica doente, é, ou ele fica afastado em LTS, licença para tratamento de saúde, ele tem que contar com seus recursos próprios, né. Ele tem que buscar isso lá fora, porque aqui dentro [se referindo à prefeitura] não tem.” (Coordenador Geral - STMC, entrevista 22/03/2011)

A representante sindical do Sindicato dos Trabalhadores Públicos do Município de Campinas, STMC, referindo-se às precárias condições físicas das escolas que são discutidas nas plenárias realizadas pelas secretarias sindicais - educação, saúde, operacional, esportes -, reforça o descaso da prefeitura com a estrutura física das escolas:

“Nós tivemos no início do ano, agora, com o início das aulas em fevereiro, a maior parte das escolas com mato alto, algumas escolas que, que estavam em reforma durante as férias que não terminaram. Então, tudo isso prejudica. A tinta prejudica os professores que tem problemas de renite, de alergia. O mato, as crianças não podiam sair pra brincar de parque. Então, é... a gente tem essa questão de condições de trabalho, é... ambiente, muita coisa a gente pauta a prefeitura, o que é necessário fazer. Nós temos denuncia no Ministério Público também sobre as condições de trabalho, né, o ambiente de trabalho.” (Coordenadora - STMC, entrevista 22/03/2011)

Considerando a importância de se manter uma estrutura e um ambiente de trabalho adequado para a saúde dos professores, observamos diversos fatores que dificultam o desenvolvimento cotidiano do trabalho do professor. Há um consenso em relação aos principais problemas relacionados às condições físicas da escola. Tanto a professora readaptada, que já dera aulas na escola antes do seu processo de adoecimento e readaptação,

quanto a orientadora pedagógica, relataram basicamente as mesmas dificuldades encontradas na estrutura da EMEF, apesar dos investimentos feitos pelo Poder Público e por programas de desenvolvimento educacional.

“Então, eu acho que a estrutura física da escola precisa dar uma melhorada, né. É, a ventilação, a, a, o ambiente mais claro, né. Essa escola aqui, por exemplo, é muita pequena, né. Ah, você vai falar assim, mas tem pouco aluno. Mas poderia ter mais vagas, ter mais alunos se ela tivesse, ãh, se ela tivesse sido melhor projetada, né. Nós passamos por uma reforma que deu uma amenizada, mas por outro, deixaram vários buracos, que a gente hoje, hoje a gente tem um eco nesse corredor que é insuportável pra quem tá dentro da sala de aula com o barulho do aluno, entendeu. Você não sabe o que você tá ouvindo, né. Nós temos uma quadra ali, mas aquela quadra é também da comunidade. Se a comunidade está usando, o professor de educação física não pode usar, entendeu. Então, a nossa educação física é no espaço onde eles têm o recreio, e eles ficam do lado de um monte de sala de aula. Quer dizer, é. Enquanto eles ficam aqui tendo aula de educação física, o barulho na sala de aula não deixa que o outro aprenda direito ou ouça direito o que o professor tá falando, porque você tem barulho do lado de fora. Então, eu acho que a estrutura física da escola é horrível, né. Mas, nós temos hoje verba pra escola, né, de FNDE¹⁶, e que nos dão condição de comprar brinquedos e comprar materiais pedagógicos de suprir melhor a necessidade dos alunos, né, dos professores a contexto dos alunos, né. De trabalhar com seus alunos.” (Orientadora Pedagógica, entrevista 12/04/2011)

“[...] a escola tenta ser mais eficiente possível, mas ela tem as suas deficiências em questão de espaço físico. Então, é. A gente não tem ãh, uma quadra coberta, por exemplo. A gente não tem um espaço mais distante da sala de aula que preserve o, o silêncio, o, a concentração do aluno. Então, os alunos estão, por exemplo, em aula de educação física, no maior, né: brincando, jogando, gritando e a janelinha ali dos outros que estão escrevendo e fazendo lição. Uma coisa assim que não, não combina bem. É..., o local escolhido, né, pra se construir as escolas, é, foi assim. Normalmente é muito deficiente. Um espaço pequeno, não tem onde ampliar [...] a única sala ambiente da escola é a biblioteca. [...] Mas, é, se você precisar de uma sala, por exemplo, a escola teve o projeto dança, não tem onde ensaiar. Então, tudo o que acontece é no refeitório. No refeitório tem reunião, no refeitório tem teatro, no refeitório tem dança, no refeitório tem tudo, né. Arrasta mesa, puxa mesa, então, é. Porque não existe um lugar assim, satisfatório, né. [...] A acústica é muito ruim, muito ruim. Se você liga o ventilador, porque o calor é muito grande, o barulho do ventilador. Essas janelas, [...] é a pior coisa que tem na escola. Elas têm tipo uma, se abre, [...] uma sim, uma não. [...] Eu dei aula aqui nessa sala de aula. Bastante tempo, eu alfabetizei meus alunos aqui, acho que uns três anos nessa sala de aula. Muito difícil, muito mesmo. Muito quente. Naquele tempo a gente não tinha se quer ventilador. Então, devagarinho as coisas estão melhorando. Já tem ventilador. Esse teto do refeitório já foi levantado numa reforma grande que teve há 2 anos atrás. Então, as paredes, é, é foram elevadas e o teto colocado bem pra cima pra dar uma ventilação e uma claridade maior. Em compensação elevou a acústica pior ainda. Então, qualquer barulho que tem no, no refeitório é uma coisa assim monstruosa, né. E as salas de aula uma repercussão muito ruim, muito ruim mesmo

¹⁶O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação que tem como missão prestar assistência financeira e técnica e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade a todos.

[...] cansa é, o professor. Só o barulho é, arrasta cadeira uma outra coisa também, negativa.” (Professora readaptada, entrevista 07/04/2011)

A precária estrutura física básica da escola - acústica, ventilação, iluminação e construção do prédio - precisa ser melhorada. Além disso, há ainda a falta de estrutura e recursos materiais para receber os novos alunos que tem chegado à escola, que são as crianças de 6 anos de idade e as crianças com necessidades especiais.

“Então, eu acho que a demanda da escola é grande. A prefeitura devia olhar pra essas escolas e parar de demandar mais, né. Tem que dar estrutura. Você viu a nossa sala do primeiro ano? Os alunos não batem o pé no chão. As carteiras são altas, a mesa é alta, né. É uma judiação, parece que. Tem seis anos. Pra ir ao parque tem que descer no EMEI ali. Essa escada é horrorosa. Um pra rolar daquela escada é facinho, né. Então, eu acho que tudo isso leva o professor a ficar doente. (Orientadora pedagógica, entrevista 12/04/2011)

Há muitas questões relativas à organização e às condições de trabalho envolvidas com a estrutura escolar. A implantação do ensino fundamental de nove anos impôs a modificação e reorganização do trabalho realizado nas escolas municipais; ao mesmo tempo em que as escolas de ensino fundamental passaram a se organizar em nove anos, não houve uma preparação da estrutura física para receber esses novos alunos.

A orientadora pedagógica relata que os alunos de seis anos não são recebidos por uma estrutura física e pedagógica adequada. As cadeiras e carteiras, os ambientes de recreação e até mesmo recursos pedagógicos não condizem com o tamanho e a idade deles. A escola é obrigada a incorporar a diversidade de alunos, sem, porém, receber capacitação e estruturação física adequada para isso. Esse tipo de imposição tem ocorrido também, com as crianças e adolescentes com necessidades especiais.

De acordo com os professores da EMEF há grande dificuldade para se trabalhar com esse novo público.

“[...] porque os alunos têm o direito deles, né. Mas os professores também têm os seus. E a prefeitura, assim... acho que todos nós, né, a prefeitura também, é... é

assim, simplesmente de mãos atadas, né. Tem um quinto ano nosso que tá sendo lotado de crianças, de crianças com necessidades especiais, né. Em um a gente tem. Num quinto ano não, é sexto. No 6º A, a gente já tem um, né. No 6º B, tem o aluno [E]. Tem o aluno [Y] que entrou agora, tem aquela deformação craniana, né. Ah, tem o aluno [X] ele tem alguma dificuldade, certo... E a, e a, o Conselho Tutelar olha, não pra nos ajudar... ele olha só nos direitos dos pais. Os alunos têm o direito de ter uma sala de aula, uma escola, uma sala de aula pra ele, né. Então, assim, o pai não olha a escola como uma instituição. É... não vou dizer mais adequada, porque não é essa palavra mais adequada, é, pra formação e informação, né... desse indivíduo. Ela é um... lugar onde os pais acham que... o aluno vem, tem direito de tudo, de fazer tudo, ele tá sempre certo, né... e... a gente não tem respaldo, muitas vezes, de nada, né..." (Orientadora pedagógica, entrevista 12/04/2011)

"[...] porque na verdade o professor hoje é baba de luxo, né. Joga as crianças aqui. Principalmente essas crianças com deficiência. O ano passado tinha uma professora, uma menina terminando pedagogia, que lavava, cuidava, trocava fralda do menino, do autista, três, quatro, cinco vezes por dia. Né, pensa bem. Embalava colocava no colo o tempo todo e põe pra dormir, porque... a criança não tem aproveitamento. Não fala. [...] Então, o menino autista aqui, que você já viu e conhece é... ele não tem nenhum controle de fezes ou urina, então, as professoras aqui trocam. Quer dizer, eu, na verdade não me prestaria a isso, sabe. Nunca tive aluno assim, desse tipo, mas eu não me prestaria a isso. A mesma coisa o outro cadeirante, um menino que tem uma lesão cerebral grande, uma paralisia cerebral muito severa. Vem na cadeira de rodas, ele não sustenta a cabeça, os movimentos dele são muito limitados, é um prisioneiro, é uma alma prisioneira dentro de um corpo, né. [...] Na mesinha dele tem um sim e um não. Então, o que ele quer, "você quer tal coisa assim, assim?" pra ele apertar ou sim ou não, né. Até esse movimento pra ele é difícil. Então, o que a gente, enquanto profissional, pode fazer pra melhorar essa situação dele? Não é só aceitar que ele é assim, né. Eu acho que a gente, cada um de nós aqui dentro da escola tem que ver o que pode fazer por ele, né. Mas nós não temos ferramentas de estudo, de conhecimento para lidar com a criança especial. Então, é a especialista [professora de educação especial] que tinha que cuidar disso. E não só cuidar da inclusão, porque o carinho, a aceitação todos nós temos, todas as professoras aqui aceitam, mas é o que fazer pra esse aluno melhorar? O que fazer pra tirar ele dessa, dessa condição é, de entrar na escola sem saber nada e sair da escola sem saber fazer nada, é isso que eu não aceito." (Professora readaptada, entrevista 07/04/2011)

Nota-se, portanto, que, apesar de haver a intenção em ampliar quantitativamente as matrículas no ensino fundamental, por parte do Poder Público, não há uma preparação qualitativa da estrutura escolar e dos profissionais para isso. Embora haja ações como a construção de rampas de acesso e banheiros especiais nas escolas municipais, elas não são, contudo, suficientes para atender esses alunos adequadamente.

O resultado deste processo de ampliação do trabalho dos professores com novos grupos de alunos, sem as adequadas condições para o exercício da profissão, se reflete diretamente no trabalho do professor e na sua saúde. O professor não tem suas necessidades e

condições adequadas de trabalho atendidas, é silenciado, não é ouvido, nem pela gestão municipal, nem pela mídia, nem pela sociedade em geral. É imposto ao professor que trabalhe com novas propostas educacionais, que atinja os objetivos educacionais, mas não se oferece as condições para realizar o trabalho.

De acordo com uma professora PEBIII, envolvida em vários cursos de capacitação e projetos da escola, está muito difícil a situação de trabalho nas escolas atualmente. Apesar de se interessar pela educação e estar em constante busca por aperfeiçoamento profissional, o contexto educacional tem progressivamente desanimado o seu trabalho como professora. Há a intenção, de sua parte, em mudar de profissão, pois não tem esperança que esse contexto venha a se modificar para melhor. De acordo com essa professora, há uma intenção da prefeitura em municipalizar os ciclos II e III do ensino fundamental, o que aumentará as matrículas no ensino municipal. Além disso, constantemente a justiça está ordenando que se matriculem alunos com necessidades especiais nas escolas, sem fornecer, no entanto, um suporte necessário para atendê-los. Para essa professora a responsabilidade da escola tem se ampliado muito sem receber um suporte para isso.

Através do trabalho de campo, foi possível observar que não somente as professoras sofrem com esses fatores. De acordo com uma inspetora de alunos, há crianças com necessidades especiais na escola sem condições alguma de ficarem sozinhas, precisando estar sempre acompanhadas de um adulto responsável. O governo municipal, no entanto, não envia nenhum apoio às escolas para acompanhar essas crianças, ficando os outros funcionários sobrecarregados com o seu trabalho, pois são encarregados muitas vezes de cuidar delas, porque a professora de educação especial não dá conta sozinha de todas.

A sensação de esgotamento com o trabalho foi relatada por uma professora PEBIII. Ela afirmou que cinco horas de trabalho em sala de aula a deixa com uma sensação como se

tivesse trabalhado o dia inteiro, precisando repousar pelo menos uma hora em sua casa para se recompor e poder fazer outros trabalhos cotidianos.

São inúmeras as dificuldades relacionadas ao ambiente de trabalho e ao desenvolvimento da atividade do professor, como acústica ruim, falta de ventilação, móveis inadequados, estrutura predial mal projetada, barulho externo que repercute na sala de aula. Essas dificuldades prejudicam a saúde do professor, promovendo um mal estar, um cansaço e um desgaste físico e psíquico muito grande, o que repercute conseqüentemente, na qualidade da educação escolar.

Tanto por parte da Gestão Municipal, quanto do Ministério Público, não tem havido uma preocupação com a estrutura física e pedagógica da escola, isto é, se essa está preparada ou não para atender aos novos projetos e alunos. Ainda que haja uma grande preocupação em se fazer cumprir a lei, no que diz respeito à obrigatoriedade em atender a todas as crianças em idade escolar, não há a preocupação com as condições em que isso se concretizará. Parece-nos que o poder público negligencia as condições da escola, tanto no que se refere à estrutura, quanto aos profissionais, para o atendimento adequado ou não. Há uma definição legal do que são os padrões mínimos de qualidade da educação escolar, mas esses são definidos genericamente. A finalidade da Secretaria Municipal de Educação, segundo a legislação, é “garantir padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.” (CAMPINAS, Lei nº 12501/06, art. 5º, parágrafo IV).

No item que se encerra abordamos as condições materiais e físicas em que os professores exercem a atividade docente e concluímos que, o Poder Público Municipal impõem às escolas novos projetos educacionais e pedagógicos sem garantir as condições para sua realização. Esses novos projetos exigem dos professores um sobre trabalho para enfrentar

a diversidade de situações. No próximo item apresentaremos os públicos escolares com os quais trabalha o professor da escola municipal.

2.3. A escola municipal de educação fundamental: os alunos

Para Esteves (1999) o mal estar docente é um fenômeno relacionado ao ambiente profissional, à violência nas salas de aula, ao esgotamento físico, às deficiências, às condições de trabalho e escassez de recursos materiais. Segundo o autor, o mal estar por qual vem passando o professor é consequência das bruscas transformações sociais que vêm ocorrendo nos últimos tempos. Transformações que trazem novas funções e exigências para o professor e para a escola, que trazem novos e diferentes valores sociais. Mudanças que ao mesmo tempo em que atribui mais funções aos professores, os desvalorizam financeira e socialmente, sem oferecer apoio, estrutura, capacitação, nem recursos para que esses tenham a oportunidade de exercer sua atividade com qualidade e significativamente.

Além das condições físicas, há o contexto social da escola influenciando diretamente sobre o trabalho dos professores e seu processo de saúde. No entanto, qual o conceito de contexto social? Quais fatores do contexto social da escola influenciam sobre o processo de saúde dos professores?

O conceito de contexto social abrange diversos fatores relacionados às condições de vida da população. Abrange os valores, os costumes e a cultura predominantes na comunidade. “O contexto social de uma pessoa é determinado pelas condições de vida e de

trabalho, pelo nível de rendimentos e pelo nível de escolarização, bem como pelas comunidades em que se integra.” (Portal de Saúde da UE, 20/04/2011)¹⁷

Considerando essa definição sobre contexto social nota-se que a EMEF observada encontra-se numa situação de grandes contrastes e conflitos sociais, pois está situada numa região de grandes desigualdades socioeconômicas de Campinas. Localizada numa região privilegiada da cidade, rodeada de shoppings e condomínios de luxo, está no limite geográfico entre um bairro de classe média e uma favela constituída nessa região.

A maioria dos alunos e da comunidade que a constitui é habitante dessa favela. De acordo com os professores e gestores da educação da EMEF não há uma cultura de valorização do estudo, do conhecimento e do saber escolar por parte da maioria da comunidade, dos pais e alunos. Segundo os professores, os alunos não apresentam perspectivas de melhora de vida através do estudo.

“A origem social daqui é uma grande ocupação de favela. [...] Uma favela implantada dentro de uma estrutura social melhor. Um bairro melhor, cercado de shopping, né. Você tem aqui o Shopping [...] muito próximo, tem condomínios de luxo muito próximo, tem o [outro] Shopping [...] aqui do lado. Então, dentro de uma de um, de um, de bairros de uma classe média e de uma classe média alta, essa favela [...]. Então, hoje em dia são poucos os barracos, a maioria já tem a sua alvenaria, já tem as suas coisas mais estruturadas. No entanto, a origem deles é de, de descaso, de desleixo, né, de sujeira, né. Eles têm essa cultura mesmo. A não valorização do conhecimento, a não valorização da escola, do professor.” (Professora readaptada, entrevista 07/04/2011)

“[...] porque o aluno não vem mais pra escola é... estudar. Ele vem pra não perder a bolsa família e tantas outras bolsas que ele tem, né. O pai vem desesperado pra escola, não pra ver se o aluno tá bom, quando ele perde ou está perdendo, quando ele recebe uma carta que tá chegando as faltas dos filhos deles lá, que são muito grandes, que ele vai perder a bolsa família. Então, é isso que a escola hoje, não é mais uma ãh... uma instituição é... para educar. É uma instituição, é, filantrópica, né. O aluno vem aqui você cuida, né, coitadinho! Daquele jeito que a [professora] falou, né, ele tem problema disso, daquilo e daquilo outro, e ainda a mãe não cuida, o pai

¹⁷Contexto social. Portal de saúde da União Européia. Disponível em: http://ec.europa.eu/health-eu/my_environment/social_environment/index_pt.htm Acesso em: 20 Abr 2011.

não tá nem aí, tem um filho com cada pai, né. [...] Sabe é umas coisas assim que... se você for andar aqui, todo mundo aqui na escola tem um parentesco com o outro, né.”
(Orientadora pedagógica, entrevista 12/04/2011)

Os dois depoimentos acima revelam um olhar de classe social. As professoras oriundas das camadas médias observam seus alunos a partir de seu lugar de classe. Os grupos sociais desfavorecidos são observados como culpados por se encontrarem numa situação social. Assim o ofício de ser professor se apresenta na dimensão da filantropia, do cuidado.

Segundo uma professora PEBIII os professores precisam constantemente buscar estratégias de motivação para que os alunos se interessem pelos estudos: “Mas é necessário dar perspectiva pra eles. Os pais nem sabem por que os alunos vêm pra escola. Mandam pra escola porque é socialmente aceitável, por causa da bolsa escola. [...] Eles resistem a aprender.”

O desabafo dos professores em relação à preocupação com o desenvolvimento do seu trabalho e com a aprendizagem dos alunos foi preponderante durante a realização do trabalho de campo. Apesar de ser conciso o tempo de observação, o descontentamento dos professores em não conseguir desenvolver satisfatoriamente suas atividades com os alunos ficou evidente nos relatos observados. Esse descontentamento está diretamente implicado numa visão idealista de seus alunos, como se todos os grupos sociais pudessem ter a mesma relação com o conhecimento escolar e com a instituição.

A falta de perspectiva dos alunos para com o estudo, enfatizada pelos professores pode ser observada através do relato de uma aluna do nono ano de 16 anos de idade. Após lhe questionar sobre se desejava cursar uma faculdade ao terminar o ensino médio, a aluna respondeu: “A não. Não precisa muito de faculdade, né, dona?” Afirmou, inclusive, que não gostaria de sair dessa escola, porque o namorado está no sétimo ano e ele não sairá junto com ela no próximo ano em que terá que ir para uma escola estadual cursar o ensino médio. Segundo a aluna, se ela pudesse, ela reprovava de ano só para esperá-lo, mas infelizmente ela

não tem como fazer isso, pois: “não reprova, né, dona?” Para essa garota, a escola é um espaço de socialização, onde pode encontrar-se afetivamente com o namorado.

De acordo com o trabalho de campo, a principal aflição dos professores se mostrou em relação a não conseguir despertar o interesse dos alunos em aprender. Segundo os professores, por mais que façam, desenvolvam atividades diferenciadas e se empenhem em ensinar-lhes o conteúdo, os alunos não demonstram interesse em estudar e aprender o mesmo.

Não é objetivo desta pesquisa, mas é necessário conhecer e explicar as causas, o desenrolar de trajetórias escolares diferenciadas segundo os grupos sociais. Maria Alice Nogueira (1991) nos informa que as classes populares têm uma relação contraditória com a escola.

“Ao mesmo em que expressa sentimentos e atitudes de rejeição e distanciamento em relação a ela, como que reconhecendo e reagindo ao processo de identificação negativa a que nela fica exposta (com suas conseqüências em termos de discriminação, desvalorização, em suma de inferiorização social), não abdica de seu direito à instrução, aceita-a como fonte legítima da aquisição do conhecimento e nela deposita suas expectativas de promoção social.” (NOGUEIRA, 1991, p. 90)

Uma das professoras do 1º ao 9º ano afirma que o maior descontentamento com a escola ocorre por causa da falta de interesse dos alunos que não se comprometem com os estudos. Segundo a professora o empenho em desenvolver e preparar atividades específicas para os alunos não tem surtido o efeito esperado por ela, causando-lhe grande insatisfação com o seu trabalho. Para a professora a solução para poupar o cansaço e a sua saúde significaria desistir da preocupação com a aprendizagem desses alunos que não permite que seu trabalho tenha um retorno satisfatório.

De acordo Lipp (2002, p.110), essa professora se encontraria num estágio de resistência do estresse, isto é, o organismo procura se adaptar a ação prolongada do estressor para manter seu equilíbrio. Esse estágio, dependendo do sujeito, pode resultar em sintomas de apatia para com o trabalho. Contudo, o organismo não encontrando o equilíbrio pode vir

apresentar sintomas mórbidos no próximo estágio do desenvolvimento do estresse. A elaboração de uma política de saúde preventiva poderia atuar no apoio a esses professores nesses estágios anteriores ao desenvolvimento dos sintomas mórbidos, diminuindo o sofrimento docente e os consequentes afastamentos da sala de aula.

De acordo com uma professora adjunta II, a maioria dos professores encontra dificuldades para trabalhar com os alunos dessa EMEF, por causa da cultura e da forma de vida dos alunos que são muito diferentes da cultura e forma de vida dos professores. Para ela, a maioria dos alunos vive em famílias “desestruturadas”. A noção de família, que os professores possui, é de família nuclear, pai e mãe e filhos, no entanto, as famílias se diferenciam segundo os grupos sociais. Segundo essa professora, os alunos vivem com avós e parentes que não ligam muito. Os pais se casam e se separam várias vezes, tem irmãos de vários pais ou mães diferentes. Os pais são muito novos, as meninas ficam grávidas muito novas. Segundo a professora adjunta, houve um ano em que uma aluna de onze anos ficou grávida. O ano passado havia cinco alunas grávidas na escola e a maior idade que elas têm é de aproximadamente quinze anos. Segundo ela, o que ocorre é um choque cultural com os professores, e, por isso, muitos não aguentam. Atualmente, a escola precisa ensinar tudo para os alunos, pois não há uma educação básica em casa. Os professores precisam ensinar desde a forma como eles devem escrever e dividir o caderno até como devem se portar e comer socialmente. Segundo ela, muitos alunos têm pais presos em cadeias. O problema deles não é tanto financeiro, porque quando há passeio com a escola a maioria tem dinheiro para pagar. Muitos pais trabalham também. Há no bairro um grave problema com tráfico de drogas e os professores sabem quem são os alunos “herdeiros” do tráfico. Segundo a professora a maioria dos alunos trata os professores com intimidação e é preciso saber agir com isso. “Você tem que mostrar que você pode pertencer a eles, ser amigo deles.” Segundo ela, os professores precisam aprender a relevar muitas provocações dos alunos, porque “se não, você não aguenta

os vinte e cinco anos”, se referindo ao tempo de serviço da mulher na profissão de professora. Para ela, que tem três anos de magistério, não há grandes preocupações com a atitude dos alunos: “Por enquanto, estou levando numa boa, é só não encanar. Quero ver se eu aguentarei os vinte e cinco anos. Mas se não ligar pra isso, tentar entender a cultura deles, acho que dá pra levar.”

Os professores, segundo os depoimentos, afirmam conhecer a realidade social de seus alunos e a compreendem a partir de seu lugar de classe, isto é, há um estranhamento sobre a forma como vivem seus alunos. Entretanto, a maioria dos professores se preocupa muito com o desenvolvimento do seu trabalho e com o processo de aprendizagem de seus alunos. Buscam continuamente desenvolver o ofício de ensinar, trazendo atividades e propostas diversas para despertar-lhes a atenção para o estudo, em concordância com os parâmetros estabelecidos pela gestão municipal.

No entanto, o contexto social em que estão inseridos exige o desenvolvimento do ofício docente para além das atividades de planejamento, preparação e execução do ensino do currículo proposto. Exige-se um envolvimento dos professores além de sua atividade docente, pois as situações sociais a que estão submetidos os seus alunos têm exigido cuidados e ações que extrapolariam as funções e limites da escola que seria o ensinar o conteúdo. Podemos aqui inferir que há uma concepção de trabalho de professor como aquele que instrui e ensina, uma dimensão de que a educação escolar não deve se ocupar da formação de hábitos, costumes de crianças e jovens. No entanto, nesse contexto, para que o professor consiga desenvolver seu trabalho de educar precisa estar atuando primeiro e concomitantemente nesses aspectos sociais, na construção de hábitos de estudo, na motivação, no desenvolvimento de perspectivas por parte dos alunos. Um trabalho que não tem, segundo as professoras, respaldo no cotidiano dessa comunidade, dos pais e dos alunos que vão para escola, não por terem a expectativa de um obter um futuro melhor através do estudo, mas por

terem esse direito obrigatório garantido. Segundo a orientadora pedagógica, muitos pais enviam seus filhos para a escola para não terem problemas com o Conselho Tutelar ou porque recebem uma complementação na renda familiar através da bolsa família. O Conselho Tutelar tem poder de fiscalização e de garantir o direito de crianças e adolescentes à educação (BUFALO, Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069/1990, 2004).

“Eu to falando dessa realidade porque nós estamos aqui, né. É... aluno... ele... Tem aluno que não está interessado em saber ler e escrever entendeu? Parece que ele vem, por causa da bolsa família mesmo, por causa disso, entendeu. E... vendo que ele é mandado desse jeito pra escola, “por causa disso você tem que ir, se não eu perco a bolsa família”, né, ou “se não você vai ser levado pelo Conselho Tutelar”, né, “se você faltar” é... Essa obrigatoriedade dele vir pra escola e com que... faz com ele assim... não demonstre que ele queira aprender e tal. A escola deveria ser vista por ele e pelos pais dessa forma, não pra ganhar um prêmio. “Então, se eu não faltar minha mãe ganha a bolsa família”, né. “Se eu for pra escola o Conselho não vai bater e encher o saco da minha mãe. Não vai bater em casa e encher o saco da minha mãe. Eu to indo pra escola.”Entendeu. Então, são formas de ajudar o povo? São, tá. Mas do jeito que ela é colocada... o bolsa família deveria ser assim, você ter boas notas, né, e ter uma boa frequência... Mas assim, você chega num, num, num patamar, que você assim, só passa aquele aluno, porque ele não dar mais nada aqui... né. Ou de outra forma é assim, aquela questão que ele fala sempre no Estado, né. É... a progressão continuada. “Por que? Eu vou passar mesmo”. Aqui eles sabem, tem muitos alunos que sabem que eles vão passar mesmo. Então, é assim... eu vejo o professor muito desvalorizado, né. E o aluno, eu posso tudo. Eu não preciso fazer nada, né. Eu posso ir lá atormentar meu professor, que não vai acontecer nada comigo, né. Não tem como ele me por pra fora, por mais que o Conselho Tutelar fale que tem. Não tem. Nada que me ponha pra fora, não tem nada que ajude ao professor para me tirar daqui. Mãe também, que não vai atrás de nada pro filho.” (Orientadora Pedagógica, entrevista 12/04/2011)

Observa-se através das entrevistas e das observações o que se afirma ser falta de interesse e de expectativas dos alunos com a escolarização e o estudo estão relacionados diretamente às condições de vida dos alunos. A violência está muito presente na escola, de diferentes formas: como exclusão social dos alunos, discriminação de classe, preconceitos e agressão física e simbólica. Muitos professores relataram sentirem-se agredidos com as falas e atitudes de alguns alunos.

De acordo com uma professora PEBIII, há na comunidade tráfico e consumo de drogas. Quando começou a trabalhar na escola, discutia com seus alunos nas aulas sobre o problema das drogas, tentando conscientizá-los sobre os males da mesma. No entanto, segundo ela, ao saber que os pais de muitos alunos trabalhavam com isso, começou a temer

em continuar com suas falas contrárias às drogas e sofrer retaliação por conta disso. Uma professora do 1º ao 5º ano se explicou com o mesmo argumento o motivo de não falar sobre drogas com os seus alunos.

“No plano real, o problema da violência é minoritário, isolado e esporádico. No plano psicológico, o efeito do problema – como vimos – multiplica-se por cinco, levando a um grande número de professores, que nunca foram agredidos e que provavelmente nunca o serão, a um sentimento de intranquilidade, de mal-estar mais ou menos difuso que, em conjunção aos fatores contextuais que viemos estudando, produz esse emaranhado cognitivo, intencional e subjetivo que Polaino (1982) situa como causa do estresse dos professores.” (ESTEVEVES, 1999, p.54)

O assunto de maior repercussão entre professores e funcionários, durante a realização do trabalho de campo, esteve relacionado à invasão que o exército faria no bairro num final de semana e que o batalhão de soldados ficaria alojado na escola. Solicitou-se dos professores e funcionários que não avisassem os alunos e a comunidade. Tanto a direção da escola quanto os professores e funcionários se mostraram bastante aflitos com essa situação. A escola é um espaço educacional e não de repressão policial, o exército se alojaria na escola para fazer o treinamento de invasão do bairro. Segundo a inspetora, após o cabo do exército comparecer à escola para fazer o reconhecimento do local, alguns integrantes do tráfico de drogas questionaram a direção escolar sobre o motivo da presença do pessoal do exército na escola.

Tanto os funcionários quanto os professores da escola foram dispensados do trabalho pela direção escolar por motivos de segurança. O motivo da dispensa era a integridade desses profissionais nos dias da invasão do exército no bairro. Perguntamos quem se preocupa com a integridade dos habitantes, alunos ou não da escola? Não se trataria de outra dimensão da violência a que são submetidos os habitantes desta favela? Qual é o lugar da escola e de seus trabalhadores nesse processo?

A posição do NAED se confronta com a posição da direção da escola, na direção de responder às perguntas acima. Esse órgão enviou uma ordem para a escola exigindo que os funcionários e dirigentes escolares permanecessem na escola durante os dias da invasão. Essa

ordem causou grande discussão entre eles, pois acompanhar um exército armado, mesmo em missão de paz, segundo os funcionários significava grande perigo para as suas vidas.

O trabalho de observação, no campo da pesquisa, revela que os professores evitam muitas vezes a discussão de assuntos polêmicos, como o processo de tráfico de drogas, pois temem a lesão de suas vidas. Contudo, os órgãos superiores dispõem ordens, programas e ações que pressionam a escola a enredar assuntos que ameaçam a integridade dos seus trabalhadores. O professor tem se envolvido em situações que estão além do ofício da educação escolar. Tem sido levado, segundo os professores, a desenvolver papéis de assistência social, isto é, toda a responsabilidade sobre a organização, ordenação, desenvolvimento e progresso social e econômico da sociedade está colocada sobre a responsabilidade da escola. Essa pressão, para resolver as questões sociais, coloca para os professores metas intransponíveis, pois são estruturais e não dizem respeito somente à escola. Esse processo tem afetado muito a saúde dos professores que não conseguem atingir os objetivos propostos. É uma pressão psicológica muito grande, não é uma questão apenas de formação profissional, como muito se discute atualmente, mas de apoio, cuidado e valorização, que professores não têm.

“Então, isso me levou a um estresse enorme a uma depressão mesmo, e o médico resolveu me afastar por seis meses e fui tirando licença até terminar o ano. No início do ano é... eu ainda não estava bem, inclusive o aluno que eu tinha o maior problema que tinha me ameaçado de morte, de roubo, de uma série de coisas e que liderava a classe pra isso, é... veio a ser preso. Quer dizer, era realmente um bandido, era é uma coisa que eu devia... pe... me, me... é..., pedi apoio pra direção e eu não tive todo esse apoio, [Na época era outra direção] “que o menino era bom, que ele não fazia nada disso”, então é... se eu que não estava bem, eu que precisava me afastar. E eu, né, fiquei realmente até voltar ao meu equilíbrio, e... só chorava. Eu entrava aqui na escola pra trazer papel do, do médico, eu só chorava. (Professora Readaptada, entrevista 07/04/2011)

“A direção que vem vindo hoje, [Referindo-se ao contexto geral] ela vem com olhar assim: porque não tem direito a nada, aluno tem direito a tudo. Então, você vê, nós tivemos, tem uma professora aqui, que estava numa outra escola, levou uma cadeirada, faz mais ou menos uma semana, de aluno. Levou uma cadeirada, né... Aí o aluno foi suspenso? E aí? Aqui de manhã nós tivemos uma aluna que chutou a

perna da professora... a professora fez que não viu, fez que não foi nada, e disse pra mim, está doendo, (...) né.” (Orientadora pedagógica, entrevista 12/04/2011)

Como já observamos o professor envolvido com a responsabilidade do ensino, da aprendizagem, encontra grandes dificuldades para estimular o interesse pelo estudo dos seus alunos pela diversidade de situações sociais e culturais. Não é apenas ter um método e ensinar o conteúdo, é preciso compreender a heterogeneidade dos alunos, desenvolver perspectivas de futuro pela escola, enfrentando muitas vezes a violência das condições sociais em que estão inseridos alunos e professores, a violência da imposição de políticas educacionais, enfim, a violência das condições de trabalho. Essa situação de desamparo tem lhes causado grande aflição, cansaço e esgotamento.

Em vários depoimentos dos professores, foi possível observar essa indignação, essa frustração pela incapacidade de que não podem fazer nada em relação aos seus alunos e à educação por falta de apoio de uma política que lhe dêem respaldo. Enfim, de valorização do seu trabalho.

Todo o mal estar sentido pelos professores no seu ambiente de trabalho gera alto grau de desânimo e estresse nos professores que sofrem pressões de todos os lados, tanto dos alunos, quanto dos pais, da comunidade e do órgão empregador. O mal estar é provocado por não receberem nenhum tipo de apoio da gestão municipal e muitas vezes nem da própria gestão escolar, pela sobrecarga de trabalho e pela frustração de não conseguirem desenvolver seu trabalho satisfatoriamente. (Esteves, 1999; Codo,1999)

De acordo com Ferreira et. al. (2009) a principal fonte de prazer dos professores é ver o resultado do esforço e do trabalho no progresso e na aprendizagem dos alunos. O querer fazer e não conseguir, a frustração de não conseguir atingir seus objetivos causa sofrimento ao professor, sentimentos depressivos de incapacidade e derrota que sendo prolongados e não tratados pode vir a se transformar em doenças.

Observamos no capítulo que aqui se encerra como a organização e as condições de trabalho provocam mal estar na docência. Observamos como as formas nas quais a educação escolar se organiza, como os professores são recrutados, selecionados e constroem suas carreiras, como vivenciam cotidianamente as condições físicas e materiais, a violência das relações sociais no entorno e dentro da escola. As dimensões aqui analisadas nos permitem afirmar que as condições e a organização do trabalho docente contribuem para construir situações de adoecimento. Veremos no próximo capítulo como se dá esse processo.

CAPÍTULO 3: ADOECIMENTO E READAPTAÇÃO

“Um número crescente de estudos realizados em países desenvolvidos mostram que os educadores correm o risco de esgotamento físico e mental sob o efeito de dificuldades materiais e psicológicas associadas a seu trabalho. Essas dificuldades, além de chegar a afetar a saúde do pessoal, parecem constituir uma razão essencial para os abandonos observados nessa profissão.” (OIT, 1981, p.123 apud ESTEVES, 1999, p.58)

Considerando que o adoecimento docente e os afastamentos da sala de aula são reflexos da perversidade e precariedade das condições de trabalho das escolas em que se encontra o professor municipal, como foi discutido no capítulo anterior, surgem alguns questionamentos: Como se dá os afastamentos e readaptações dos professores municipais? Qual o número de professores que estão fora da sala? Qual o conceito de doença e a posição do DPSS e da Secretaria Municipal de Educação para com a saúde do professor? Quais as principais doenças que acometem os professores na sala de aula das escolas municipais?

Dessa forma, neste capítulo estaremos analisando os dados quantitativos referentes aos professores afastados da sala de aula, a legislação e os regulamentos que amparam esses afastamentos, o conceito de adoecimento e as principais doenças que tem acometido, atualmente, os professores das escolas municipais de Campinas.

3.1. Professores Afastados e seus Regulamentos

De acordo com os dados referentes ao mês de abril de 2011 cedidos pela CGP do DEPE da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, há na prefeitura 239 professores afastados da sala de aula. Desses, 76 são professores da Educação Infantil, 48 são professores

dos anos iniciais do ensino fundamental, 107 são professores dos anos finais do ensino fundamental e 8 são professores de Educação Especial.

Há 41 professores afastados do cargo, exercendo outra função; 116 professores readaptados; 47 professores limitados; 30 professores em licença para tratamento de sua saúde e 5 professores em licença sem vencimentos.

Tabela 4 – Professores Afastados da Sala de Aula

	Ed. Infantil	Anos Iniciais	Anos Finais	Ed. Especial	Professor Adjunto I	Total
Exercendo outra função	9	5	22	5	-	41
Licença Sem Vencimento	3	-	2	-	-	5
Licença Tratamento Saúde	12	7	10	1	-	30
Readaptado	37	25	53	1	-	116
Limitado	15	11	20	1	-	47
Nº Total Afastados	76	48	107	8	-	239

Fonte: CGP/DEPE, Abril 2011.

Vejamos o que diferem esses afastamentos:

Os professores afastados do cargo exercendo outra função estão afastados da sala de aula não por motivos relacionados ao seu processo de saúde, mas sim, pois foram requeridos para trabalharem em outra função fora da sala de aula.

O docente e o especialista de educação poderão ser afastados do exercício de seu cargo respeitando o interesse do Administrativo Municipal, para os seguintes fins:

I - Prover cargo em comissão e exercer função de confiança;

II - Exercer atividades inerentes ou correlatas às do Magistério, encargos ou funções previstas nas Unidades Educacionais e/ou órgãos da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, com as vantagens do cargo;

III - Exercer por tempo determinado, atividades em órgãos ou entidades da União, do Estado, de outros Estados e Municípios, em outras Secretarias Municipais de Campinas, em Autarquias e em outros Poderes Públicos.

IV - Exercer, junto a entidades conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação de Campinas, sem prejuízo de vencimentos e das demais vantagens do cargo, atividades inerentes a do Magistério;

(...)

VI - Exercer cargo em comissão ou substituir ocupantes de cargo, quando o titular estiver afastado, desde que atenda as exigências do Anexo único desta Lei; (CAMPINAS, Lei nº 6.894 de 24/12/1991, art. 66º)

Através das observações no trabalho de campo foi possível conhecer alguns professores afastados da sala de aula por esse motivo.

Na EMEF observada a vice-diretora efetiva estava afastada do seu cargo para exercer uma função junto à administração da Secretaria Municipal de Ensino. No lugar dessa vice-diretora estava uma professora dos anos iniciais do ensino fundamental da própria escola, que se afastou da sala de aula, para substituir temporariamente a função da vice-direção.

A coordenadora do sindicato – STMC, professora efetiva de Educação infantil municipal - também se encontrava afastada da sala de aula para exercer a sua função atual no sindicato. A coordenadora do DEPE que cedeu os dados estatísticos sobre o quadro do magistério público estava afastada de sua função de professora dos anos finais do ensino fundamental para exercer sua atual função na coordenação de gestão de pessoas.

O foco dessa pesquisa não está diretamente sobre esses professores que legal e aparentemente estão afastados por motivos que não estão relacionados ao seu processo de saúde. Contudo, seria interessante um estudo visando conhecer os motivos que levam esses professores a aceitarem exercer outra função fora da sala de aula.

Os professores afastados em Licença Sem Vencimentos - LSV - são servidores com mais de 3 anos de efetivo exercício na Prefeitura Municipal de Campinas em licença sem vencimento para conclusão de tese acadêmica. “O servidor e o empregado público municipal, integrante do Plano de Carreiras, poderá requerer licença sem vencimentos, pelo prazo máximo de 4 (quatro) meses, para conclusão de tese acadêmica.” (CAMPINAS, Lei Municipal nº 7.524 de 23/06/1993, artigo 8º)

Atualmente, são 5 professores afastados em licença sem vencimentos. De acordo com a referida lei, esses professores estão afastados da sala de aula por motivos de capacitação

profissional e não por motivos relacionados ao seu processo de saúde. Portanto, eles não são foco desta pesquisa, que analisa as relações entre saúde e trabalho do professor.

Analisando, portanto, a legislação municipal de Campinas que trata sobre o assunto, foi possível notar que os casos de afastamentos por licença saúde, por readaptação e limitação são os afastamentos decorrentes de processos relacionados tanto ao adoecimento quanto aos acidentes de trabalho.

Os professores afastados por licença saúde são aqueles afastados temporariamente do trabalho para o tratamento de sua saúde e por motivo de doença: são licenças para tratamento de saúde (LTS) ou por acidente de trabalho. O servidor afastado por esses motivos passa por perícia médica oficial do Departamento de Promoção à Saúde do Servidor (DPSS) e deferindo-se a mesma, até 15 dias corridos, fica assegurado de seus vencimentos, exceto auxílio refeição e vale transporte, pela administração municipal. Permanecendo afastado a partir do 16º dia, no entanto, é submetido à perícia médica previdenciária e deferindo-se essa, passa a receber seus vencimentos pelo CAMPREV. No caso de servidores não concursados, que trabalham para a prefeitura municipal pelo regime de celetistas (professores reintegrados judicialmente) passam pelo mesmo procedimento, mas a partir do 16º dia de afastamento, no entanto, são encaminhados para o Instituto Nacional de Serviço Social – INSS que é o responsável por sua previdência e seguridade social. (CAMPINAS, Lei nº 8.219 de 23/12/1994 art. 54 a 58)

Atualmente, existem 30 professores afastados da sala de aula em Licença para Tratamento de sua Saúde (LTS). Desses, 12 professores atuam na educação infantil, 7 professores atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 10 professores atuam nos anos finais do ensino fundamental e 1 professor atua na educação Especial.

A readaptação e a limitação funcional é um processo no qual o professor é afastado integral ou parcialmente das funções de seu cargo, atribuindo-lhe determinadas funções compatíveis com sua capacidade física ou mental consideradas pela perícia médica oficial (CAMPINAS, Lei nº 8.219 de 23/12/1994, artigo 41 ao 47). Geralmente, esses processos ocorrem após o profissional ter passado por um longo período de licença para tratamento de sua saúde e o médico o libera para voltar ao trabalho com algumas restrições relacionadas à sua função, visando sua reabilitação.

O processo de readaptação funcional ocorre, quando a limitação do professor está relacionada às atribuições essenciais do seu cargo ou função. Dessa forma, a perícia médica indica que esse funcionário seja readaptado em outro cargo ou função de acordo com sua capacidade profissional e com sua saúde

“Quando a limitação for permanente e abranger as atribuições essenciais do seu cargo ou função, o servidor será readaptado em outro cargo ou função compatível com a sua habilitação e capacidade física e mental, asseguradas a respectiva jornada de trabalho e a correspondente remuneração, integrada pelas parcelas incorporadas.” (CAMPINAS, Lei nº 8.219 de 23/12/1994, art. 44º)

Já, o processo de limitação ocorre quando a limitação do professor estiver relacionada a algumas atribuições do seu cargo ou função, podendo permanecer em seu cargo exercendo as funções compatíveis com sua capacidade física ou mental.

“Quando a limitação for permanente ou irreversível apenas para determinadas atribuições de seu cargo ou função, o servidor poderá nele permanecer, exercendo somente aquelas autorizadas pela perícia médica oficial.” (CAMPINAS, Lei nº 8.219 de 23/12/1994, art.43º)

Sendo assim, de acordo com os dados estatísticos, há atualmente na prefeitura de Campinas, 116 professores afastados por readaptação funcional. Desses, 37 professores são da educação infantil, 25 professores são dos anos iniciais do ensino fundamental, 53 professores dos anos finais do ensino fundamental e 1 professor da educação especial.

Há 47 professores afastados por alguma limitação funcional, sendo 15 professores da educação infantil, 11 professores dos anos iniciais do ensino fundamental, 20 professores dos anos finais do ensino fundamental e 1 professor da educação especial.

Analisando esses dados, é possível observar que entre professores do ensino fundamental há aproximadamente 9% dos professores afastados da sala de aula por motivos relacionados ao seu processo de saúde.

Desses, 8% estão readaptados ou limitados para exercer a função de docência, estando aproximadamente 6% totalmente afastados da sala de aula e das funções de seu cargo que são professores readaptados e 2% continuam exercendo a função da docência, mas com algumas limitações, que são os limitados.

Considerando que os professores readaptados foram afastados da sala de aula por causa do seu adoecimento, isto é, estiveram fora do trabalho em licença para tratamento de saúde; há que se conhecer o que se entende por adoecimento e quais doenças mais acometem os professores. Os professores readaptados são aqueles que puderam voltar ao trabalho, mas que possuem restrições para o desenvolvimento de suas atividades.

3.1. Adoecimento

O que é o adoecimento? Quais doenças mais acometem os professores? Quais as principais doenças afastam os professores da sala de aula das escolas municipais?

Considerando que a readaptação funcional é deferida por perícias médicas oficiais, o conceito de adoecimento utilizado pela Secretaria Municipal de Educação está baseado no conceito do ponto de vista médico de doença.

Segundo Fontana et. al. (2000, p.14), o conceito médico de doença traz que estar doente significa estar em um processo mórbido definido, com determinados sintomas, causas e terapêutica mais ou menos definidas pelos profissionais competentes da saúde. “Para a medicina, a doença é uma condição especial: nem sempre o homem - que - sofre apresenta uma doença ou estado mórbido.”

Atualmente, as principais doenças que acometem os professores em seu trabalho têm sido relacionadas aos distúrbios mentais, as alterações osteomusculares e da voz. (Porto, 2010; Ferreira et. al., 2009; Leite e Souza, 2007).

Apesar de não possuir especialização profissional para analisar os sintomas mórbidos presentes na escola, através do trabalho de campo foi possível captar as principais queixas dos professores relacionadas à sua saúde.

De acordo com uma professora, adjunto I, há diversos casos de professores com depressão, com problemas na coluna e nos ombros nas escolas municipais. Uma professora de 1º ao 5º ano, concordando com essa afirmação argumenta sentir muita dor nos ombros, principalmente porque precisa se esticar para escrever na lousa. Segundo a professora adjunta I, há muitos professores com problemas no pulso, inclusive que havia uma professora do 1º ao 5º ano com síndrome no túnel do carpo¹⁸ na escola e que essa não podia fazer muito esforço para escrever, por causa disso.

Durante o trabalho de campo, foram observadas várias queixas dos professores em relação à saúde. Queixas de dores na coluna, dores no ombro, queixas relacionadas à ansiedade. De acordo com uma professora PEBIII o uso de ansiolítico, que é um

¹⁸Síndrome do Túnel do Carpo – “doença que ocorre quando o nervo que passa na região do punho (nervo mediano) fica submetido à compressão, originando sintomas típicos como dormência e formigamento nas mãos, principalmente nas extremidades dos dedos indicador, médio e anular.” KOUYOUMDJIAN, J. A. Síndrome do túnel do carpo. Disponível em: <http://www.saudevidaonline.com.br/stc.htm> Acesso em: 20 Mai 2011.

medicamento para controlar a ansiedade, é comum entre os colegas de profissão. A disфонia – alterações da voz – também foi observada durante o trabalho de campo, através de uma professora adjunta I, que compareceu à escola três dias praticamente sem voz e sem condições de assumir uma sala de aula.

Apesar de não ter acesso aos dados estatísticos que evidenciem os motivos dos afastamentos dos professores das escolas públicas municipais, por se tratar de informações confidenciais ao Departamento de Promoção à Saúde do Servidor do Município de Campinas, foi possível observar através das entrevistas, os principais grupos de doenças que têm provocado os afastamentos desses professores.

De acordo com a orientadora pedagógica, as principais doenças que levam os professores a faltar e a se afastarem da sala de aula estão relacionadas ao estresse, a ansiedade, as dores de cabeça e às doenças osteomusculares.

“É... as doenças?... É o estresse, né. Pressão alta, dor de cabeça, ãh... Eu acho que, que... ansiedade... E assim, física, né, nós temos muitos professores que tão tendo problema, que tem problema no túnel do carpo, é... perde a voz, né... com calos na, na, nas, nas cordas vocais, né...” (Orientadora pedagógica, entrevista 12/04/2011)

Segundo o psicólogo do setor de readaptação funcional do DPSS, os principais motivos dos afastamentos e readaptações entre professores estão relacionados aos problemas osteomusculares e psicológicos, destacando-se principalmente os fatores psiquiátricos ou mentais.

“Óh, aqui na prefeitura é o seguinte: é, ãh, os nossos maiores casos de afastamentos são osteomusculares e, é psicológicos, psiquiátricos. São as grandes, são os dois grandes grupos. Assim, os dois grandes grupos de afastamentos. Por incrível que pareça é, a questão de cordas vocais, de voz, ah, não é uma questão tão grande, né. Eu acho que pelo número de professores que são quase 2 mil, né, tem gente pra caramba. Tem situações, né, a gente tem alguns processos de readaptação, é, relacionados a questão fonoaudiológica, mas não é um grupo muito, não é um grupo enorme não, e grande não. Um dos grandes grupos, tanto de afastamento quanto de readaptação são, é, mentais e osteomusculares, né [...]” (Psicólogo DPSS, entrevista 10/03/2011)

O coordenador do sindicato STMC, também afirma que, atualmente, as principais doenças que tem acometido os professores estão relacionadas ao estresse e a fatores psiquiátricos.

“Qual é o grande é... incidência de doenças ocupacionais é, é que incide hoje na classe de educadores? É estresse, né, problemas psiquiátricos, né. Então, é... Porque isso são, são, são... patologias advindas de questões comportamentais. Se você tem uma sala super lotada e você tem uma estrutura não adequada, isso faz, exige do trabalhador um empenho maior para que ele possa desenvolver é... a sua habilidade de educar, né. De educar que é um processo contínuo é, a atividade pedagógica tudo ali é um processo contínuo, e diante disso se você não tem as condições adequadas, se você não tem, se você não tem uma estrutura facilitadora, você, obrigatoriamente, com o passar do tempo, esses profissionais são obrigados, são levados a ficar doentes, né. Então, não dá, reitero, que não dá pra gente, é, ignorar as causas que levam a isso, as causas são fundamentais.” (Coordenador Geral STMC, 22/03/2011)

Nota-se, portanto, através da observação do cotidiano da escola e das entrevistas cedidas pelos especialistas e profissionais envolvidos com a educação municipal, que as principais doenças que têm acometido os professores das escolas municipais são: ansiedade e depressão, as dores nos ombros e nos pulsos e a disfonia e calos nas cordas vocais. Tais problemas são também identificados nas pesquisas (Porto, 2010; Ferreira et. al. 2009; Alves et. al., 2010). De forma geral, podem ser associados à:

- (1) Condição em que o professor trabalha, isto é, falta de estrutura adequada, acústica ruim e barulho intenso na sala de aula, que agride o professor não só física, mas mentalmente, deixando o esgotado no final do dia;
- (2) Jornada de trabalho extensa; avaliações de desempenho associadas às carreiras que exigem que os professores engajem subjetivamente à profissão, além do estudo, preparação e aula, propriamente dita;
- (3) Dificuldade em promover a aprendizagem dos alunos e o sentimento de angústia por não conseguir fazê-los se interessarem pelo estudo;

- (4) Às condições sociais dos alunos que lhes exige um envolvimento além das atividades de ensinar;
- (5) Às diferentes formas de violência presentes na escola e no entorno dela, causando grande tensão e medo aos professores;
- (6) Às diversas políticas públicas que os desvalorizam, diminuindo sua autonomia face ao trabalho docente, aumentando o trabalho mediante programas e projetos que chegam constantemente à escola, exigências cada vez maiores para que se cumpram junto ao Projeto Pedagógico da unidade escolar;

Esses foram os principais fatores observados no trabalho de campo que evidenciam os diversos sentimentos negativos e de desânimo do professor em sua profissão; prolongados podem vir a se transformar em doenças, resultando em afastamentos da sala de aula.

No entanto, de acordo com Ferreira et.al. (2010) há ainda muitas dificuldades em se reconhecerem esses grupos de doenças, citadas anteriormente, como relacionadas ao trabalho, o que faz o professor perder vários direitos, principalmente quando são obrigados a se afastarem por um longo tempo ou se readaptarem fora da sala de aula.

Os professores afastados por um longo período de tempo da sala de aula e readaptados além de perderem os direitos sobre a aposentadoria especial do professor - equivale a 25 anos de trabalho para as mulheres e 30 anos de trabalho para os homens -, perdem o direito de participarem das progressões horizontais na carreira. De forma geral, ficam em desvantagem nas classificações mediante as pontuações das avaliações de desempenho e nas demais classificações que permitem avançar na carreira. Ao voltarem para a sala de aula encontrar-se-ão em um nível de carreira inferior aos colegas com o mesmo tempo de trabalho e formação.

Além disso, ao se readaptarem no trabalho, acabam ocupando cargos com tarefas e atividades distantes das exercidas na sala de aula. Acabam por se afastar não só do exercício da docência, mas de seu grupo profissional, pois não compartilham mais das mesmas experiências profissionais como docentes.

No trabalho de observação no campo, foi possível identificar esse distanciamento. Os professores readaptados exerciam tarefas e atividades na biblioteca, brinquedoteca e secretaria escolar, não participavam das atividades do TDC da escola. Isso, progressivamente contribuiu para desatualizá-lo do cargo de professor.

A readaptação deveria ser um processo de reabilitação do professor. Entretanto, trata-se de um processo de afastamento do professor do trabalho docente sem nenhum acompanhamento e supervisão médica para que recupere sua saúde. De acordo com o psicólogo do DPSS, os acompanhamentos médicos realizados aos profissionais afastados e readaptados são feitos somente através das perícias médicas que aprovam ou não o afastamento. Em alguns casos, chamados de devolutivas, há reuniões onde se firmam acordos entre o servidor readaptado e a chefia sobre as relações e processos a serem desenvolvidos no local de trabalho. O tratamento médico, portanto, é de responsabilidade do próprio servidor que necessita dispor de um convênio de saúde ou do SUS¹⁹, pois o governo municipal não se responsabiliza pelo tratamento da saúde desses profissionais acometidos por doenças.

De acordo com o coordenador do sindicato STMC, há casos de professores readaptados sendo aposentados compulsoriamente. O profissional é aposentado deferindo-se a sua invalidez permanente não decorrente de acidente de serviço, com a remuneração da aposentadoria proporcional ao tempo de trabalho realizado.

¹⁹Sistema Único de Saúde – Sistema público Nacional de saúde instituído pela Constituição Federal de 1988 para atender de forma integral, universal e gratuita a população do país. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br> Acesso em: 17 Mai 2011.

“Então, só pra você ter uma ideia, aqui ó, essa, reservando aqui o direito da... Então, olha, como tá. A requerente é uma servidora pública, exerce o cargo de professora de educação básica, né, labora na prefeitura há mais de dez anos, né, e além disso ela tem um histórico que ela laborou no Estado, cinco anos antes. É... quando, quando ela foi admitida, ela... foi submetida a exame de saúde ocupacional, e no, no ingresso, e na ocasião ela foi julgada apta, não houve nenhuma OBS, nenhuma restrição com relação a isso. Ocorre que passado é... um bom tempo foi diagnosticado e comprovado que ela tinha um calo e um cisto na... nas cordas vocais, ocasionando disfonia organo-funcional, certo. É... um granuroma do PV, do PVE, que é o diagnóstico que o médico deu lá. É... portanto, ela foi submetida a uma cirurgia nas cordas vocais, certo. E aí, a municipalidade através do setor dela, que deveria estar cuidando da prevenção desse profissional, ela um ano depois, ela soltou um atestado de saúde ocupacional dela, dizendo que ela estava apta para voltar a trabalhar com restrições. Mas um ano depois a prefeitura pega e fala assim: não, nós vamos aposentar ela de forma proporcional.”(Coordenador geral - STMC, entrevista 22/03/2011)

O governo municipal, além de não assumir o adoecimento do professor como sendo uma doença relacionada ao trabalho, age de forma a não se responsabilizar pelo tratamento do mesmo. Uma dupla penalização: não se reconhece que as condições precárias e a organização do trabalho têm reflexos sobre a saúde dos professores; e se tomam medidas que retiram direitos dos professores, prejudicando-os, a fim de diminuir os gastos com o erário público.

Se não há um programa de prevenção sobre as condições de trabalho do professor, também não há um tratamento da saúde docente. As relações entre saúde e trabalho do professor ainda estão distantes das ações da Secretaria Municipal de Educação como órgão empregador. Há algumas leis municipais que regulamentam diretrizes referentes às condições de trabalho do servidor que é o caso da Lei Municipal n.º 11.359/2002 que dispõe sobre obrigatoriedade do uso de giz antialérgico nas instituições de ensino público e privado e da Lei Municipal n.º 11.409/2002 que veda a prática do assédio moral no âmbito da administração pública, no entanto, não são medidas suficientes para sanar as precárias condições de trabalho existentes nas escolas municipais de Campinas.

Inclusive, seria interessante pesquisar na relação entre saúde e trabalho do professor o assédio moral. Mas essa dica para outros pesquisadores. O assédio moral está relacionado diretamente com as condições e a organização do trabalho do professores. Segundo o

coordenador do sindicato STMC, considerando apenas o quadro do magistério da prefeitura de Campinas, houve no ano de 2010, 15 casos de denúncias de professores vítimas da prática do assédio moral. Nesse primeiro trimestre de 2011, foram constatados 6 casos de denúncias no sindicato STMC, o que revela que tem sido frequente esse tipo de violência para com os professores, apesar de existir uma lei municipal proibindo a sua prática no âmbito da administração municipal.

Há muitas questões envolvidas com o trabalho do professor que não foram analisadas e nem citadas nesse trabalho. Cito como exemplo, além do assédio moral, a implementação de políticas educacionais de forma coercitiva nas escolas, o processo de trabalho docente, a proletarianização dos professores, a profissionalização ou profissionalidade docente, enfim são muitas as lacunas.

A discussão sobre a relação saúde e trabalho do professor é definitivamente muito complexa e não foi a intenção desse trabalho dar conta de todo o debate. O objetivo foi de conhecer e apresentar o que estaria originando o adoecimento e a readaptação dos docentes do ensino fundamental das escolas municipais de Campinas, com a intenção de cooperar, mesmo que seja singelamente, para a elaboração de políticas públicas que visem à prevenção da saúde do professor no seu local de trabalho, a fim de minimizar o seu sofrimento e adoecimento profissional, o que pode contribuir principalmente para a qualidade da educação nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho, foi possível conhecer alguns dos principais fatores que têm contribuído para o adoecimento e os consequentes afastamentos dos professores do ensino fundamental das escolas municipais de Campinas – São Paulo.

Analisando-se bibliografia, legislação, dados estatísticos, entrevistas, caderno de campo foi possível conhecer as principais características dos professores das escolas municipais, a organização e as condições de trabalho do professor municipal e o processo de afastamento docente da sala de aula. Os fatores que dificultam o trabalho do professor na escola não só lhe causam o mal estar docente como também podem afetar o seu processo de saúde, refletindo no adoecimento e consequente afastamento da sala de aula.

A partir do breve retrato do Município de Campinas, do Sistema Municipal de Ensino e dos dados estatísticos dos professores que trabalham nas escolas municipais, foi possível observar que, na cidade de Campinas lado a lado estão classes sociais muito distintas. De um lado, grupos sociais que usufruem da produção científica e econômica da cidade, de outro, uma população (maioria) que necessita de políticas públicas no campo da educação, saúde, habitação, etc. A riqueza social produzida em Campinas não é repartida igualmente entre seus habitantes. A escola pública, seja ela municipal ou estadual, expressa esta diversidade e desigualdade social.

Os professores focados nesta pesquisa se caracterizam como um grupo profissional qualificado, quase a totalidade possui formação profissional em nível superior; composto majoritariamente por mulheres e com idade superior a 40 anos. Nas escolas municipais de Campinas não há professores com contratos temporários, todos possuem contratos estáveis,

seja pelo estatuto do magistério, seja pela CLT (reintegração judicial). Os direitos agregados ao trabalho são diferentes segundo os contratos – estatuto ou CLT -, enquanto uns se aposentam pelo Instituto de Previdência Social do Município de Campinas – CAMPREV, outros se aposentam pelo Instituto Nacional de Serviço Social – INSS; os estatutários têm estabilidade no trabalho e os celetistas não.

Embora o professor municipal seja esse grupo qualificado, com experiência no magistério, com contratos estáveis, com direitos trabalhistas, eles adoecem e se afastam do trabalho em sala de aula, e vários são readaptados, isto é, deslocados para trabalho fora da aula.

Utilizando, como categoria de análise, o conceito de mal estar docente formulado por Manuel Esteves (1999) foi possível analisar as condições que levam os professores ao adoecimento. O conceito do mal estar docente é utilizado para designar os mais diversos sintomas e sentimentos do professor em relação ao seu trabalho. O mal estar docente, estrito senso, não pode ser considerado doença, mas é desencadeador de um processo de adoecimento. “O professor que adoecer pode ser o sintoma e o reflexo do mal estar da sociedade e da escola, não diagnosticados e, portanto, não simbolizados.” (ARANDA, 2007, p. 120).

A partir desta concepção analisamos a organização e as condições nas quais o professor realiza seu trabalho em escola municipal de ensino fundamental em Campinas. A legislação foi a base para essa análise. A jornada de trabalho dos professores é composta por horas de aulas propriamente ditas e horas de trabalho fora da sala de aula para estudo, preparação, correção, atendimento aos pais, formação continuada, inserção em projetos pedagógicos. Há uma concepção de que o trabalho de professores não se circunscreve somente a sala de aula. Mas, contraditoriamente, cada vez mais o professor é exigido a

estender e intensificar sua jornada de trabalho mediante o engajamento em projetos pedagógicos variados, introduzidos na escola sem consulta prévia ou sem participação dos professores na sua formulação.

A pesquisa deparou-se com professor que trabalha em mais de uma escola para poder ter uma remuneração maior. Também deparou-se com professor que se demitiu das escolas que trabalhava pela estafa de trabalhar em contextos sociais precarizados. De forma geral, os salários dos professores não são baixos se comparados com outras redes de ensino. A titulação ou diploma define o piso salarial, acima do estabelecido pelo Piso Nacional do Magistério. Contraditoriamente, a carreira e a remuneração indicam uma valorização do professor ao mesmo tempo perversa, de acordo com Vizzaccaro-Amaral (2010); pois de um lado oferece salários acima da média nacional, e de outro, seduz e gera uma pressão para que o professor se empenhe cada vez mais no trabalho para atingir metas cada vez mais altas.

A carreira dos professores é construída com base em títulos ou diplomas, avaliações de desempenho, formação continuada, assiduidade e tempo de trabalho. Embora haja um reconhecimento, pelo poder público, dos títulos conquistados pelos professores; há também a instalação da competitividade entre os professores para serem promovidos mediante as avaliações de desempenho. O percurso do professor é quantificado, os pontos adquiridos constroem um ranking, aqueles que tiverem no topo podem ser promovidos, “escolher” os melhores horários e classes para dar aulas, ou se transferirem de escolas. Essa disputa por pontos provoca tensões, estresse, sofrimento, ansiedade, etc. O professor está sob constante pressão para continuamente se “capacitar” profissionalmente, engajar-se nos projetos que são propostos à escola, para evitar faltar ao trabalho e ainda concorrer com seus colegas para melhor se classificar nas avaliações de desempenho.

A escola observada por esta pesquisa é pequena conta com diferentes recursos didáticos e pedagógicos, mas tem pouca área livre seja para atividades educativas, seja para expansão; também não possui jardins ou gramados. O sistema acústico e de escoamento das águas são apontados como problemas para um estabelecimento de ensino. Os móveis não são adequados para as diferentes faixas etárias que estudam na escola. Também não há salas com equipamentos especiais para alunos portadores de necessidades especiais. As instalações físicas barulhentas, sem espaço para desenvolvimento de atividades educativas diferenciadas promovem mal estar, cansaço, estafa, desgaste físico, sensação de que não dão conta do trabalho de ensinar.

Ao lado disso, os professores se ressentem das mudanças na organização curricular do ensino fundamental, agora com nove séries ou anos de escolarização, com entrada de crianças com seis anos, antes atendidas em pré-escolas. Nem os professores, nem a estrutura física estavam “capacitados” para receber os novos públicos escolares. Há um trabalho docente diferenciado para crianças com seis ou com sete anos. Mais uma vez sofrimento expresso na dificuldade em trabalhar com essas crianças. Para os professores fica a sensação de que o que importa é o cumprimento do dispositivo legal de atender crianças a partir dos seis anos, sem a preocupação em verificar se as condições para isso são atendidas.

Os alunos da escola são oriundos de contextos sociais precarizados, habitam a favela próxima, circulam por espaços de traficantes, são submetidos à violência pela sua condição de vida, conhecem de perto situações de violência que reproduzem na sua relação com os professores e colegas. As situações de violência vivenciadas são inúmeras. Os professores, de forma geral, afirmam que encontram dificuldades em estimular o interesse do aluno para o estudo, para a educação escolar. Eles têm dificuldades em lidar com a heterogeneidade social, cultural e econômica dos alunos, em desenvolver expectativas de futuro pela educação

escolar, em enfrentar as diferentes dimensões da violência, em conseguir apoio para o desenvolvimento do trabalho docente. Sentem-se sozinhos, desamparados, cansados, aflitos, esgotados.

Mas, o mesmo processo que provoca esse sofrimento pode ser portador de prazer. De acordo com Ferreira et. al. (2009) a principal fonte de prazer dos professores é ver o resultado do esforço e do trabalho no progresso e na aprendizagem dos alunos. O aluno que aprende, que a escola tem significado é fonte de prazer. Mas, querer fazer e não conseguir provoca frustração. Não conseguir atingir seus objetivos causa sofrimento ao professor. Os sentimentos depressivos são expressão dos sentimentos de incapacidade e derrota. Esses quando são prolongados e não tratados pode vir a se transformar em doenças.

De acordo com os dados estatísticos, cedidos pela prefeitura municipal, encontram-se afastados da sala de aula por motivos de doença, 9% dos professores do ensino fundamental das escolas municipais de Campinas. Aproximadamente 7% dos professores do ensino fundamental estão readaptados fora da sala de aula.

Os professores que adoecem e se readaptam perdem um conjunto de direitos trabalhistas. Não mais fazem jus à aposentadoria especial do magistério básico (25 anos para mulheres e 30 anos para homens); não participam dos processos de promoção na carreira; afastam-se, progressivamente, do exercício do trabalho docente e das chances de voltarem para a sala de aula; são isolados e culpabilizados por terem adoecido.

Tanto os afastamentos como as readaptações são resultantes de perícias médicas oficiais do DPSS da prefeitura de Campinas, portanto, estamos somente diante de casos que chegaram ao Serviço Médico. O conceito médico de doença significa estar em um processo mórbido com sintomas e tratamentos definidos por um profissional de saúde. As principais

doenças que têm acometido os professores estão relacionadas, principalmente, aos problemas considerados psicológicos, como estresse, depressão; e aos problemas osteomusculares.

Contatou-se também, que não há uma política preventiva de saúde dirigida ao trabalho desses profissionais e nem uma política de tratamento da saúde dos professores que se encontram readaptados fora da sala de aula. A relação entre saúde e trabalho não tem sido focada pela gestão da educação municipal.

Aos professores são imputadas cada vez mais responsabilidades sobre o sucesso ou fracasso das políticas educacionais. O desempenho dos alunos, as políticas de inclusão, as metas, os projetos são todos de responsabilidade do professor. Entretanto, não é dada aos professores as condições para realizarem seu trabalho, não há apoio para implementação das políticas, eles parecem estar sozinhos. Também não há política preventiva que cuide do seu processo de saúde, nem uma política de tratamento, no caso dos professores adoecidos e afastados da sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Luciano P. et. al. Prevalência de queixas vocais e estudo de fatores associados em uma amostra de professores de ensino fundamental em Maceió, Alagoas, Brasil. Comunicação breve. **Rev. Bras. Saúde Ocupacional**. São Paulo, 35 (121): 168-175, 2010.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BUFALO, Paulo (apres.). **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei 8.069/1990. Campinas: Câmara Municipal, 2004

CODO, W. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho** - Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Petrópolis, RJ: Vozes/Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do trabalho, 1999.

ESTEVE JM. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru: Editora EDUSC; 1999.

FERREIRA, Leda, et. al. **O trabalho de professores na educação básica de São Paulo**. São Paulo: Fundacentro, 2009. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/ARQUIVOS/PUBLICACAO/1/TrabProfessoresSP_Final.pdf> Acesso em: 04 Mar 2011.

FONTANA et. al. Conceito popular versus conceito médico de saúde e de doença. **Rev. Fac. Ciênc. Méd. Sorocaba**, v.2 n.2, p.11-15, 2000.

GODOY, Helinton L. **Diretrizes curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos Anos Iniciais. Um processo de reflexão e Ação**. Rede Municipal de Educação de Campinas, 2010.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; EUZEBIOS FILHO, Antonio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos Educação**. Ibitité, v. 4, n. 2, dez. 2005. Publicação eletrônica. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-98432005000200005&script=sci_arttext> Acesso em 14 maio 2011.

LEITE, Marcia de Paula e SOUZA, Aparecida de Souza. **Condições do trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil - Estado da Arte**. Fundacentro - MEC, 2007. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/conteudo.asp?D=CTN&C=697&menuAberto=196>> Acesso em 25 Maio 2010.

LIPP, M. N. (org.). **O stress do professor**. 4 ed. Campinas-SP: Papyrus, 2002.

MAENO, Maria. Reabilitação profissional no Brasil. Elementos para a construção de uma política pública. Ensaio. **Rev. Bras. Saúde Ocupacional**. São Paulo, 35 (121): 87-99, 2010. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/RevistaRET07.htm>> Acesso em: 14 Mar 2011.

MERLO, Álvaro R. Doenças do Trabalho. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. (Org.) **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. (p.106-108) Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da Língua Portuguesa**. Melhoramentos, 2011. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/> Acesso em: 15 Mai 2011.

NARDI, Henrique Caetano. Saúde do Trabalhador. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

NOGUEIRA, Maria Alice. Trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais. Notas em vista da construção do objeto de pesquisa. **Teoria & Educação**. Dossiê Sociologia da Educação, p. 89-122, n. 3, 1991

OLIVEIRA et. al. Transformações na Organização do Processo de Trabalho Docente e o Sofrimento do Professor. Publicação Documento de Trabalho. Portal **REDE ESTRADO**. Disponível em: <http://www.redeestrado.org/web/archivos/publicaciones/10.pdf> Acesso em: 05 Mai 2011.

PAVARO, Roberta, Cova e MARTINO, Milva M. F. de. Estudo do estresse do enfermeiro com dupla jornada de trabalho em um hospital de oncologia pediátrica de Campinas. **Rev. Esc. Enfermagem**. USP, 38(2): 152-60, 2004.

PEREIRA, M. R. Mal-estar Docente e Modos atuais do Sintoma. In: SOUZA, R. M.; CAMARGO, A. M. F.; MARIGUELA, M.. (Org.). **Que escola é essa? Anacronismos, resistências e subjetividades**. 1 ed. Campinas: Editora Átomo-Alínea, v. 1, p. 37-59, 2009.

PORTO, Mário Augusto. **Faltas e licenças médicas, o absenteísmo na Secretaria de Estado da Educação de São Paulo**. São Paulo: Dissertação Mestrado Universidade de São Paulo, 2010.

REINHOLD, H. H. O Burnout. In: LIPP, M. (Org.). **O stress do professor**. 4. ed. Campinas: Papyrus, Cap. 5, p.63-80, 2002.

CODO, Wanderley e VASQUES-MENEZES, Iône. O que é Burnout? In: **Educação: Carinho e trabalho** - Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Wanderley Codo (coordenador). - Petrópolis, RJ: Vozes/Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do trabalho, p. 237-254, 1999.

VIZZACCARO-AMARAL, Carlos E., et. al. Agravos à Saúde Física e Mental do Trabalhador: O Assédio Moral Indireto e os Desafios para o Trabalhador no Século XXI.

Revista da RET - Rede de Estudos do Trabalho. Ano IV, Número 7, 2010. Disponível em: <www.estudosdotrabalho.org> Acesso em: 14 mar 2011.

Documentos Oficiais

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%a7ao.htm Acesso em: 15 Mar 2011.

_____. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 10 Mai 2011.

_____. Lei Federal nº 11.274 de 6 de fevereiro 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11274.htm Acesso em: 15 Mar 2011.

CAMPINAS. Concurso Público. Edital 002/2008. Disponível em: <http://smrh1.campinas.sp.gov.br/cpedu2008e2/edital002.pdf> Acesso em: 20 Abr 2011.

CAMPINAS. Decreto Municipal nº 13.673 de 26 de julho 2001. Regulamenta a lei nº 10.869, de 29 de junho de 2001, que "dispõe sobre o repasse de recursos orçamentários da secretaria municipal de educação às entidades, instituições e grupos comunitários legalmente constituídos". Publicação DOM de 27/07/2001:01. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec13673.htm> Acesso em: 15 mar 2011.

_____. Decreto Municipal nº 15.712 de 12 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a Implantação do Ensino Fundamental com Nove Anos de Duração. Publicação DOM de 14/12/2006:04. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec15712.htm> Acesso em: 10 Mai 2011.

_____. Lei Municipal nº 1.399 de 08.11.1955. Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Campinas. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei1399.htm> Acesso em: 15 Mar 2011.

_____. Lei Municipal nº 6.894 de 24 de dezembro de 1991. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público e dá Providências Correlatas. Publicação D.O.M. de 28/12/1991:4-5. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei6894.htm> Acesso em: 09 mar 2011.

_____. Lei Municipal nº 7.524 de 23 de junho de 1993. Dispõe sobre Benefícios aos Servidores Públicos Municipais. Publicação DOM de 24/06/1993. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei7524.htm> Acesso em: 09 mar 2011

_____. Lei Municipal nº 8.219 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1994. Dá continuidade à consolidação das normas pertinentes ao regime jurídico dos servidores públicos municipais e dá outras providências. Publicação DOM de 24/12/1994: 3-8. Disponível em: <<http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei8219.htm>> Acesso em: 28 Fev 2011.

_____. Lei Municipal nº 11.359 de 18 de setembro de 2002. Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de giz antialérgico nas instituições de ensino público e privado do município de Campinas. Publicação DOM de 19/09/2002:04 Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei11359.htm> Acesso em: 23 fev 2011.

_____. Lei Municipal nº 11.409 de 04 de novembro de 2002. Veda o assédio moral no âmbito da administração pública municipal direta, indireta, nas autarquias e fundações públicas. Publicação DOM de 05/11/2002:04.

_____. Lei Municipal nº 12.501 de 13 de março de 2006. Institui o Sistema Municipal de Ensino. Publicação DOM de 14/03/2006:11. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei12501.htm#artigo2> Acesso em: 09 mar 2011

_____. Lei Municipal nº 12.884 de 04 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do programa de atendimento especial à educação infantil – PAEEI. Publicação DOM de 06/04/2007:01.

_____. Lei Municipal nº 12.987 de 28 de junho de 2007. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério Público Municipal de Campinas e dá outras Providências. Publicação DOM de 29/06/2007:24. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei12987.htm> Acesso em: 09 mar 2011.

_____. Lei Municipal nº 13.642 de 24 de julho de 2009. Altera dispositivos da Lei Municipal n. 10.869, de 29 de junho de 2001, que “Dispõe sobre o repasse de recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Educação às entidades, instituições e grupos comunitários legalmente constituídos”. Publicação DOM de 25/07/2009:03.

_____. Lei Complementar nº 10 de 30 de junho de 2004. Cria e organiza o Instituto de Previdência Social do Município de Campinas – CAMPREV e dá outras providências. Publicação DOM de 01/07/2004:09.

_____. Ordem de Serviço SME/FUMEC Nº 04/2007. Regulamenta o Registro e Atualização de Dados Funcionais de todos os profissionais lotados nas unidades educacionais e outros locais de trabalho da Secretaria Municipal de Educação – SME – e da Fundação Municipal para Educação Comunitária – FUMEC, para fins do processo de classificação geral que subsidiará os procedimentos organizacionais do ano letivo de 2007/2008, que serão regulamentados por resoluções específicas. Publicação DOM de 04/09/2007. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/os04-03092007.htm> Acesso em: 20 Mai 2011.

_____. Resolução Municipal SME nº 12/2010. Dispõe sobre a Atualização Anual dos Dados Pessoais e Funcionais dos Servidores Lotados na Secretaria Municipal de Educação. Publicação DOM 21/09/2010: 03. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r12-20092010.htm> Acesso em: 10 Mai 2011.

_____. Resolução Municipal nº 17/2010. Dispõe sobre o Processo de Atribuição de Aulas, Agrupamentos, Ciclos, Turmas, Unidades Educacionais, Blocos de Unidades Educacionais e Locais de Trabalho aos Professores e aos Especialistas de Educação da Rede Municipal de Ensino de Campinas. Publicação DOM 18/11/2010: 05. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r17-09112010.htm> Acesso em: 10 mai 2011

_____. Resolução Municipal nº 22/2010. Fixa Normas para o Cumprimento dos Tempos Pedagógicos pelos Professores da Rede Municipal de Ensino de Campinas, e dá outras Providências. Publicação DOM 20/11/2010: 02. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/r22-17112010.htm> Acesso em: 10 Mai 2011.

Sites e Portais Consultados

www.campinas.sp.gov.br

www.planato.gov.br

www.portal.mec.gov.br

<http://www.dengue.org.br/dengue.html>

<http://www.saudevidaonline.com.br/stc.htm>

<http://2009.campinas.sp.gov.br/bibjuri/>

http://ec.europa.eu/health-eu/my_environment/social_environment/index_pt.htm

<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/10/16/ult105u8796.jhtm>

<http://inep.gov.br>

<http://portal.saude.gov.br>

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/educacao/fumec/index.php>

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/estrutura/servicos.php>

<http://www.camprev.campinas.sp.gov.br/>

<http://www.fnde.gov.br/>

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

<http://www.ima.sp.gov.br/>

<http://www.pnud.org.br/idh/>

<http://www.stmc.org.br/site/>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u93864.shtml>

<https://smrh1.campinas.sp.gov.br/cpedu2008e2/edital002.pdf>

ANEXOS – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Transcrição da entrevista com o Psicólogo do DPSS

Data: 10/03/2011

Duração: 45min

P. Pesquisadora.

DS. Psicólogo

O início da conversa não foi gravado, portanto, a seguir está o resumo da conversa inicial antes da gravação e transcrição.

Psicólogo, perguntou-me os dados que eu precisava, pois a autorização depende do secretário da Educação. O funcionário do setor de readaptação funcional, falou brevemente com a secretaria de educação que lhe pediu um ofício com os dados necessários. Liberando, eles podem me fornecer esses dados estatísticos.

Perguntei sobre as diferenças de contrato de trabalho, como funcionava os afastamentos e readaptação dos servidores contratados temporariamente e os professores reintegrados judicialmente.

Segundo ele, os servidores contratados temporariamente e os RJs (reintegrados judicialmente) são contratados por CLT (consolidação das leis de trabalho) São contribuintes previdenciários do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), logo, o auxílio doença, auxílio maternidade, pensão, aposentadoria são processos feitos pelo INSS.

No entanto, o serviço de saúde faz o processo burocrático de perícia e encaminhamento dos documentos para o INSS, para o mesmo fazer o pagamento para os servidores que estão sob esse regime trabalhista.

Até o 15º dia de afastamento por licença saúde, a prefeitura paga os funcionários. A partir do 16º dia de afastamento, é necessário passar por perícia médica no Departamento de Promoção à Saúde do Servidor, pois deferido o afastamento pelo médico perito, após o 16º dia será o instituto de previdência, no caso dos funcionários estatizados por concurso público será a Camprev, e no caso dos celetistas (contratados por tempo determinado e RJ) o INSS, quem pagará o auxílio doença ou maternidade, pensão entre outros benefícios.

Camprev e DPSS são órgãos e instituições diferentes.

O CAMPREV é o instituto de previdência de administração própria, autônoma, criado em 2004. A maioria dos servidores que hoje trabalha na Camprev é funcionário público da prefeitura, cedidos para trabalharem nesse órgão.

No entanto, o CAMPREV tem autonomia para contratar seus servidores, seja por concurso público ou outro meio que estiver em concordância com a legislação.

A presidência do CAMPREV é nomeada pelo prefeito. Os diretores financeiro, administrativo e previdenciário são eleitos através de votação pelos servidores públicos.

O CAMPREV cuida do auxílio-saúde, maternidade, pensão, aposentadorias dos servidores públicos concursados. Já o serviço de saúde ou mais especificamente o DPSS é um departamento da prefeitura, da secretaria municipal de recursos humanos

À este departamento está vinculada a coordenadoria de perícias médicas tanto de ingresso quanto previdenciária do CAMPREV ou INSS no caso dos celetistas.

O CAMPREV ainda não tem nenhum programa de reabilitação dos profissionais readaptados e em licença.

O DPSS que acompanha o processo de reabilitação e readaptação profissional.

Segundo o psicólogo, há uma grande discussão sobre este assunto, pois o CAMPREV deveria acompanhar o processo de reabilitação, no entanto, isso não ocorre. Porém, por ter pouco tempo de existência, apenas foi instituído em 2004, ele crê que este mecanismo pode melhorar no CAMPREV.

O acompanhamento dos professores readaptados é feito pelo DPSS e o salário pago pela prefeitura normalmente.

Transcrição:

DS. Então, a primeira grande questão é essa. As restrições postas, elas impedem que o servidor exerça a função, neste caso aqui é um monitor, poderia ser um professor. As restrições impedem que o professor [mostrando como modelo a guia de uma monitora] as restrições que foram colocadas, que ela não poderia estar exercendo em seu trabalho em função do seu adoecimento.

Quando a gente pensa no cargo de professor, aqui pelo menos do ponto de vista da readaptação, a gente pensa no núcleo da função do cara, que não necessariamente, não unicamente é a sala de aula com uma turma, né. Tem uma série de atividades que não são, é, atividades de sala de aula, que são atividades, é, do núcleo, que são pedagógicas, né. Então, a gente tem aí um monte de professores que são readaptados, é, que estão nas bibliotecas, por exemplo, mas aí a biblioteca é uma situação que é assim. Pode ou não pode ser no núcleo da função, porque se o cara tiver lá, se o professor tiver na biblioteca fazendo tombamento de livros, entregando e recebendo livros, isso não é. Isso é uma função de uma outra área, mas ele pode estar na biblioteca, por exemplo, fazendo grupo de contação de história, grupo de leitura, orientação de leitura. Orra, quer ambiente mais pedagógico que esse! Então, ele tá na função dele, ele está exercendo, é, atividades que são inerentes à função que é pedagógica, né. Então, tem a questão do reforço, enfim, têm todas essas possibilidades. Então, a gente vai destrinchando num primeiro momento essas possibilidades. Se você esgota e vê que realmente aí o professor não tem condição de exercer nada do pedagógico, aí é que eles abrem uma possibilidade fora da função, né. Que normalmente assim, é, hehe, eu diria que é normalmente natural, são atividades administrativas, né. Aí, na própria escola ou às vezes numa outra escola, aonde ãhh, aonde tenha a necessidade. É, bom...

P. É, esses dados também, vocês têm também, mais ou menos, aonde eles estão readaptados, qual função eles estão?

DS. Tudo isto também, tá aí uma questão que talvez seja interessante

[anota no papel de dados a serem solicitados no ofício, neste momento chega uma senhora procurando o [C], funcionário do setor de readaptação também, para a reunião de devolução marcada às 10h. O psicólogo atende a senhora pedindo para ela aguardar que em breve o [C] a atenderia, pois já deveria estar acabando a devolutiva anterior]

DS. Eu já te falo o que é devolutiva, é uma das, dos caminhos aí do processo.

P. Ahh, uma coisa também que eu lembrei agora é, se tiver, assim, a quantidade por NAED, sabe? Quantos estão readaptados na NAED sul, se tiver. Porque aí dá pra fazer um mapeamento assim, geográfico da região de Campinas, da região onde tem mais casos de adoecimento.

Pausa [volta a anotar no papel]

DS. É então, o que você tinha falado no assunto anterior, não era o pedido da Naed, o que era mesmo? Ahh, aonde tá, o local...

P. É o local onde ele tá readaptado. Aí, você falou do acompanhamento. A Camprev não faz, mas o Serviço de Saúde faz o acompanhamento, o processo de reabilitação?

DS. Fazemos, fazemos o acompanhamento. Então, assim, quando este documento chega pra gente [mostrando a guia da monitora] a gente já começa a desenvolver o processo do cara. Este é o acompanhamento propriamente dito. Ah, ãh é, esta [olhando o diagnóstico da guia da monitora] bom, ãh é a gente faz essa...

[é interrompido pelo telefone que toca na minha bolsa – peço desculpas e pego o telefone para desligar]

DS. Não, fica à vontade.

P. Era número de telemarketing

[Risos]

DS. Então, bom, a gente faz todo este questionamento primeiro, toda essa, assim, a ideia é aproximar o servidor ao máximo da função dele, né, não tirar o cara da função o máximo possível. Então, a primeira tentativa é mantê-lo na função, obviamente, salvando as restrições que o cara tem, né. E aí quando isso não é possível, se pensa em outras, ãh é, possibilidades. Ahh. Chegou aqui este documento, foi feita toda esta investigação. Tem algumas situações, que ãh é, que são resolvidas no próprio local de trabalho, a gente entra em contato lá com a chefia ou às vezes com a Naed, aí eles: não, não o cara tá aqui, já tá tudo legal, tá bom pra ele, tá bom pra gente. Aí beleza, né. A gente fecha num primeiro momento, né, e é e aí vai fazer os acompanhamentos posteriores e tal, né. Agora, tem algumas situações que a chefia imediata ou a Naed tem dúvida, ãh, de ou pela restrição ou pela situação do cara ou por não tá com uma determinada disponibilidade para desenvolver aquilo que foi proposto, né. Aí nesses casos a gente marca uma reunião aqui, que é isso que a gente chama de devolutiva, né. Aí nessa devolutiva vem o servidor, vem a chefia imediata, vem um representante da Naed, né, no caso da educação, né, do professor, ãh vem o representante da Naed onde ele tá, é, lotado, né, e a gente, e a gente aqui, alguém que tá envolvido no processo, né. Então, a [A], ãh, o [C], às vezes eu, né. Enfim, algum de nós. Se é uma situação, é, que envolve alguma dúvida clínica,

alguma questão médica, a gente pede para o médico que acompanhou também vir, porque daí já esclarece, né. E nessa reunião são colocadas essas dúvidas, esses questionamentos, né, e é fechado ali um acordo, um acordo, uma proposta de encaminhamento pra aquele servidor, e aí, todo mundo se [?], todo mundo assina.

Ó, [se encaminha para o computador para me mostrar uma ficha resultante de uma reunião de devolutiva] este que a [A] veio imprimir, que é um, um, um, que é um, um ambulatório dessa devolutiva, que é um documento complementar a esse [mostrando a guia da monitora que estava em sua mão], ele vai constar as restrições do cara, só que ele é mais completo, porque daí ele avança, ele diz, inclusive, quais serão as tarefas que o servidor vai desempenhar, ah, e o local de trabalho, né. Então, vai, né, mostrar para o servidor, é, que ele vai, o local de trabalho é essa CEMEI, a distribuição horária, o resumo das atividades que ele vai desempenhar lá, né. A validade, que normalmente a gente acompanha a validade do parecer médico ocupacional, né. E aí, todo mundo assina, e todo mundo assina, né. Feito isso, todo mundo assina, o servidor volta para o local de trabalho, né. A gente acompanha por telefone, a gente acompanha por visita, né, ou às vezes o próprio servidor volta aqui, né. Daí é feito uma reavaliação a qualquer tempo, né. É um direito dele, né. Então, ele voltou, é, ele veio fez o acordo bonitinho pra um ano. Dali três meses o cara não, chega aqui e diz: “olha, eu não tô bem, não tô legal”. Aí a gente já agenda com a saúde ocupacional também, ele nos acompanha e o médico reavalia, né. Algumas situações houve recesso clínico, houve uma piora do quadro ou houve o surgimento de uma nova patologia. Aí, você poria aqui, né. Em outras situações, é a disponibilidade mesmo do servidor. Ele não está achando legal ficar ali, aí é uma questão que, às vezes, envolve um conflito com um colega, enfim, envolve uma questão que não é uma questão diretamente clínica, e, aí, a gente de novo tenta dá uma conversada e dá uma intermediada pra ver como é que encaminha, né. Então, praticamente é...

P. E há casos também daqueles que, que. Já houve casos de voltar pra, de um readaptado pedir pra voltar pro local de trabalho, assim...?

DS. Voltar como? Pro local anterior?

P. Isso.

DS. Ah tem, tem, é bastante comum. Então, é assim, às vezes a gente tá no meio da devolutiva, o servidor tá afastado há... Teve uma quer ver, acho que foi a última, a última, uma das últimas devolutivas que eu fiz antes das minhas férias. Foi um caso desse, né. Era uma servidora, uma inspetora de alunos, uma senhorinha que a vida inteira trabalhou naquela escola. Ela tava com, tava quase se aposentando, faltam dois anos pra ela se aposentar, 28 anos de serviço, sabe? E sempre naquela unidade. Só que a restrição dela era não subir e descer escada. Ela tinha um problema muito sério nas articulações do joelho. Uma senhora obesa e que tava com um problema grave, assim, ela já tava andando com uma, é uma... [fazendo gesto segurando uma bengala]

P. Bengala?

DS. Uma bengala, né, enfim que não consegue subir escada. Então, a restrição dela, ela conseguia ser inspetora, dava pra ser inspetora, desde que ela estivesse num lugar plano e que ela tivesse auxílio de outras pessoas. Então, primeiro, não dava pra ser uma escolinha pequenininha, onde só tem um inspetor. Tem que ser uma unidade grande onde tenha outros, porque essa atividade de ir atrás de um aluno e de apartar uma briga, por exemplo, ela não ia dar conta, mas ela conseguia fazer, fazer o trabalho dela, não precisava ter que tirá-la da função, ah. Só que assim, essa escola aí, o primeiro problema: essa escola onde ela trabalhou a vida inteira, onde ela tava e tal, é num bairro que é assim [fez gestos com a mão, mostrando um relevo de morros, com subidas e descidas] sabe? A escola é num declive, então, pra chegar na escola já desce uma escada enorme e sobe escada e tem as salas, e isso é ruim de aliviar, né. Aí, já não dava, tive que pensar numa, numa, numa, numa escola que desse condição pra ela exercer. Aí pronto. Aí o mundo acabou pra ela, né, nossa! Acabou pra ela. “Mas

como né, minha vida inteira, sempre trabalhei”, e assim, ela tava irreduzível, chorou pra caramba, não queria sair, e aí a gente vai tentando é, é, conversar e mostrar pra ela que isso é pra preservar o quadro, né. É lógico, tem uma questão aí emocional, um vínculo afetivo que é importante, mas assim, tem a questão da saúde que a gente tem que tentar aliar. “Mas eu volto pra lá, não tem problema”. Não, tem problema é claro que tem problema, como é que pode?! A mulher voltando pra aquela escola, ela vai estourar, e aí é assim. Aí é na base da conversa mesmo, do convencimento e tal. Aí a gente é, deu uma conversada, conseguimos chegar num consenso, arrumamos uma escola bem pertinho da casa dela. Tinha um, era uma unidade pequenininha, mas que, não era nem uma escola, era uma unidade de uma outra. Tem umas subunidades, né, tem umas escolinhas bem pequenas que são subunidades, que o diretor é de uma escola maior e que... Então, foi uma dessas. Aí, a gente se comprometeu a, a ir lá e ver como é que tava e, e, se não desse certo, aí a gente repensa, e não, nem sei se ela voltou aqui nesses dias ainda, né, mas é, conseguimos. Aí, né, mas sempre tem, sempre aparece é por diversos motivos, assim, que...

P. Que eu tava assim pensando, o professor readaptado, ele é readaptado em outra função, né. É, porque são 25 anos de trabalho, né, em sala de aula, se ele é readaptado em outra função, ele continua nessa mesma lei de 25 anos ou muda?

DS. óh, Vanessa, eu não sei te dizer, falta até eu checar essa informação. Aliás, é uma coisa que ta tendo uma briga grande aí, né. A gente tá até com, tem até uma minuta de um decreto novo dando uma regulamentada na readaptação, né, e que pode, é, resolver essa questão. Ah, a questão do professor exercer 25 anos é clara, é absolutamente clara. 25 anos em sala de aula. Então, o tempo em que ele estiver fora não conta, não conta. Hoje a prefeitura não considera, a prefeitura não considera, tem uma briga grande, tem um, uma, alguns processos judiciais, entendeu? Correndo, mas como é lei federal, eu não sei como é que a coisa caminha, entendeu? Eu não sei como é que a coisa caminha, mas hoje pelo menos é assim. Ah, as situações consideradas pros 25 anos são as situações em sala de aula, em sala de aula. Então, o cara é professor, de repente ele vira diretor, ele virá diretor ou orientador pedagógico, seja lá o que for, ele tá fora. Tá fora do processo é, é, é 25 anos em sala de aula com aluno, né. Então, hoje, é via de regra, não considera, não considera, não é considerado e nem, nem essas situações, que são mais delicadas ainda, é a que eu te falei que o cara tá desenvolvendo atividade pedagógica, pra isso, a gente entende que é atividade pedagógica. Embora seja pedagógica não é em sala de aula com um grupo de alunos, e, então é uma situação em que, assim, é bastante discutido na prefeitura e que eu acredito que em breve deva ter uma resp, resposta mais respectiva e possa regulamentar sim, né.

P. Ah, da licença, porque é diferente, né? Tem a licença-saúde e a licença maternidade que são casos diferentes, de, é, quando sair esses dados na licença-saúde, vai sair o que é licença maternidade já, né?

DS. Vai, vai. Vai, mas vai estar com código diferente, vai ter um código lá que você já vai saber, entendeu? Aí, na hora essas legendinhas aí a gente faz, não tem problema, né, é, e quando você faz um levantamento de, por exemplo, de afastamento, vão aparecer todos os afastamentos, né. Mas aí, aparece tudo com código, como, por exemplo, LS. Toda licença de até 15 dias é LS1, toda licença superior a 15 dias é LS2, acidente de trabalho ATM, ADM, um negócio assim, né. Licença maternidade é L alguma coisa. Então, tem é, pra cada tipo, pra cada característica de licença um código diferente, é rapidinho que a gente identifica também, tá.

P. Ah, e, o, não sei se quando eu perguntei os dados, ãh, é, mais estatístico, que às vezes não dá pra passar. Por que, que o professor tá readaptado ou afastado, vamos supor, tantos professores estão afastados por problemas nas cordas vocais, tantos...

DS. Hum... isso eu preciso checar, Vanessa...

P. Ahan, tantos por problemas psicológicos...

DS. Isso eu preciso checar, porque é assim. Eu vou até anotar, mas é uma situação que é assim, ah... a questão da patologia, do CID, isso não pode sair, isso não pode sair, né, no máximo, no máximo, ah, a característica geral do afastamento, se é osteomuscular, se é CIDs, que são CIDs é, é psiquiátricos, psicológicos, e, é no máximo isso, tá. Não sai, não tem como sair daqui uma relação constando os CIDs, a patologia do cara, tá, então...

P. É ah, mas se for a grosso modo, assim, só pra, só pra, porque é assim, nos trabalhos que a gente lê, a gente percebe, né, que são as três maiores patologias aproximadas, são essas de cordas vocais, de problemas psicológicos e osteomusculares, né porque...

DS. Óh, aqui na prefeitura é o seguinte, é, ãh, os nossos maiores casos de afastamentos são osteomusculares e, é psicológicos, psiquiátricos. São as grandes, são os dois grandes grupos, assim, os dois grandes grupos de afastamentos, por incrível que pareça, é, a questão de cordas vocais, de voz, ah, não é uma questão tão grande, né, Eu acho que pelo número de professores que são quase 2 mil, né. Tem gente pra caramba. Tem situações, né, a gente tem alguns processos de readaptação, é, relacionados a questão fonoaudiológica, mas não é um grupo muito [?], não é um grupo enorme não, e grande não. Um dos grandes grupos, tanto de afastamento quanto de readaptação são, é, mentais e osteomusculares, né, problemas físicos mesmo [?] exatamente, exatamente ligados à, à, à atividades repetitivas, e, e, não tanto à atividades repetitivas, porque quando a gente fala de esforço repetitivo a gente tá falando, né, nessa, tecnicamente falando, é, esforço ocupacional, na base, a gente pensa assim, naquela coisa da fábrica, né, uma esteira correndo e o cara [mostrando um movimento de tirar e colocar algo em uma esteira]. Esse é o movimento repetitivo se você for pensar na questão do trabalho, né. Aquela coisa do, do tempos modernos, né, He, He, caricaturesco que eu falo, né, pra quando o tempo vo... né, do parafusar, do, do né [mostrando com gestos o movimento repetitivo do apertar um parafuso]. Então, é, na prefeitura, se a gente for pensar nessa característica aí, de um trabalho, é, é... meio complicado, causa uma certa polêmica, né, inclusive o professor, né, porque o ato de escrever em lousa, embora seja uma atividade inerente, né, é polêmico dizer que é uma atividade de esforço repetitivo, porque, é, atividade do professor é muito mais ampla do que escrever em lousa, né. Então, ah, aqui é mais comum essa coisa, ah que quando aparece mais são as atividades de apoio, sabe? Os auxiliares de limpeza, o pessoal que, ainda assim, é, é, é meio complicado, sabe? Tem médico que não, né, tem, tem, tem médico que não, porque não é aquela, sabe? Não é aquela atividade que o cara vai ficar [fazendo o gesto do movimento repetitivo com a mão, como se estivesse atendendo um telefone] Um telefonista que vai atender o telefone, hoje nem tanto porque tem aquele [mostrando o ouvido e a boca como se estivesse com um redfone] né, aqueles redset e tal, né. Numa fábrica mesmo, o cara fica 40 minutos ali [mostrando um movimento repetitivo de tirar e colocar] ou um digitador que digita o dia inteiro. Na prefeitura não tem este tipo de atividade, né. Então, é uma coisa meio polêmica, gera uma certa polêmica, mas a questão osteomuscular são bastante importantes, né. Assim, é, é, é um dos grandes grupos. Os dois grandes grupos são osteomusculares e mentais, né.

P. Assim, ah, é na sua opinião, ah, no caso do professor, na sua opinião tá, se não quiser falar também, não precisa. O que você acha que leva o professor a, a adoecer, a ser afastado da sala de aula, que faz assim seu...

DS. Puxa vida, pra mim... é complicado fazer uma avaliação geral, porque é assim, eu to muito atolado no individual, né. Cada caso. Então, é assim: pra você pensar numa grande causa, ãh, uma das causas né, uma das questões que eu imagino, que aí não é um problema exclusivo da prefeitura municipal de Campinas, né, mas as próprias condições de trabalho impostas aos profissionais de educação, aos professores no decorrer do tempo, historicamente, acabam acarretando é, é, afastamentos e doenças relacionadas ao trabalho, né. Então, é, embora a educação tenha melhorado, não dá pra gente dizer que não, a educação pública tem melhorado, melhorou pra caramba, né, é, é, é, eu tive no, no, na escola lá nos ciclos iniciais a mais de 30 anos, eu, eu, eu. Era de um jeito, né. Eu, quando comecei a estudar, eu estudava e morava numa cidadezinha bem pequena lá, na, na, no interior. Então, eu estudava numa escolinha no meio de um cafezal, sabe? Que a gente levava coisas de casa e a própria professora fazia um, um lanche lá pra gente, né. Uma estrutura precária de, né. Então, evoluiu pra mim, obviamente. E,

lógico, tem muito o que melhorar, né. Mas uma das questões é, são as condições, que hoje, ainda tem uma série de problemas, uma série de, de questões que não são dados [?]. Uma coisa, assim, que a gente ouve, ah, dos próprios professores, uma das grandes queixas, né, é a questão do... quantitativa mesmo. O número enorme de alunos, um dos... número grande de alunos em sala de aula, né. Eu não tenho nada empírico pra te dizer, porque, assim, a gente não atuou diretamente, mas, né, uma das grandes queixas é um número enorme de alunos, um número muito grande, é. Uma outra questão que aparece bastante aqui pra gente também é a questão da violência, né. A questão da violência, da agressividade, né. Que normalmente, é, é, ela é, tapada digamos assim. E um professor por sala de aula, isso é uma, assim, a gente tem percebido um, um, um, um, um afastamento decorrente dessas situações, né. Aí, não ficar entrando num, num processo, daí a questão é mental mesmo, psicológico, psiquiátrico, é, que vai dificultando o retorno do, do, do professor pra sala e tal. Então, né, muitas causas que rolam, né.

P. Eu tava, eu tava, eu entrei no site do sindicato, mais ou menos, só pra ver por cima. Tem algumas coisas, assim, também de assédio, assédio moral. Há casos desses também?

DS. É, é eu não sei te dizer quantitativamente essa questão do assédio moral, porque, é assim. É, normalmente, o assédio moral, ele começa com uma denúncia e que corre por via judicial, né. Então, é bem, é difícil chegar aqui pra gente, assim, diretamente, um, um, um processo, por exemplo, de readaptação que seja colocado explicitamente que é uma situação de assédio moral. Até por ser uma situação complicada pra caramba. Então, por exemplo, numa devolutiva ele tá na frente de todo mundo, da chefia imediata. Então, é, muito, dificilmente o cara vai abrir isso, porque normalmente o assédio moral é uma relação, é, com chefia, aí o cara, então, assim, é, eu não sei te dizer quantitativamente, né. No sindicato, talvez, tenha mais condições, porque, é assim, é. Ele tem lá uma, uma assessoria jurídica que é pro servidor. Então, quando tem uma situação como essa, é, tem os advogados. Eles tão, eles podem, é, eles podem ter essa informação, você pode até dar um pulo lá, depois, pode procurar o Tadeu, a Rosana, pode dizer que eu pedi pra você ir lá, entendeu? Aí, o pessoal, talvez, procure te dar uma atenção, entendeu? E aí, essas informações talvez o sindicato também dá, tá bom.

P. acho que é isso, já disse a idade média, já foi passado, por Naed é... as perícias são feitas de um em um ano, é, é, o médico que marca, né?

DS. Você fala a perícia relacionada à readaptação?

P. Isso.

DS. É, elas são, elas tem a validade máxima de um ano, não pode durar, o processo de readaptação tem que ser reavaliado no mínimo anualmente.

Tá, tá [apontando pro meu celular] ha, ha, eu pensei que ia cair.

No mínimo anualmente. Então, é, tem situações que o cara dá um ano, já, agora tem situações que não. Isso fica a cargo, essa prerrogativa é do, do, do médico da saúde ocupacional, né. Então, às vezes, o cara, às vezes, por exemplo, você faz uma cirurgia que o médico sabe que normalmente é condição com 3 meses, mas você tem outras questões. Você é diabética, por exemplo, seu processo de cicatrização é diferenciado. Então, ele dá os 3 meses e se via de regra aquela cirurgia não se resolve, só que ele quer te ver exatamente em 3 meses, ele não pode estender pra um ano, entendeu? Aí, ele pode dá [?] ou dá alta ou dar mais um tempo, né. Então, isso é de prerrogativa do, do médico, né. O único norte que tem é a questão anual, entendeu? Não pode dar uma restrição pra mais de um ano, mais de um ano, né. Então, todo servidor em processo de readaptação, no mínimo, uma vez por ano, a gente vê o cara, a gente vê como é que ele tá.

P. E daí, o, o professor que tá readaptado, ele recebe pela prefeitura mesmo, né, não pela Camprev?

DS. Exatamente. Não é Camprev, é prefeitura. É essa discussão, isso é uma coisa que está em busca, é como eu te falei, tem um, um, uma discussão que historicamente no Brasil existem contas de previdência que fazem as reabilitações, né. Que bancam. O INSS, por exemplo, quando o servidor, encaminha o servidor em processo de, de reabilitação, enquanto durar a reabilitação, quem paga é o INSS, né. Aqui na prefeitura a gente não tem ainda, mas também por causa da, da, da pouca idade da Camprev. Eu acho que isso tudo são questões que tendem a evoluir, e se resolverem aí brevemente, né. Mas hoje é a prefeitura. Pra todo efeito, assim, o holerite do cara não aparece nada, é, ele tá na ativa pra todos os efeitos, né. É, é, é a municipalidade quem banca tudo, né.

P. Mas se o professor readaptado precisar se afastar é a Camprev que vai pagar né? [resumo da questão, pois a gravação ficou ruim e não dá pra entender ao pé da letra]

DS. Se o servidor, porque é assim, o servidor mesmo readaptado, mesmo reabilitado ele, ele pode ficar doente. Seja em decorrência da patologia que gerou a readaptação ou não, ou não. Ele pode ter um problema, ele pode ficar afastado por um problema psicológico, psiquiátrico ou por uma pneumonia, por exemplo. É um direito dele, ficar afastado. Então, aí ele vai apresentar o atestado lá normalmente na perícia, o perito vai avaliar e vai deferir. Até 15 dias é a prefeitura. Acima de 15, aí é a Camprev, tá. Aí obviamente que o perito vai avaliar, é, a questão é assim. Às vezes o cara é, é, o cara tá afastado por, o cara foi reabilitado por problema osteomuscular. Sei lá. Problema no joelho. E aí, ele começa a apresentar atestados frequentes com problema no joelho, né. É, aí, o, a própria perícia pede pra gente dar uma investigada, dar uma olhada. “olha, o cara, já foi feita a readaptação dele, e, e, em 3 meses ele apresentou 10 atestados”. Aí, ó, tem alguma coisa errada, né, que tem que chegar e ver direito o que está acontecendo, de repente aquele local, não é um local pro cara e enfim, a aí a gente vai investigar pra ver por que? Que rota precisa ser corrigida aí nesse processo pra, pra tentar diminuir essa questão.

[Silêncio - eu olhando meu papel]

P. Hum, aí, tem a, a legislação. Você sabe? A do Camprev e já peguei, dei uma lida, assim, por cima, mas da, do serviço de saúde...?

DS. Tem, tem, tem, tem uns decretos, eu posso, deixa eu ver se eu acho os números deles. Aí depois lá no site da prefeitura tem tudo. Tem uma biblioteca jurídica lá, então... [mexendo nos papéis da mesa, procurando algum papel com os números dos decretos]

[silêncio – procurando os papéis]

óh, [mostrando um papel] isso aqui, a gente tem um módulo lá na escola de Governo, num curso de gestão tem um módulo que é nosso de DPSS, a gente fala. Então, esse daqui, você pode até levar, tá, é uma apostilazinha que a gente fez explicando detalhadamente, pausa [folheando e mostrando a apostila]

Todos os processos que tem aqui, o que cada um faz, por exemplo, a licença para tratamento de saúde, o que o servidor tem que fazer, licença maternidade, licença pra acidente de trabalho, né, você pode levar está cópia.

P. Legal,

DS. Ele te dá assim...

P. Obrigada

DS. Assim, ele te dá um, um, assim, uma visão ampla da...

[silêncio]

[mexendo nas gavetas, nos papéis procurando o papel com número dos decretos]

[silêncio – vai para o computador e começa a mexer nele]

Óh, depois você entra no camp, www.campinas.gov

P. No site da prefeitura, né?

DS. Isso. Só que aí você coloca barra biblijuri. Você vai entrar na biblioteca jurídica da prefeitura. Aí você vem aqui em funcionalismo [mostrando pra mim o computador]

[Pausa- silêncio]

Ah, essa lei é o estatuto do servidor público. Ele é antigo pra burro, ele é de 55. Então, tá uma verdadeira colcha de retalhos, porque é difícil você não achar um artigo que não tenha uma observação. Mas, aí na legislação você encontra toda a, a, a, a, tudo o que diz respeito. Aí depois você dá uma escarafunchada que você encontra. óh, especialmente, em decretos 91-2000 e 2001-2009. Esse aqui. Aí você vai olhando, óh, sempre aqui o que ele vai regulamentando aqui ele diz, tá. Então, quando ele, tá, quando ele, é, tem alguma coisa falando de... É, óh, o que tá falando da readaptação, se não me engano é um decreto 001/2006 eu não tenho certeza. Mas você acha facinho, aqui, tá bom. Que e a legislação que fala da questão da readaptação aqui, tá. Tem um decreto novo, que foi uma minuta que a gente fez, é, enfim, tá em discussão aí na prefeitura, mas ainda não foi publicado, né. Então, assim...

P. Tá na Câmara?

DS. Não, não, não, não é câmara porque é, não, não, não porque como é, como é decreto interno, é a própria, é o próprio secretário de RH, acho que o secretário e o prefeito assinando já, já resolve, não precisa, não precisa é, como é uma questão de legislação interna, né, de direitos que resolvem internamente, não vai ser necessário Câmara, né. A Câmara é quando é lei, quando é uma coisa mais ampla, né. Mas nesse caso aqui não.

Ah, então, tá em discussão que é a ideia dar uma regulamentada mesmo, dar uma atualizada, né. Mas hoje, a gente tem um, tem um decreto, é de 2006, se não me falha a memória, mas é bom você dar uma escarafunchada, que você encontra. Porque tá escrito direitinho lá, sobre as atribuições do departamento de promoção à saúde, e aí fala um pouquinho da, da questão da readaptação né. A gente tá discutindo exatamente como a coisa é feita hoje, né, tá.

P. É [x] seu...

DS. [x], é.

Eu sou psicólogo aqui na, na, na coordenadoria de relação de trabalho, tá.

P. Hum, hum. ãh é isso, acho que foi...

DS. Porque essas informações são tranquilas, aliás com prazer a gente passa, né. Agora, essa, aí essa parte de dados como o [C] tinha, acho que já tinha conversado com você, tudo, aí depende de uma associação, os caras autorizando, aí a gente... Você deixou telefone, você deixou contato com o [C]?

P. Eu deixei, mas se você quiser...

DS. Eu vou anotar de novo, tá. Deixa eu... de onde você é Vanessa?

P. Da Unicamp

Anotou meus contatos e disse que entraria em contato quando pudesse passar os dados pedidos. Agradei sua atenção, perguntei em quanto tempo sairia essa autorização, ele me disse que não sabia, que talvez uns 15 dias, mas que entraria em contato comigo.

Transcrição da entrevista com o Coordenador do sindicato STMC.

Data: 22/03/2011

Duração: 1h20min.

P. Pesquisadora

C. Coordenador geral do STMC

CO. Coordenadora do STMC

C. Então, aí o que acontece é assim, é... quer colocar aqui mais perto ou não? [se referindo ao gravador de áudio]

O que acontece é assim, é... Qual é a crítica mais prática ao número considerável de professores é... afastados para tratamento de saúde?

Mas, nós não podemos olhar simplesmente para o número, e, e, desconsiderar as causas que levam esses profissionais a se afastar. Então, entre outras, as causas: condições de trabalho, excesso de alunos na sala de aula, sobrecarga de trabalho, né, é... processo de trabalho, hoje em dia bastante complicado. Há uma mudança no mundo do trabalho, sobretudo na área de educação, advindo aí com as novas doenças ocupacionais. Qual é o grande é... incidência de doenças ocupacionais é, é que incide hoje na classe de educadores? É estresse, né, problemas psiquiátricos, né. Então, é... Porque isso são, são, são... patologias advindas de questões comportamentais. Se você tem uma sala super lotada e você tem uma estrutura não adequada, isso faz, exige do trabalhador um empenho maior para que ele possa desenvolver é... a sua habilidade de educar, né. De educar que é um processo contínuo é, a atividade pedagógica tudo ali é um processo contínuo, e diante disso se você não tem as condições adequadas, se você não tem, se você não tem uma estrutura facilitadora, você, obrigatoriamente, com o passar do tempo, esses profissionais são obrigados, são levados a ficar doentes, né. Então, não dá, reitero, que não dá pra gente, é, ignorar as causas que levam a isso, as causas são fundamentais.

E a partir desse momento quando um trabalhador fica afastado para, a para o tratamento de sua saúde, aí nós temos um outro problema que é um questão institucional. A prefeitura não tem uma política clara sobre isso. Agora a prefeitura não tem uma política de preven, preventiva para evitar, por exemplo, o adoecimento, não tem uma política de assistência desses profissionais. Então, o trabalhador além de contar com as precárias condições de trabalho, com a super lotação da sala de aula, uma infraestrutura que... que não facilita o seu trabalho, além disso, a... o profissional ele tem um, um abandono por parte da instituição empregadora, no caso, a prefeitura de Campinas, que ela não tem uma política definida pra isso. Então, quando ele se vê nessa situação, quando ele fica doente, é, ou ele fica afastado em LTS licença para tratamento de saúde, ele tem que contar com seus recursos próprios, né. Ele tem que buscar isso lá fora, porque aqui dentro [se referindo a prefeitura] não tem. E aí, onde entra o sindicato? Muitos batem à porta do sindicato, é, trazendo os problemas. Primeiro, a gente analisa e aí a gente faz os encaminhamentos. Que tipo de encaminhamentos que... que acontece ne, ne, nessa ocasião?

Tem o encaminhamento administrativo, co, cobrando a prefeitura, seja a melhoria das condições de trabalho, cobrando da prefeitura seja a assistência que prefeitura tem que dar para aquele profissional, contribuindo infraestrutura, conse... é, é... cobrando da prefeitura uma infinidade de questões pra, tendo em vista a prevenção da saúde ocupacional desse profissional. Só que do outro lado, nós temos uma administração, como eu já disse, que não tem uma política clara pra isso, e não tem um pingo de preocupação de querer resolver isso. E isso vai gerar um bola de neve, uma reação em cadeia, que vai, hoje um, um, um professor que está doente, né, ele está doente e quando se afasta da sala de aula, ele compulsoriamente tem que ser substituído.

Então, se você olhar, né, essa falta de política por parte do governo, vai gerar um gasto, vai gerar um dano financeiro ao erário público, por conta do que? Porque você tem um professor que hoje ele rege uma sala de aula, ele fica doente, que, que vai acontecer? Ele será substituído por outro. Porque não tem como, o aluno tá lá, a sala tá lá e, tá, tá, e o processo tem que acontecer, será substituído por outro. E se esse professor, por exemplo, substituto ficar doente? Ele vai ser substituído por um terceiro. Então, isso daí é uma, é... o que eu imputo essa questão, essa omissão, essa negligência por parte da prefeitura, ela vai onerando os cofres públicos em todos os aspectos. Então, diante disso, a gente, o sindicato tem feito as investidas, as denúncias é... no Ministério Público, administrativamente dentro da prefeitura, mas a prefeitura tem se mostrado insensível a isso, né. E o que é pior, agora, a prática de prefeitura tem sido o seguinte: o professor ele tá afastado, ele fica afastado um ano, sabe o que a prefeitura tá fazendo? Independente da, da, da idade dele, independente desse professor é... poderá ser recuperado ou não para o processo de trabalho, ela tá aposentando compulsoriamente esse, esse, esse, esse professor, esse profissional, de forma é, o camarada tá num, num, passando eventualmente por um momento da vida dele difícil ou ele foi colocado numa situação bastante complicada pela falta de estrutura, falta de infraestrutura, falta de condições ou superlotamen... lotação ou por algum problema de ordem social mesmo que ele deve estar passando, porque são seres humanos. Por trás, por trás do avental, por trás de um jaleco de um professor existe um ser humano, suscetível a,a,a,a,a... toda a questão social que envolve a questão da educação, porque a educação é uma célula da sociedade, e ali existe as contradições, os conflitos e o profissional que está ali tem que saber administrar e gerenciar. Esse tipo de coisa é exigido desse profissional hoje. E quando ele não está preparado ou est... ele é forçado ou ele sente debilitado fisicamente, psicologicamente, coisa e tal, ele se afasta, a prefeitura simplesmente, ao invés de cuidar, a prefeitura, é, manda, pega esse profissional depois de um, um período... aposenta ele compulsoriamente.

Exemplo, eu vou dar um exemplo pra você, [pausa] é... [mexendo no computador] um exemplo que eu vou dar pra você, tem uma professora aqui, ó. Eu tô com um caso aqui agora, esse é um, aconteceu mais recente.

Uma professora sete anos, nove anos de magistério, ela teve um problema nas cordas vocálicas, nas cordas vocais. O que aconteceu com a, a... com essa profissiona, profissional? Ela ficou, deu um problema nas cordas vocais, a prefeitura nunca fez um exame, ela, quando ela entrou na prefeitura, ela fez o exame admissional, não tinha nada. Nove anos depois ela apresentou problemas nas cordas vocais, o que aconteceu? Ela sofreu uma cirurgia, e a prefeitura uma ano depois, aposentou ela, é... proporcionalmente, né.

Então, só pra você ter uma ideia, aqui ó, essa, reservando aqui o direito da... Então, olha, como tá. A requerente é uma servidora pública, exerce o cargo de professora de educação básica, né, labora na prefeitura há mais de dez anos, né, e além disso ela tem um histórico que ela laborou no Estado, cinco anos antes, é... quando, quando ela foi admitida, ela... foi submetida a exame de saúde ocupacional, e no, no ingresso, e na ocasião ela foi julgada apta, não houve nenhuma OBS, nenhuma restrição com relação a isso. ocorre que passado é... um bom tempo foi diagnosticado e comprovado que ela tinha um calo e um cisto na... nas cordas vocais, ocasionando disfonia organo-funcional, certo. É... um granuroma do PV, do PVE, que é o diagnostico que o médico deu lá. É... portanto, ela foi submetida a uma cirurgia nas cordas vocais, certo. E aí, a municipalidade através do setor dela, que deveria estar cuidando da prevenção desse profissional, ela um ano depois, ela soltou um atestado de saúde ocupacional dela, dizendo que ela estava apta para voltar a trabalhar com restrições. Mas um ano depois a prefeitura pega e fala assim: não, nós vamos aposentar ela de forma proporcional. Ela é uma jovem professora de 42 anos, sendo aposentada nessas condições. Então, ó o parecer médico é... foi feito com restrições laborais, ela tem 43 anos, e diante disso ela, o que o sindicato faz?

É, a pessoa vem aqui, traz o problema, e o sindicato tenta sensibilizar e cobrar administrativamente a administração no sentido de que, trata-se de um professor jovem. Prefeitura tem que te... apresentar um projeto de recuperação desse profissional e... fazer um trabalho de, de assistência e prevenção ou ainda assim ela poderá fazer outra atividade, né, num processo de saúde, coisa e tal, mesmo num

processo de saúde ela poderá ser readaptada e poder fazer uma atividade é... momentaneamente é... paralela, né. Trabalho com reforço com os alunos ou alguma coisa assim, ou de apoio, mas, no entanto, a prefeitura desconsidera tudo isso, e simplesmente, remete ela para a aposentadoria, num... numa visão sim... simplista da coisa, com objetivo nítido e claro de econ... economicista, de economizar com aquele profissional, e no entanto, ela... Agora, só que é o seguinte, essa profissional ela vai se aposentar e outro vai entrar no lugar. Então, você precisou de dois profissionais pra poder fazer uma, executar uma ação pedagógica, naquela, naquele, naquele, naquele, naq... naquela série em que aquela professora estava naquele momento.

Então, é... essas situações, elas são assim, é... dramáticas. Isso não é uma particularidade e peculiaridade da prefeitura de Campinas. Ela é genérica, né, é generalizada, aliás, ela é uma, um, um problema que afeta a educação como um todo, e hoje em dia, é... as faculdades tem que ter uma preocupação, né, a faculdade tem que ter essa preocupação, as pessoas é... Qual é a preocupação que o, o que o, o go... que eu poderia citar pra você? Saber utilizar, o profissional tem que saber utilizar as ferramentas, é... de como ele, padecer, de quando ele, e, ele sofrer menos no seu processo educacional, que é um, que é um, um processo extremamente importante. O país, ele necessita sempre de um, um processo educacional é... sempre qualificado, né, de qualidade, coisa e tal.

Agora os profissionais, eles tem que estar atualizados com relação às técnicas hoje de desenvolver o processo educacional, né, é... e conhecer as ferramentas pra que ele não, dez, quinze anos ele não, não padeça, não sofra essa patologia, aonde possa, porque o trabalho não pode aniquilar as pessoas. A, o trabalho não pode transformar as pessoas é, é, é em é, transformar as pessoas em inúteis, né, porque quando você pega um profissional desses e ele se aposenta por invalidez, ele tá inútil, ele não pode trabalhar mais, né, e são jovens, porque hoje a, a, a, o processo de aposentadoria de um profissional de educação ele, mulheres se aposentam com 25 anos em sala de aula e homem 30 anos.

Se você pega um profissional mulher, com 20 anos, saindo recentemente da faculdade, 30 anos depois na sala de, 25 anos depois ela vai se aposentar, ela com 45 anos, ela vai se aposentar, e é ainda um profissional que tem ainda uma potencialidade muito grande pra ser explorada.

Um homem hoje, um professor, no caso, vou citar meu exemplo aqui. Eu com 30 anos, eu vou me aposentar. 30 anos na sala de aula eu vou eu aposentar. Eu com 30 anos vou estar com 52 anos, né, com 55 anos, eu vou estar no meu apogeu, na minha é... na minha condições é... plenas de tá produzindo mais, mas, no entanto, não é isso que vai acontecer.

O que tá acontecendo, as pessoas estão sendo compulsoriamente aposentadas por invalidez e isso vai acabando com a auto-estima e isso coloca um, em xeque o processo educacional. Hoje, você jovem, você fez a opção pela educação, mas vai hoje na, no ensino... médio o, e propor pra eles, pra eles fazerem licenciatura ou ingressar na carreira de educação. O jovem hoje, ele já tem que esse, essa profissão, ela não é atrativa, em todos os aspectos, e sobretudo na hora que ele descobre que ao trabalhar ele corre o risco muito sério de ficar doente no trabalho, e, e amanhã ou depois se tornar um profissional inválido, dada uma série de, de, de intercorrências e circunstâncias e situações, seja física ou psicológica, estruturais, organizacionais, e vai levar ao seu adoecimento. Então, diante disso é... é uma situação, o trabalho precisa ser feito, é necessário, quem deveria estar fazendo hoje, a Universidade. A universidade como ela está sentada no tripé é... ciência, tecnologia e educação é, pesquisa né, é... educação, é... a pesquisa, a educação e, e a extensão, como a universidade está fazendo. Ela tem que fazer isso mesmo, mas o órgão responsável pelo processo educacional tem... deveria tá fazendo isso cotidianamente e não tem.

Você vai ter essas dificuldades na prefeitura, porque essa prefeitura não, não tem uma política e definida pra isso. E isso faz com que você vai criando esse é, é, é, é esse grande número de afastamentos que há hoje na prefeitura de Campinas, mas eu reitero pra você, qualquer análise, qualquer levantamento que você fizer, eu acho que tem uma questão da ciência aí que não pode ser ignorada, que é as causas que levam ao afastamento, porque para o órgão, para a instituição pública,

ela tem o propósito dela, é afugentar os números e desenvolver políticas para poder conter isso. Agora pra universidade, pra academia é necessário encontrar as causas, porque essas causas vão orientar as políticas e, e, e educacionais dessas universidades e por isso, eu acho importante o trabalho de vocês, o trabalho que você está fazendo, é um trabalho gigantesco, mas é necessário ter o, o, o, a parceria e, e que a prefeitura dê a contribuição, e é aonde você vai ter a dificuldade. A prefeitura não vai abrir é a, a questão trata de uma saúde pública, né. Quando você vai lá e pede para a prefeitura dados e a prefeitura te nega ou omite, coisa e tal, trata-se de saúde pública, porque a prefeitura não tem uma política clara, e é isso que ela quer esconder. Agora é... pra poder resolver o problema, precisa debruçar e aprofundar no problema, precisa radicalmente encontrar quais são as causas que estão levando ao adoecimento dos profissionais da educação. E isso, eu reitero pra você, não é uma coisa da prefeitura só de Campinas, em todas, aonde houver o processo educacional, isso é um problema recorrente.

P. É... também tem a... que sobre o assédio moral, né. Você tem dados sobre o assédio moral? Se há é... assédio moral com os professores, esse tipo de coisa. O que é o assédio moral pra vocês?

C. O... Isso também é um fenômeno novo, quer dizer, ele ganha hoje uma conotação legal... legal, né. É... de legislação que é essa figura do assédio moral. A figura do assédio moral é produto do que? Da falta de habilidade e competência de gestão, porque quando você trata com pessoas, com gente, com profissionais, você tem que ter a habilidade de conhecer as pessoas, esses profissionais e, trabalhar com eles. E, muitos profissionais que hoje exerce cargos de comando, de coordenação, de direção, de supervisão, coisa e tal, eles não estão preparados pra isso. Então, o assédio moral o que que é? Nada mais é que um abuso de autoridade por parte de um gestor que tem na, sobre sua ascendência, profissionais, trabalhadores e que ele se sente dono da verdade, se, e ele abusa do seu, do seu direito de gerir, né, a coisa pública. E ela, quando ela falta essa habilidade, ela usa de truculência, é... vou usar um termo chulo, o rabo de tatu, né, que é uma expressão antiga, que é... pra poder é... fazer prevalecer é... a sua autoridade, que às vezes falta de habilidade e competência, ela se desautoriza enquanto profissional. Então ela faz uso desse tipo, desse tipo de expediente na máquina pública. Há sim, é assustador essa questão de, de assédio moral na, na máquina pública, quando chega a... ao conhecimento do sindicato, as pessoa vêm aqui e traz ao conhecimento do sindicato, e o sindicato toma a providencia, ele faz a denúncia de assédio moral. Porque existe uma lei municipal e Campinas, sobre assédio moral, vedando, proibindo o assédio moral. Então, o sindicato sempre denuncia a prática desse assédio moral. Agora, só que o assédio moral, ele tem um aspecto que é muito, que é muito... complexo, porque ele acontece silenciosamente lá no dia a dia, no cotidiano, e normalmente o assediador tem um perfil, ele já conhece, como ele é um, uma pessoa com um perfil é... de assediador, ele faz, ele faz a coisa bem feita. Ele chama as pessoas de forma isolada, coloca assim frente a frente e comete as maiores barbáries em cima daquele profissional e isso vai cain, abaixando a auto estima desses profissionais, ele vai perdendo a sua vontade profissional e isso é um sé... e esse profissional assediado é um sério candidato a ter um problema de saúde, porque como eu disse pra você, debaixo de um jaleco ou atrás de um, de um profissional de educação né, dentro de um profissional de educação existe um ser humano. Um ser humano que não está deslocado da questão social, da questão do ocupacional, da questão de... gestão.

É um grande dificuldade hoje do gestor público é esse, essa habilidade e competência para poder gestar a coisa pública e saber trabalhar com pessoas, sobretudo com pessoas, né. O conceito hoje em dia não é mais recursos humanos, é recursos de pessoal, porque ali quem é.. tem a responsabilidade de desenvolver o processo educacional são seres humanos dotados, seres humanos em, na sua essência, dotados de suscetibilidade é... e ele precisa de... ser olhado como isso. Como um ser biossocial, né, e ser respeitado com isso, mas às vezes, quando isso falta, quando isso não tem uma política definida pa isso, você... encontra a figura do assédio moral que é muito presente.

Há sim, lamentavelmente, mas lamentar, lamentar isso é uma questão muito genérica, né, combater isso é necessário, né. É, não podemos são olhar pra isso e lamentar, mas nós temos que combater, e uma das coisas que o sindicato tem é... se esmerado pra poder pedir pra essas pessoas é, o que

alimenta o assediador é o silêncio, é a omissão. As pessoas têm que denunciar, elas têm que vir aqui, tem que procu, procurar um entidade sindical, procurar sua entidade de classe, pra poder denunciar isso, porque, quem alimenta o assediador, é quando a gente se cala. Quando nós nos calamos, o assediado é alimentado, e aí, ele vai continuar fazendo sua barbárie com um, com outro e isso não tem limite, só vai ter limite na medida que as pessoas reagirem e tomarem providência e, reagirem contra isso. E pra isso a instituição sindical, ela tem feito um trabalho, denunciado no Ministério Público, denunciado na prefeitura, mas mesmo assim, normalmente um diretor de escola é um proposto da administração, logo, um secretário ou o próprio prefeito, ele não vai é... querer inibir isso. É essa prática que a gente verifica na cidade de Campinas. Ele não tem uma política pra inibir isso, pelo contrário, eles alimentam, porque eles colocam panos quentes, eles acobertam essas práticas. Então, quer dizer, tem esse lado também, é... do gestor da irresponsabilidade, descumprir uma lei criada pelo próprio gestor público, que é uma lei de assédio moral que tem na cidade de Campinas.

P. Mas, e vocês têm, assim, o número de, em relação aos professores, de quantos estão afastados por causa do assédio moral?

C. Como, como foi dito pra você, pela própria prefeitura, esse número é um número institucional. O sindicato tem os casos pontuais que batem dentro do sindicato. São inúmeros, né. Eu tô dizendo pra você, no ano passado, nós tivemos umas 15 denúncias de assédio moral, 15. Uns dois diretores foram remanejados da escola aonde, lá onde tava praticando, né. É... mas tem é, é um, eu estou só falando dos profissionais da educação, mas tem também o silêncio, e esse daí é imensurável, não tem como eu aferir isso é... deve ser um número bem maior do que isso, deveria ser um número maior do que isso. No ano passado nós tivemos 15, esse ano já tivemos 6. E como eu digo pra você é assim é... a... o sindicato, a prefeitura sempre vai negar e obstruir, e não vai fornecer de bom grado esses números pro sindicato, porque é... esses números apresentados assim de forma fria ele, há uma constatação logo de cara, é um flagrante é... há uma flagra... flagrante denúncia contra a administração, que ela incentiva é permissiva com relação à prática de assédio moral. Então, ela não fornece isso.

O sindicato tem que, as pessoas batem à porta do sindicato, e a política que o sindicato desenvolve no dia a dia, dizendo pra, pra todos os profissionais, olha quem alimenta isso, é quem se cala. Então, logo, se você tem entidade, venha fala, porque o sindicato tomou conhecimento, ele toma a providência né, é...

A prefeitura hora resolve os problemas, hora ela fica postergando esses problemas, e na verdade ela tá criando uma bomba de efeito retardado pra ela, porque é... o... trabalhador assediado, ele é um possível trabalhador que vai ter que se afastar para licença do tratamento da sua saúde, em função do, do, em função do, das implicações que me... que gera sobre ele de, de, im, implicações patológicas que gera sobre ele, e esse profissional vai estar debilitado, um dia ele vai estourar, como diz num jargão aqui nosso, vai espanar, e ele vai ter que se dar um tempo pra ele, pra poder se recuperar, e é mais um trabalhador licenciado para tratamento de saúde em decorrência do assédio moral.

P. É... vocês, aqui no sindicato vocês tem uma diretoria específica, uma comissão que trata sobre a saúde?

C. É... eu tenho, o sindicato, ele tem uma distribuição que nós temos professores, educadores, coisa e tal. Eu tenho um setor que, de saúde ocupacional, mas só que é... dadas as dificuldades que a prefeitura coloca a... o setor ele não tem é... ele tem a, trabalhado na medida da demanda.

Então, apareceu a demanda aqui ele trabalha, ele tem um posicionamento administrativo, técnico, político e jurídico. Então, isso que é feito. Então nessa sequência, o sindicato tem isso. Primeiro, o trabalhador quando ele vem aqui, ele é, ele é assistido por um diretor, o diretor toma pé do que está acontecendo, dependendo da demanda dele, ele já faz o encaminhamento administrativo devido a gravidade é... ele já tem o encaminhamento técnico âhh... de levantamento de condições de trabalho, essas coisas e tal. Toda é... de um engenheiro de segurança... do setor de saúde ocupacional que o

sindicato tem é... a atos continuo, ãh, se a coisa for mais complexa ainda, a gente toma as medidas jurídicas, né, e aí também toma as medidas... é... jurídicas na ordem de denúncia no Ministério Público que tem um papel extremamente importante nisso, na justiça, quando a coisa é flagrante. Então, a gente tem feito isso. Mas, assim, uma estatística no primeiro momento, eu digo que não tenho nesse momento, porque a dinâmica aqui ó, eu sou diretor sindical, o meu expediente administrativo é 24 horas por dia, de segunda à segunda e isso pra todo diretor, porque esse sindicato, ele é co-responsável por todo funcionalismo. Nós somos representantes de 22 mil trabalhadores, entre 16 mil ativos e 6 mil inativos. Então, nosso trabalho aqui eu tenho hospital, eu tenho é... guarda municipal, defesa, defesa pública, eu tenho assistência, educação, cultura, esporte, lazer. Então, é... a gente acaba sendo atropelado nessa organização, eu digo pra você, se você tem assim dados, assim, eu não tenho, eu tenho casos pontuais, né, que... é, vão bater em nossa porta, mas o que impera muito é o medo, o receio, as pessoas não vão atrás, e aí quando elas vem ao sindicato, elas já tão no limite, e aí o sindicato toma as providências bem nesse sentido.

P. É... na prefeitura de Campinas tem, eu não sei se tem ainda, é... sobre professores temporários, contratados temporariamente, né. Eles contribuem com o sindicato também...?

C. Sim. Na verdade na prefeitura de Campinas tem algumas berr... aberrações. Você está se formando com pedagoga, a Unicamp tem uma faculdade de Educação, tem licenciatura em ciências sociais, filosofia, matemática ou língua portuguesa, mas a prefeitura de Campinas criou uma aberração, chama-se a figura do professor adjunto. Que, que é um professor adjunto? Um professor adjunto é um camarada, é um pau pra toda obra, é o professor com características de ajudante de serviços gerais. Ele é formado em geografia, ele vai dar aula de matemática. Ele é formado em matemática, ele vai dar aula de filosofia, né. Então, eu quero dizer o seguinte: na prefeitura de Campinas foi criado essa figura do professor adjunto que é o pau pra toda obra e esse professor é um sério professor a também ficar doente. Por quê? Porque ele não tem um, um, uma sala fixa. Ele fica na cobertura, no chantili, né. É... precisou ele é usado. Então, é... tem professores, na prefeitura de Campinas nós temos professores efetivos, né, é... e com, contratados por prazo determinado, mas são muito poucos. A maioria é efetiva. Nós temos por volta de três mi, quase três mi, dois mil e quinhentos professores. Então, é... na maioria é efetiva. Agoraaaa contratados, nós temos muito pouco. É... tem também um outro processo de privatização da educação na cidade de Campinas, através das naves mães. Quando você ver a propaganda do governo chamada naves mães. Naves mães é uma precarização do processo educacional. É... primeiro as naves mães são colocadas profissionais que não tem nenhum vínculo com o processo educacional. São leigos, despreparados, que vão lá cuidar das crianças desde a tenra idade pra poder tratar, fazer acontecer o processo educacional. Então, são naves mães que tem na cidade de Campinas. E agora, o governo municipal quer implementar as OSs, organizações sociais. Ele quer entregar o processo va, a comunidade de educação pra organizações sociais. Organizações sociais significa precarização das relações trabalhistas, o trabalhador vai trabalhar mais, vai ganhar menos e... vai estar sujeito as condições de colocar 40, 50 pessoas na sala de aula e vai ter que desenvolver o trabalho dele ali. Porque quem vai ta cuidando disso e gerenciando isso não é mais, não será mais o órgão público, será organizações sociais é... que vão [pausa] ter o nítido propósito é... mercadológico de... de eficiência mercadológica, de colocar professores a troco de.. de... repasses e verbas, de editamento de verbas, vai fazer acontecer o processo educacional. Quer dizer, é uma coisa sem vínculo nenhum com a missão do serviço público de prestar serviço à população.

P. Hum hum, é... e no caso, tem aqui contratados por CLT, contratados temporariamente e os reintegrados judicialmente, né?

C. É, tem... há um remaneja... um, uns profissionais remanescentes de um processo aí que são considerados é... reintegrados judicialmente, né, RJs, que nós consideramos. Eles também foram reintegrados judicialmente, há uns tempos atrás, há uns 10 anos atrás, e... esses são, estão é, aguardando um, um desfecho da situação deles, né, porque... é, na época é... eles trabalharam um longo tempo para a prefeitura e... aí o concurso caducou, parece que o concurso caducou e... o que aconteceu é que é... eles entraram na justiça, e houve uma decisão jurídi... uma liminar de, para

reintegrá-los, mas o me ainda paira sobre essas questões. Então, esses são regidos pela CL, CLT, são por volta de 200, de 200 a 150 a 200 profissionais que tem aqui, é... na prefeitura de Campinas.

P. Hum hum, é, e fazem parte desse sindicato também?

C. É esse sindicato, Esse sindicato é o sindicato representativo de todo o funcionalismo, certo, é... nem todos são sindicalizados. A... questão da sindicalização que constitui o sindicato é assim: ela não é obrigatória. Ela é voluntária. Então, se a pessoa quiser é... eu represento eles, eu represento independente de serem filiados ao sindicato ou não, eu represento nas negociações coletivas e nas demandas que tem trabalhistas, mas eles não são obrigados é... são obri, não, não é obrigado a se filiar ao sindicato. Isso é... é opcional.

P. hum hum.

C. Certo, Aí eu diria que são poucos também RJs filiados à entidade sindical.

P. Hum hum.

C. São poucos mesmo.

P. é... e em relação a questão dos readaptados? Porque é, quando ele sai da sala de aula e é readaptado em outra função, por exemplo, ele, o professor, ele perde alguns direitos da profissão, né, que é a aposentadoria, que... ãhh para quem está dentro da sala de aula o tempo de serviço é 25 anos, passa a ser ãhh, o, o tempo normal, né? O, no sindicato tem alguma luta, alguma, alguma, assim, pauta pra garan..., pra garantir que esse professor que adoeceu em sala de aula e foi readaptado em outra, outro local de trabalho, ele tenha os mesmos direitos que o professor que continua em sala de aulaaaa?

C. Primeiro é assim, quando iniciei a conversa pra você, co, com você, é o seguinte. É...o fundamental é entender qual é o problema que afeta aquele profissional. Então, qual a orientação que o sindicato dá? Quando você ficou doente, no local de trabalho, o, ac, você tem que estabelecer o nexo causal disso. Se for doença ocupacional, acidente de trabalho, acidente de trabalho ou doença ocupacional adquirida a serviço da municipalidade, ele vai ficar afastado, readaptado, mas ele terá seus benefícios preservados, porque ele ficou doente a serviço da prefeitura, e daí tem todo o procedimento administrativo que... perpassa por essa questão. Se a pessoa ficou doente, no caso dessa o, dessa professora aqui, que tá sendo aposentada, o sindicato vai ter que fazer o trabalho da reversão da aposentadoria dela. Por quê? Porque ela ficou doente a serviço da prefeitura, e a legislação, ah, ela diz o seguinte. Quando você é acometido de, de acidente de trabalho ou doença ocupacional, você... se ficar afastado 10, 20 anos, esses afastamentos são dias trabalhados em função da legislação. Então por isso que eu digo pra você que a coisa não pode ser dissociada, qua, qualquer análise ou qualquer ação não pode ser dissociada do modus operantes, do trabalho que levou, né. Nós temos n, é... remete a origem da saúde ocupacional, lá em Ramazini lá atrás, quando Ramazini, quando as pessoas chegavam, é, pro médico Ramazini e perguntavam e apresentavam o quadro clínico pra ele, a primeira coisa que ele fazia: O que você faz? Qual a sua ocupação? E aí, nisso estabelecia o nexu cau, de causalidade, pra poder, ele vai ficar afastado, readapatado pra poder se tratar ou recuperar coisa e tal, vai ser readaptado com uma outra função, mas essa readaptação se deu em função do que? Foi através de um acidente de trabalho ou uma doença ocupacional? Se for por isso, é... esses direitos tem que ser preservados. Isso a constituição lhe garante isso. E o sindicato tem feito, investido, o departamento jurídico do sindicato tem feito um trabalho nesse sentido, é...encontrar as causas, o nexo causal, e dar guarida, dar cobertura, fazer os procedimentos necessários, é... pra garantir os direitos do trabalhador. Porque ele não ficou doente porque quis, ele não se acidentou porque quis. Ele foi levado ãhh... a... dadas as condições àquele adoecimento. Logo, a prefeitura não pode virar as costas pra ele. E pra isso existe a entidade sindical de acompanhar isso sistematicamente é... pa, pra fazer valer o direito dele, né. E então, nisso o sindicato tem acompanhado sim.

[Pausa- silêncio]

P. é... em rela, mas vocês, assim, vocês tem esses dados de quantos professores estão afastados, readaptados?

C. Eu, eu vou...

P. As causas?

C. Eu vou reiterar, não tem porque a prefeitura tem uma política de, de, de, de... de omitir, né, uma política de esconder isso. Ela, po, você pode pegar ai, de vez em quando você vê o secretário da prefeitura saindo no jornal, eles fazem maior estardalhaço. Tem 20% dos profe, dos professores estão doente, mas isso é uma leviandade por órgão empregador, porque na verdade ele deveria falar é... 20% dos professores estão doentes e a causa, 100% das causas são condições inadequadas de trabalho, né. É você trabalhar em condições totalmente degradantes é... diante do vista profissional. E isso, eles não falam, porque falar isso é uma confissão de que eles não investem, que eles não cuidam direito, é... que eles não tem uma política de prevenção, uma política pública pra isso, então, eles não falam. E esses dados, eles são guardados pela prefeitura de forma tão sigiloso que, o sindicato, não é por falta de pedir, mas, não é por falta de cobrar, mas a prefeitura omite isso, ela se, esconde esses elementos e não apresenta... pra entidade sindical. E aí, a gente fica é, é... na política mesmo de cada caso vim até a entidade sindical bater à porta, e o sindicato vai também nos locais, mas há também uma, uma questão profissional que os pró, próprios profi, profissionais eles se melindram com relação a isso. Eles não querem ficar exposto a isso. Então, é... tem todo essa, essa gama de, de variáveis que não permite que a gente tenha os dados hoje, é... confiado, pra poder passar pra você, mas a prefeitura, se cobrado da prefeitura, né, a gente cobra deles como é obrigação nosso, mas a prefeitura não fornece absolutamente nada de números com relação a isso, né, e... ela, pelo contrário, dificulta. E ela até diz e coloca isso tudo como sigilo. Ora, sigilo com uma questão de saúde pública não é sigilo, mas a prefeitura, ela se esmera e não, não facilita pra isso, pra entidade sindical. Então a gente fica no trabalho de ir ao campo e das pessoas que batem à porta do sindicato.

P. Hum hum. Então, eu acho que...você falou praticamente tudo da questão... Na câmara municipal vocês têm, eles têm ãhh discutido sobre a saúde do...

C. ãhhh a Câmara municipal, vou fazer uma constatação pra você, deveria fazer. O papel da Câmara Municipal é fiscalizar o Poder Executivo, mas a Câmara de Campinas, elaaaa tem seeee portado cordeira, né. Ela vé, ela, ela, ela dobra a coluna ao poder executivo, e qualquer requerimento, ele, deveriam esses requerimentos, essas prestação de contas, a prefeitura deveria estar fazendo a Câmara municipal, mas deveria se houvesse por outro lado na Câmara Municipal um interesse de agir. Então, eles contam com a omissão deles também, né. Lá existe as comissões de saúde, comissão de educação formada por vereadores, e, no entanto, aaaa política que se pratica ali é sujei, é se sujeitar ao quarto andar, na política do trem da alegria, na política de subserviência ao poder executivo. Porque na verdade a Câmara poderia contribuir bastante na medida que ela fiscalizasse que ela cumprisse o papel dela, mas não fiscaliza, pelo contrário, ela, a Câmara fica num ãhh, é... numa política de... compadres. A prefeitura nomeia, da comissionamento pra Câmara Municipal para os vereadores pra eles ficarem calados, se calar frente as leis e demandas, às grandes fiscalizações da, da que deveria a Câmara implementar contra a prefeitura, uma delas é essa, verificar o que que tá acontecendo, qual o fenômeno que tá acontecendo pra que os profissionais da educação e da saúde estão ficando doente, mas no entanto, não fazem isso.

P. hum hum.

[Silêncio- pausa]

P. é... eu tava vendo mais ou menos nas, nas leis, a única parte que fala sobre os readaptados é o... o estatuto do magistério que tem só uma par, uma parte que fala sobre os readaptados, vo, você conhe, tem conhecimento de outra, outras leis que fala...

C. É assim. Primeiro eu vou falar pra você, você não cair de costas, tá. Segura aí. O... esse prefeito de Campinas, Dr. Helio de Oliveira Santos do PDT, ele fez o favor de revogar o estatuto do magistério municipal [pausa], né. Foi revogado. Estatuto do magistério de campinas só tem, só, o estatuto a lei que criou o estatuto do magistério de campinas só tem um artigo que vale. O resto, todos foram revogados por esse governo. Então, quais são as regras? As regras que os trabalhadores profissionais se enquadram é o estatuto do funcionalismo público. Tem um estatuto do funcionalismo. E o estatuto do magistério, contrário a LDB, a LDB determina os com, o conselho nacional de educação determina que tem que ter um estatuto, o município tem que ter estatuto, e no entanto ela, ãhh foi, foi revogado, não vale, não tem validade hoje o estatuto. Então, as regras de readaptação, são regras da secretaria, são decretos e ordens de serviço da secretaria de educação, ãhh da, de recursos humanos da prefeitura, que é o que vale para o professor, para o engenheiro e para o setor de obras. É a mesma regra que vale pra todos de readaptados. Então, são, são instrumentos normativos que a prefeitura edita, né, sobre a questão da, da readaptação. O mesmo processo de readaptação do profissional de educação é o, perpassa pelo mesmo processo de educação, é... processo de readaptação do profissional da saúde, sendo que são atividades, né, o profissional da saúde está sujeito também a uma série de coisas é... de saúde ocupacional, o profissional que trabalha no setor operacional também tem, mas o professor tem a peculiaridade que os grandes adoecimentos, as grandes causas do adoecimentos são psiquiátricas, são de estresse, né, são psicológicas, né, e... também de biomecânica no caso de é... dos membros superiores, de tendinite, né, ou então é... pelas cordas vocálicas. Mas o grande incidente é, é problema de saúde psiquiátrica mesmo.

[Silêncio-pausa]

P. No caso é, no caso, é... dos professores, isso daqui eu acho que eu já te perguntei já, mas no caso do professor, quando ele tem direito a se readaptar?

C. Através de um processo de saúde. É instalado, por exemplo, se a professora deu o seu problema é diagnosticado, aí esse diagnóstico vai, o setor de saúde ocupacional da prefeitura vai fazer uma avaliação disso, se for, se ele não tiver uma limitação, então ele é readaptado pra uma atividade similar, né, sala de aula, biblioteca ou de apoio, coisa e tal. Então, é instalado um processo de saúde e através desse processo de saúde que se dá essa questão da readaptação, acompanhado por o médico assistente, o médico assistente desse profissional e o médico ocupacional da própria prefeitura.

P. hum hum, no caso dessa professora que aposentaram jovem, né. No caso ela também poderia ter o direito de se readaptar, né?

C. Isso. É o pedido que a direção fez ao processo de saúde dela. Fizeram...

[Entra a outra coordenadora, [CO], na sala e o [C] me apresenta a ela]

[CO], é... essa é a Vanessa, né? A Vanessa foi quem entrou em contato, ela é aluna de pedagogia da Unicamp e ela está aqui hoje fazendo um levantamento, um levantamento aqui da questão do afastamento na prefeitura.

A [CO] é professora, né. É bom você, você conversar com ela, eu sou professor, mas não sou professor no município, sou professor no Estado, aqui eu sou técnico, é... e aí depois se você conversar, porque ela é professora, coordenadora junto comigo aqui no sindicato e ela é professora, e ela ou vai reiterar boa parte do que falei ou vai acrescentar mais coisa o que eu acho que é bom

Então, a [CO] pode dialogar com você aqui e aí eu diria pra você o seguinte. Eu posso deixar o e-mail, caso você precise de mais informações, normalmente quem centraliza esse tipo de discussão aqui sou eu mesmo, e eu deixo meu e-mail se caso você precisar de outras informações, e vai precisar, porque este trabalho precisa mesmo. Eu gostaria de acompanhar seu trabalho, porque ele é extremamente importante pra nós. Aqui, eu vou até dizer uma coisa pra você, eu dialogando com minha, minha coordenadora eu sou coordenador, ela é coordenadora e tem mais outro que é diretor. Esse trabalho seu o que você precisar pra poder fazer, conte com a gente. Certo? Se você precisar de estrutura, eu estou dizendo pra você, porque nos interessa isso daí. Se você precisar de computador, espaço, eu estou abrindo pra você aqui, é... Se você tiver mais pessoas pra ficar nesse projeto da Unicamp, a Unicamp é, é fantástica, eu tenho aqui um espaço, tá. Se você quiser vir aqui e acompanhar o processo, se você quiser vir aqui ouvir, se você, eu tô falando pra [CO], porque nos interessa este trabalho que você está fazendo. Essa pesquisa é... é num, não deve a ser simplesmente uma pesquisa simples, porque ela é complexa. É um trabalho que deve servir de referência não só para a cidade de Campinas, mas um trabalho que de, tem que servir de refe, referência para o a educação como um todo. E o adoecimento não é uma peculiaridade, uma co, um privilégio da cidade de Campinas, ele é um, uma questão recorrente no país todo. E a educação ela tá passando por transformações assim fundamentais que ela precisa de, desse viés, desse olhar. Por isso, eu digo pra você, eu to colocando aqui é... a entidade sindical de portas abertas pra essa pesquisa, o que você precisar, se você quiser em algum momento acompanhar um caso a gente troca a correspondência aqui. Se aparecer um caso, você vai ouvir na condição de ouvinte, se mais pessoas quiserem a gente pede autorização pa, pras pessoas que passarão por aqui que são servidores, são profissionais, e eu te, eu coloco pra você o seguinte. O teu trabalho é importante, e ele precisa ter a qualidade, e terá com certeza, é... e pra isso é preciso ser subsidiado por, por, por fontes seguras e sérias. E aí o sindicato coloca aqui de portas abertas porque nós é... como você me cobrou, se o sindicato tem, não tem, mas eu acho que boa parte dos elementos que você vai le, que você vai levantar, ele vai é... me auxiliar na minha ação sindical, né. Então, eu to colocando aqui é... se caso o meu e-mail, no caso:[...] E eu tô dizendo pra você, me coloco a disposição pra ir fazer até debate dentro da universidade. Se a... se a sua professora quiser ainda, ter um, uma visão classista. Se seu orientador, se quiser, quiser me levar ou levar qualquer um de nós eu tô colocando aqui, pode ser qualquer um, nós temos além da [CO], professora, nós temos mais profissionais da educação, que é a [R], tem, qualquer um, se você depois quiser ir lá e, e, e a Universidade tendo o seu papel consciente de pesquisa conseguir fazer uma contribuição, que esse é o papel da universidade, pra isso ela foi criada. Se quiser fazer isso daí, o sindicato está de portas abertas.

P. Eu agradeço. Muito obrigada...

C. Tá bom, aí você pode concluir com ela.

P. [Eu comentei que estava esperando uma resposta do CGC da prefeitura sobre os dados, e eu tendo a resposta sobre os dados e fazendo o trabalho, eu apresentaria depois pra ele, e também se precisasse de mais alguma coisa eu entraria em contato novamente.]

[Ele pediu licença, se despediu e disse para eu ficar à vontade com a [CO] para conversarmos e saiu para resolver alguns assuntos].

CO. Eu sou professora da rede e esse ano eu estou completando 19 anos de rede municipal

P. Olha!!!

[risos]

P. E você é professora de...?

CO. De pré-escola

P. De pré-escola?

CO. Me formei, fiz pedagogia na Unicamp também, ahhh me formei, mas entrei na pré-escola e fiquei 19 anos só na pré-escola.

P. Ahã e você tá, aqui, você pede afastamento da sala?

CO. É, eu tô afastada. Minha série e o meu cargo continua como professora, meu salário continua como professora, a minha sede continua lá, no meu lugar vai um substituto, e eu fico afastada no tempo que eu me dedico aqui.

P. Só pra te avisar, eu deixei gravando.

CO. Ahhh não tem problema...

P. Porque ele fala bastante, assim eu não me perco

[risos]

CO. Tudo bem, o [C] é um assim, ele trabalha com isso na instituição, ele é técnico de segurança do trabalho e essa questão do trabalhador sai de saúde, né, e doença ou abatimento do trabalhador é uma coisa que versa muito o específico ao [C], né, que é caso que ele já deve ter colocado.

Mas, como ele já colocou, se você precisar de estrutura de Xerox. Este é um trabalho mesmo que a gente precisa ter os dados, precisa realizar um trabalho praticamente de campo pra conseguir

P. no caso, como ele já disse, é que os casos que vocês tem aqui são pontuais também, né. Os professores vêm procurar vocês, né? E... na maioria dos casos é... é que... dos professores que estão em licença médica que procuram o sindicato, as principais causas de afastamento e licença médica é... é psico, é psicológica, é psíquica?

CO. A maior parte sim. São alguns casos de LER tal, de movimento repetitivo, mas a maior parte é psíquica, de assédio moral, o estresse do dia a dia, alunos em sala de aula. Nós já tivemos aqui casos de professor que foi agredido por aluno, e a atingiu muito, assim, pra ela foi ruim, né, pro pessoal, o psíquico dela o susto foi muito grande, ela chorava muito, então essa é, a maior parte mesmo é, muito difícil uma questão maciça.

P. Em relação ao nível de ensino, né, educação infantil, educação fundamental... vocês têm dados de qual nível tem maior número de professores em licença, readaptados?

CO. Não. Não, mas eu acho que a maior parte que tem, não só professores, como monitores também, é a educação infantil. Antigamente nós tínhamos também existe hoje [?] de primeira a quarta série, quinta série, que os alunos não tinham aquele comprometimento com o estudo, o respeito pelo professor, o alto índice de ocorrência eram nos níveis [?] acontecia naquela época. Hoje não. Hoje você é agredida [?] Você não pode fazer nada com a criança

Então, é...Hoje em dia, nós temos os maiores casos, é... eu já trabalhei na periferia mesmo, hoje eu trabalho... isso há 20 anos atrás, há 19 anos atrás, a criança chegar e falar assim, “a meu pai te mata”, você entendeu? Então, você não tem o que fazer. 4 anos falando faz o que eu falo se não meu pai te mata. É lógico você não vai pensar nisso agora, né, tem as rotina do dia a dia, que a própria criança

tem a dificuldade de entender, pelas condições de vida que ela leva. Por causa de tudo que o pai fala, né.

Então, você vai tá falando com o filho do empregado, do professor, aos filhos de, das pessoas mais carentes que tem dificuldades mesmo.

P. [...] Falando da posição geográfica, em relação às NAEDS norte, sul, leste tem algum índice de qual tem maior número de afastamentos?

CO. Não. Não. Nós não temos esses dados. Olhando agora assim, só de pensar, que nem, essa professora que foi agredida, foi na NAED leste, na região central de Campinas, Cambuí, região leste, Taquaral. ãhh, não, não tenho, nós não temos esses dados, mas eu acho que hoje em dia há um desrespeito né, muito grande, geral.

P. hum hum... em relação a, a... assim, o que o sindicato tem de pauta com a prefeitura, o que ele tem discutido com o governo municipal, assim, em relação à saúde do, do professor?

CO. Em relação ao professor nós temos pautas, nós vamos iniciar uma ação salarial nesta sexta-feira, né. Já estamos fazendo as plenárias. Então, todos, em todas as plenárias, que as plenárias são reuniões que acontecem por secretária, de educação, saúde, operacional, de esportes, agora com a associação do esporte, é... elas são, todos focam nas condições de trabalho mesmo, tá. Nós tivemos no início do ano, agora, com o início das aulas em fevereiro, a maior parte das escolas com mato alto, algumas escolas que, que estavam em reforma durante as férias que não terminaram. Então, tudo isso prejudica, a tinta prejudica os professores que tem problemas de renite, de alergia. O mato as crianças não podiam sair pra brincar de parque. Então, é... a gente tem essa questão de condições de trabalho, é... ambiente, muita coisa a gente pauta a prefeitura, o que é necessário fazer. Nós temos denuncia no Ministério público também sobre as condições de trabalho, né, o ambiente de trabalho. E essa questão da saúde do trabalhador, é uma coisa que a gente já tem focado umas duas ou três, além, né, de tudo, focando no mais junto ao secretario de recursos humanos. Precisa interar também a formação dos profissionais, pra isso, como lidar, como chefia. Nós temos um dos grandes problemas também, são de chefia. Há vários casos de assédio moral. Entendeu? Isso é um, um complicador muito grande. Porque é adulto adulto. Tem o poder, a questão do poder, a chefia, que pode nunca aceitar. Então, o que nós pedimos à secretaria e a prefeitura é ambientes [?], de ambientes organizacionais. Então... Assim, a gente tem essa pauta, tem esse diálogo. Nós temos também a questão da infra-estrutura não só do professor. Mas nós temos casos de servidores que tem problemas de alcoolismo e há anos a gente vem pedindo pra prefeitura um programa pra, que ampare esse servidor, né. Sindicato junto com prefeitura. Mas a prefeitura, tipo assim, vai se esquivando, né. A gente faz algumas palestras, alguns cursos. Têm algumas palestras algumas coisas que acontecem no próprio Emílio, no curso na escola do governo, mas nada tão... é focado, tão intenso, né, que possa de fato melhorar a situação do trabalho.

P. Hum, hum. Ele falou bastante

CO. Imagina, o [C] não fala [risos]

P. É... dos direitos, da saúde e dos direitos dos professores readaptados, né... [?]

CO. É, pros professores readaptados há uma resolução né, que sai todo ano, como eles vão, aonde eles vão trabalhar, se eles podem fazer, escolher ou não. No nosso estatuto do servidor tem um capítulo que fala sobre a readaptação do servidor público, e geralmente pros professores sai por ano resoluções, né. Escolha de classes, ou quem tá readaptado tem um quadro, mas tem a questão dos limitados também, não são readaptados, mas são limitados, eles continuam na escola, mas tem algumas limitações, né.

P. eles ficaram afastados por algum tempo, né?

CO. Por algum tempo, isso.

P. ahãn

CO. O professor readaptado, né, que geralmente sai da sala de aula, ele cumpre uma outra jornada. Daí é a jornada normal dos servidores, não é por hora aula. Ahh... Na nossa jornada nós temos as 5 horas de preparação de aula, né, que é de local de livre escolha. O readaptado cumpre isso no local de trabalho

P. Que nem ele tava falando, eles perdem o direito também de...

CO. Aposentadoria especial

P. Ahan, e o sindicato tem alguma luta, alguma pauta em relação a isso, para os professores. Porque ele adoeceu em sala de aula né, e... pra que ele, mantenha os direitos deles de... aposentadoria...?

CO. Não, até o momento, ãhh, que eu me lembre, eu tenho que pesquisar, Vanessa, eu não, não sei se juridicamente nós temos alguma luta, algum processo aí, em relação a isso.

Não, acho que tem sim, tanto que em São Paulo, os readaptados e limitados na prefeitura municipal de são Paulo. Os limitados e readaptados já ganharam. Isso nós até quando saiu, preservando os direitos de aposentadoria especial, e quando saiu, nosso advogado de fato, incluiu também aqui. Mas o governo municipal não tem uma lei especifica pra isso ou uma lei federal, né. Então, é... depende do prefeito regularizar isso, soltar uma lei, uma normativa que regularizasse isso.

Aí o que o sindicato faz. Tem uma pauta geral e uma individual, entendeu? E aí se o professor se sentir lesado, né, ele vem até o sindicato pra gente entrar com um processo específico, porque aí tem o tempo de readaptação, né, foi readaptado por que, né, por questão de voz, por questão de postura? Então, tem toda essa questão, tem os casos que são somente individuais mesmo.

Existe sim, eu não estava me lembrando, mas existe sim um processo onde tenham os mesmo direitos.

[Eu perguntei onde ela preferia trabalhar, se no sindicato ou como professora, e ela me respondeu que era mais gratificante o trabalho como professora. Que no sindicato ela estava atuando mais por um idealismo pela luta dos direitos dos trabalhadores, mesmo, mas que pensa em voltar para sala de aula quando não precisarem mais dela ali no sindicato].

CO. Eu falo que é muito mais gratificante a gente dar aula. Na educação infantil, você pega aqueles pequeninhos chorando, quando chegam tem medo de você na escola e você vê que, você acompanha o desenvolvimento da criança

Então, você acompanha o desenvolvimento. Você vê como a criança se desenvolveu, uma criança que nem falava, passa a falar, e chega contando, então você vê o fruto do seu trabalho. E no sindicato é muito mais abrangente você não tem retorno daquilo que você fez, né.

Se um professor vem aqui e entra em processo pra mudar de local de trabalho por causa de algum problema com a direção e o secretario faz a transferência, esse profissional não volta aqui pra falar como ficou, pra agradecer, sabe, então, falta um pouco desse retorno.

Transcrição da entrevista com o Professor Readaptado

Data: 07/04/2011

Duração: 1h31m

P. Pesquisadora

PR. Professor readaptado

[...]

P. Você é professora de qual nível de ensino?

PR. Sou. Eu sou alfabetizadora. Primeiro ciclo. E tenho a formação pra, pra... história e geografia né, que na complementação eu fiz estudos sociais, então dá direito à história e geografia, mas como eu não amo muito os adolescentes, eu prefiro os pequenininhos [sorrindo], então eu dei pouquíssimas aulas para os adolescentes de 5º ano, de 6º ano, né.

P. Hum, hum.

PR. Dei aula sim, de geografia, dei de história, mas por curtos períodos só pra substituição.

P. Aaaa tá.

PR. No Estado, não na prefeitura.

P. No Estado! Eu, é... ia até de perguntar isso, você deu, quando você dava aula, você dava aula pro Estado também, você dava aula pra outra...?

PR. É. Eu, eu... fiz o primeiro concurso que teve do Estado, o primeiro concurso de provas. E... eu já passei, eu era bem novinha, passei, logo me efetivei, e trabalhei os 25 anos como professora efetiva do Estado.

P. Nossa!

PR. Quando eu encerrei a minha carreira no Estado eu prestei o concurso da prefeitura, então eu me mudei pra, nós nos mudamos pra Campinas, porque minhas filhas estudavam aqui, eeee aííí eu comecei vida nova na prefeitura [sorrindo] por isso, que eu tenho pouco tempo de... na verdade eu tenho... eu completo neste final de ano, 50 anos de magistério.

P. Nossa!!! 50 anos?!

PR. Eu me formei em 68.

P. E você já se aposentou pelo Estado?

PR. Já. Eu sou professora aposentada pelo Estado e com carreira nova na prefeitura [sorrindo]

P. Nossa!! Há quantos anos você dá aula, você deu aula na prefeitura?

PR. Na prefeitura eu já estou com 19 pra 20 anos,

P. 19 pra 20 anos?!

PR. 20 anos, eu vim pra cá em 98.

P. É... Mas, no total, né? Quanto tempo você, quanto tempo você está readaptada?

PR. É... Readaptada eu estou há... 5 anos

P. 5 anos?

PR. É, 5 anos.

P. É... e no caso você tá readaptada é...

[Entra a funcionária da limpeza na sala para pegar alguma coisa, pedindo licença.]

PR. Pois não, [Lia].

P. Você... é ... tem a aposentadoria especial do professor né, que são 25 anos, você está...

PR. É. Eu perco, porque eu não vou conseguir é... atingir os 25 anos, então de qualquer forma eu iria para os 30. Eu vou... já, já consultei, né, os órgãos aí responsável e tal. Ah, e eu vou aposentar é, compulsoriamente aos 70 anos, por isso que faltam 3.

P. Ahhh entendi. Mas aí não é integral, né?

PR. Não.

P. E... então, você já tem 50 anos de sala de aula né. Por quanto tempo você ficou em licença antes de se readaptar?

PR. Antes de me readaptar um ano... um ano e meio, é... intercalado.

P. Hummm. Qual sua carga horária na prefeitura hoje?

PR. Agora são é, 30, 32 horas né. 3 vezes 5, 30 e mais as horas de atividade que as professoras fazem com aluno eu faço ainda na biblioteca, né.

P. No, no caso são 6 horas por dia né?

PR. 6 horas por dia

P. E... ah você sabe mais do que qualquer outra pessoa...

PR. O que? [risos]

P. [risos] Quais são as diferenças do professor de outra rede de ensino com o municipal? Né, as desvantagens, os benefícios o que você...

PR. Eu... É... eu tive muito sucesso na minha carreira do Estado, graças a Deus, mas tudo o que eu esperava enquanto profissional, por exemplo, dos cursos de formação, da, da, das horas a mais trabalhadas dentro da escola pra você planejar aula, pra você corrigir, é... material dos alunos, coisas que não davam pra fazer dentro do período escolar, é... você levava isso pra fazer em casa, a prefeitura... eu vim encontrar isso na prefeitura. Então, eu achei super, super bacana, né. A formação continuada que a, que a prefeitura ofereceu assim logo no início da, da, da minha carreira na

prefeitura, que eu aposentei no Estado, daí uma semana eles me chamaram pra ser coordenadora outra vez, que além da minha, da das minhas aulas, eu tinha... eu era coordenadora do ciclo básico. E aí, eu fui chamada pra continuar com esse cargo. Então, eu peguei uma, uma, umas aulinhas que davam vínculo com a escola, e fiz o, o, o laudo médico de substituta e comecei...

[entra uma pessoa na sala]

PR. Pois não...

PR. Acho que a gente... melhor fechar aqui... a gente é...

Voltei então pra a escola e trabalhei até o final do ano, quando eu tive concurso aqui na prefeitura. Aí mais, mais seis meses foi o ingresso e eu me efetivei. Então eu fiquei um ano e meio, né, sem, sem um vínculo é... definitivo, mas comecei tudo de novo.

[ela abriu a gaveta e ficou com uma chave nas mãos, olhado para a porta, porém não se levantou]

P. Você falou que vai fechar aqui?

PR. É melhor né, se não a gente...

P. Ahhh não...

PR. Não tem importância?

P. Não. Não tem importância, pode deixar.

PR. Então, tá!

P. É que eu pensei que você ia fechar a biblioteca e ia sair [risos]

PR. Não, não. Só uma hora que eu tenho atendimento do, das crianças.

PR. Então eu achei muito melhor a prefeitura [risos] porque encontrei aquilo que eu tinha como expectativa do Estado

P. Hum hum

PR. Foi muito bom.

P. Em relação a, a, a, ao emprego, ao salário...?

PR. Sim ao emprego, ao salário também.

P. É... sobre seu processo de readaptação, né. O que, que te levou a pedir a readaptação?

PR. Então, é... com o envelhecimento, a gente vai perdendo uma série de características, não cognitivas, mas é de audição, de visão, coisas que vem atrapalhar o seu, seu desempenho em sala de aula. Então, por exemplo, as crianças, né. Os pequenos com quem eu trabalhava mais... é... dedicadamente. Então, o... os alunos quando estão todos juntos é aquele alvoroço, eles falam de tudo, falam muito alto, e ummm, é gritaria mesmo. Quando eles vêm conversar com você, eles vêm [falando bem baixinho] “professora posso ir ao banheiro?” entendeu? Então, você não tem mais a mesma audição ou às vezes a criança não fala tão bem, né, tem, tem problemas de fala. E cada vez mais a

gente tá encontrando é, crianças com problemas de fala. Então, já, já não é fácil pra você lidar, né, tendo problemas auditivo. Mesma coisa a visão, tira óculos, põe óculos. E tudo isso envolve, envolve a criança, você não tem o mesmo desempenho, né. Com o adolescente é pior ainda, porque eles é, captam essas suas deficiências e aí é... você se torna... motivo de, de, de, de, de deboche pra eles, né. Então, foi quando eu me dei realmente muito mal, quando me foram atribuídas as ativ, as aulas de atividades culturais de leitura pesquisa e produção. Então, eu já te contei aqui. [referindo à nossa conversa informal que tivemos no dia anterior] é... foi assim extremamente negativo, porque foi a primeira vez eu me defrontei com uma frustração muito grande enquanto professora. Então, isso me levou a um estresse enorme a uma depressão mesmo, e o médico resolveu me afastar por seis meses e fui tirando licença até terminar o ano. No início do ano é... eu ainda não estava bem, inclusive o aluno que eu tinha o maior problema que tinha me ameaçado de morte, de roubo, de uma série de coisas e que liderava a classe pra isso, é... veio a ser preso. Quer dizer, era realmente um bandido, era é uma coisa que eu devia... pe... me, me... é..., pedi apoio pra direção e eu não tive todo esse apoio, “que o menino era bom, que ele não fazia nada disso”, então é... se eu que não estava bem, eu que precisava me afastar. E eu, né, fiquei realmente até voltar ao meu equilíbrio, e... só chorava. Eu entrava aqui na escola pra trazer papel do, do médico, eu só chorava. Porque é... eu via o, o, o trabalho que eu fazia na biblioteca inteiramente desmontado. É... os livros jogados pelo chão, empilhados no chão. E... eu assim, extremamente é... descartada, né. Então, quando eu tentei voltar no ano seguinte, a diretora disse pra mim “ aqui não tem mais lugar pra você”, Isso foi uma coisa que me levou quase a loucura. Então, mas eu... sabe? Reagi, fui atrás e... declarei isso lá na prefeitura, declarei isso lá na perícia médica, de tal forma que eu tive esse apoio pra retornar. E, em, e pedi pro, pro médico que eu talvez não tivesse condição é física de voltar outra vez a ter o mesmo desempenho, depois de, de, de, de tanto... né... sofrimento mesmo, porque eu fiquei super mal, mas que, que eu gostaria, que o ambiente da escola me faz muito bem. Eu gosto é... do ambiente escolar, da, da escola, dos alunos, dos colegas. Então, eu voltei como readaptada, e eu... a diretora teve que me engolir, né. E aí eu fui organizar a biblioteca, nos moldes...

Agora não bem. [falando com o aluno que apareceu na porta para devolver um livro]

Aluno. Eu vou...

PR. Ahh é só entregar?

Aluno. Eu [fez gesto de troca com as mãos]

PR. Trocar?

[ela abre o armário atrás dela, sem se levantar da cadeira e pega um livro para entregar para o aluno]

PR. Esse é nosso aluno leitor.

P. Ahh é?!

PR. Eu já te apresentei, né?

P. É o [V], né!

PR. É o [V]. [V], já deixei separadinho pra você, aqui. [pegou o livro que estava com ele e entregou-lhe um outro]

Ah esqueci, brigada. [referindo-se à ficha de controle que o aluno tirou do livro que havia pegado e entregou à ela.]

Então, voltei e organizei a biblioteca de tal forma que ela está até agora.

P. Na época você dava aula e fazia esse projeto?

PR. Fazia. Como, como, é, era, participava do projeto, com aulas, com uma carga horária extraordinária, portanto, né. E agora não, agora eu tenho só a carga horária, a minha carga horária é só do cuidado da biblioteca.

P. E... se... no caso, se você tivesse condições, né. Você gostaria de voltar para a sala de aula?

PR. Eu até já verifiquei essa possibilidade, caso eu pu, tivesse tempo para completar os 25 anos. Mas, ah, como eu não tenho esse, é... essa possibilidade. De forma nenhuma vai dar os 25 anos. Então, eu fico na condição de readaptada mesmo pra, pra... adquirir a, a aposentadoria compulsória, que é aos 70 anos.

P. E você sente diferença, assim, na relação com os outros colegas? Diferenciação?

PR. Não. Da minha parte não. É... no caso, às vezes eu sou esquecida aqui [riso] de passar algum recado, alguma reunião, alguma coisa nesse sentido, porque como eu to, é... quando, quando termina o trabalho de atendimento de aluno, normalmente eu fico organizando as prateleiras, porque você vê o quanto eles mexem, né, porque eles procuram aquilo que eles querem, e não dá tempo de você atender pessoalmente um aluno. Então, eles já vão, eles mexem, eles procuram. Então, eu organizo isso diariamente, e às vezes eu to aqui ocupada, e o pessoal combina alguma coisa [riso] e esquece de me avisar. Mas, iiiii [riso] eu perdoo [risos] não tem nada assim que seja tão grave [riso].

P. Nem em relação aos outros colegas readaptados também, você não vê diferenciação?

PR. Não. Eu não vejo, não. A equipe aqui é muuuito boa, muito é... coesa, muito, muito amiga, são pessoas, foi a escola onde eu encontrei pessoas mais estáveis. Porque normalmente, era, era uma das coisas que eu falava lá em... nas reuniões e nos grupos de formação que em São Paulo na minha escola era um grupo que ahhh muito, muito forte, muito constante, por exemplo, eu e mais a minha turma, nós tínhamos mais de 20 anos de magistério dentro da mesma unidade escolar, então isso faz diferença, né. A minha escola era de ponta na época em que eu trabalhava em São Paulo, né. A escola [A] na zona norte de São Paulo no [T]. Aí, é, e quando eu vim pra Campinas, essa mobilidade do professor era uma coisa que eu achava que “mas como, como que elas mudam tanto?” um grupo assim que entra e sai, entra e sai, e não era só na minha escola, eu via isso acontecer em todas as escolas. E eu, eu in, ingressei numa escola muito difícil no Jardim [S], e fiquei lá seis anos, um outro aprendizado de vida. De lá eu vim me remover pro [P], fiquei lá três anos. E por incrível que pareça, é... o [S] com todas as dificuldades, com toda a distância, aindaaaaa eu achava melhor do que o [P], porque o [P] tem o seguinte problema uma, uma camada de alunos da, da, de classe média dos bons bairros, do Flamboyant e... junto com os alunos da favela do [BS] e os alunos do, do [PH], que são alunos retirados das famílias por problemas de droga, por problemas de...seríssimos com a família. Então, são três problemas sérios, contaminando uns aos outros, e eu realmente não me adaptei bem lá, e... pedi remoção pra cá. Só que nessa época como eu já estava insatisfeita eu fui substituir vice-direção. Então eu fiquei, é... três anos substituindo vice-direção e nesse período eu me removi pra cá. Então, depois do, do, do último ano de eu substituindo, eu não, não aceitei o próximo desafio que seria a, a, assumir a direção do [Y], e eu sabia que a escola tava assim muito deso, desorganizada e com muitos problemas, inclusive de tráfico dentro da escola, eu fiquei sabendo disso, então eu preferi voltar pra sala de aula e fiquei aqui do ano de 2001 até 2004, quando eu tive esse problema com os alunos e também com a direção né, indiretamente com a direção também, que não me deu todo apoio que eu precisava, então eu pedi o afasta, o médico me afastou, a perícia médica me afastou e depois de um ano e meio eu voltei como readaptada já dentro daquilo que, que eu gostaria, que eu planejava fazer que era cuidar da biblioteca. Então, a gente organizou tudo, do, do zero né, e... to muito contente aqui, porque eu trabalho com aluno, né, trabalho com aluno, aí, inclusive os, os médicos da perícia quando,

quando falam “porque não aposenta, já passou dos sessenta?” e eu começo a contar “não, mas eu gosto muito do trabalho que eu faço, e eu me sinto mais feliz ainda de ver o, o retorno dos alunos também, né. Então, como que “aiii, você não vai contar história hoje? Aiii quando que nós vamos pegar livrinho?” Ah e, então eles estão sempre cobrando, eles acham falta disso. Isso é um retorno positivo pra mim, enquanto pessoa, enquanto profissional, né, eu, eu acredito naquilo que eu to fazendo e acho que é uma coisa boa, né, que tá tendo valor. E... a hora que desmontar uma série de coisas e aí falar, “não, você não pode ficar não tá dando certo” aí eu me aposento, mas se não eu fico até... eu já conversei com o, a direção agora “vocês me agüentam?” [risos] até a com, a compulsória. Então, sim porque não é em todas as escolas que tem essa atividade assim muito rotineira, os alunos são atendidos todas as semanas e tem a hora da história pra todas as classes todas as semanas.

P. Até o fundamental II também você conta história?

PR. Não, porque pra eles não tem mais horário. Eu até tentei fazer isso, continuando a leitura de contos é... mas seria fora do período. Então... fica muito difícil. Então, não tem tempo hábil pra isso, né

P. E seu horário é variado também né, você não tem horário fixo, tipo da uma às seis ou da sete à uma. Tem dia que você vem de manhã, tem dia que você vem à tarde?

PR. Não. Isso. Eu trabalho normalmente da, da, das dez pra meio dia à dez pras seis. Na quarta-feira eu entro às onze e saio às cinco. Na sexta-feira também, entro às onze e saio às cinco. Porque agora o período do, do, de aula deles sendo maior eu tenho essa última hora aula pra atender uma classe. Então, é preferível atender uma classe do que atender assim um monte de... é muita correria, como eu fazia em anos anteriores. Eu entrava às nove horas da manhã pra atender três, quatro salas. Então, era muito corrido, e eu, aí o aluno às vezes “aiii” a professora reclamava na sala de aula. Então, eu já estabeleci um horário, conversando com o professor, sabendo que naquele dia, naquela hora eu vou é, chamar os alunos pra biblioteca, como eu fiz agora, quando você chegou, eles estavam, eram os alunos do nono ano que estavam retirando os livros. Um número significativo, né.

P. Você chama aos poucos, né?

PR. Sim, eu chamo cinco, e aí eles vão um, terminando, escolhe seu livro ele vai e chama o seu colega

P. E... acho que... Antes do seu processo de readaptação você já tinha tirado licença por algum motivo, quais foram...?

PR. Olha, eu...bem pouco, assim, por um probleminha de saúde é... tive um problema, e tive que me afastar dez dias, doze dias aliás, porque eu tive um tombo aqui na escola muito violento, tava, tava trazendo um material pra biblioteca, é... essas madeirinhas que cercam as estantes, e... eu caí aqui na porta. Então, foi, foi, considerado...

P. Acidente de trabalho?

PR. Acidente de trabalho. Fiquei afastada porque eu me ralei bastante, mas fora isso, deixa eu pensar... só assim uma licença, uma licença por um dia pra, pra uma consulta, coisas bem, bem simples.

P. E... é difícil conseguir a licença na prefeitura ou...?

PR. Não. Não, mesmo nesse tempo que eu fiquei afastada, acho que eles atenderam e entenderam muito bem o problema, eu não tive problema não, não tive dificuldade.

P. E... aqui, os professores aqui da escola eles tiram licença, muita licença?

PR. Eu acho que não, não. Eu acho que não. É, nós estamos nesse ano numa transição muito grande, porque a gente vinha com um grupo também muito forte, daque, daqueles moldes que eu falei pra você, professores estáveis dentro da, da, da escola, e esse, nesse final de ano pra cá, a gente teve bastante aposentadoria. Então, tem. A escola tá ficando com uma cara nova, mas nada assim que... ãh que vai desarticular, né, porque a direção continua firme, a orientação pedagógica também e... é... de certa forma [risos] eles me usam assim muito como conselheira, né [risos] “a, a [PR] tá lá livre vem aqui tá uma ajudadinha”, a gente conversa e faz aqui um consultório meio... meio em off, né [riso], mas, né, tudo bem, eu acho que eu, eu continuo entrosando bem o pessoal sim, não tenho...

P. E... você acha que o trabalho do professor ele causa mais adoecimento do que outro...?

PR. Hoje em dia eu não diria que sim, porque... todo trabalho é... existe muita cobrança, né. Talvez numa é... secretaria, numa outra secretaria, talvez seja mais tranquilo, por exemplo, turismo, né, ãhh... admini, o administrativo em geral, né, lá da prefeitura. Mas a cobrança do professor ela é uma coisa assim muito... é... acho que é muito direta dele. É, ele mesmo se cobra porque ele quer... o sucesso do aluno é o sucesso dele, né. Então, eu acho que i existe, e a frustração é justamente por, quando o aluno demonstra maior desinteresse, um maior... então, você vê um professor sair assim esgotado, você fala “hoje você trabalhou muito” e ele “não. Não consegui dar aula porque fulano atrapalhou, porque a classe tá muito difícil” entendeu? Então, não é por um excesso de trabalho, mas é uma, uma cobrança dele mesmo, certo? É isso que eu percebo, enquanto análise assim de fora.

P. É... que nem no, no caso, quando o professor ele fica... o estresse, essa coisa tipo de, de doença que mais acometem os professores, você saberia dizer, quais são as...?

PR. Não, não saberia. Eu sei que tem bastante é... doenças do estresse, né, que são causados do estresse mesmo, mas não saberia te dizer se é um câncer, se é um derrame, pressão alta [riso], né, essas coisas assim, não...

P. Mas assim, o que você acha que contribui para o professor ficar estressado, pro professor...?

PR. É a frustração, é a frustração pela, pelo não sucesso. Eu acho que é bem esse tipo de coisa. De ver que, que ele ta disposto e predisposto, aberto a todo, a, a, dar o melhor de si pra aprendizagem e o aluno não ter esse empenho, essa responsabilidade, essa vontade. Então, o aluno que quer aprender, ele vai, ele deslança, ele tem toda uma condição, mas aquele que não quer ele... [fazendo sinal de negativo com a cabeça]. Aprender é um ato de vontade, né.

P. E... quais são as suas atividades atualmente, você pode descrever, mais ou menos assim uma semana?

PR. Sim. Então, eu tenho esse horário que a gente já falou, é de rotina. E, é... no horário da manhã, entre dez pra meio dia até o final da aula dele eu atendo uma sala de aula de sexto a nono ano, cada dia tem seu horário direitinho. Na... no período da tarde os alunos entram às treze horas, então eu chamo uma classe ou às vezes duas classes do mesmo nível, pra contar história, e depois eu faço... reorganizo a biblioteca, coloco os livros pra eles escolherem, pra os pequenos. Os grandes escolhem na prateleira, os pequenos que ainda não tem essa condição, eles entram aqui ficam perdidos [riso]. Então, eu coloco os livros sobre a mesa, as mesas, as cadeiras, né [apontando para as mesas do centro da biblioteca] e eles podem folhear, ler à vontade e depois escolhem um livrinho. Então, essa, esse livro eles levam pra casa, ficam uma semana com eles, depois eles devolvem eu faço a troca dos cartões, e a gente começa outra vez, né. E... após esse trabalho, aí eu vou organizar as prateleiras outra vez, vou guardar os livros que vieram, deixar sempre tudo, toda a biblioteca arrumada, cada livro no seu lugar. E fora isso, os professores é... retiram os atlas, os dicionários, as gramáticas que usam diariamente, né. Aí ficam bem por conta deles. E... as enciclopédias quando precisam de alguma pesquisa, algum,

algum trabalho em sala de aula. Os alunos podem vir pesquisar na biblioteca fora do horário de, de aula. Então, isso seria no final do período da tarde, seria entre quatro e cinco horas, né. Áhh, mas seria na, na, na quinta-feira, é um dia um pouquinho mais tranquilo. E... mas é, é, é difícil eles virem, porque eles preferem pesquisar na internet, preferem pesquisar de, de outras formas do que vir à biblioteca, e... dá mais trabalho, né. [risos]

P. Agora tem o Google, né. É só digitar e aparece!

É [risos] isso, é muito mais simples, então preferem essa opção. E... além disso, eu to fazendo um trabalho de desmanche. Então, a biblioteca, é, quando eu vim, ela tinha muito, muito livro didático, e não é o lugar de guardar esse, é, [pausa] esse material, é, fora de uso inclusive, nas, na biblioteca da escola. Então, eu fui fazendo nesse, no final do trabalho, ano passado eu fiz toda a doação desses livros, mas antes eu folhee e tirei todo o material que eu achava interessante. Músicas, textos, é... de, de geografia, de história, de ciências, poesia, textos é de informativos de toda natureza, mesmo em revistas, e foi, fui só selecionando isso. Então, são aquelas caixas que você tá vendo lá em cima [apontando para as caixas que estavam em cima de um armário] todas lotadinhas de folhas rasgados dos livros, e esse material que não tinha mais utilidade, a gente fo, mandou pra reciclagem, né. Então, você vê que aqui não tem livro didático, aqui não é lugar de guardar livro didático. E aí eu comecei a fazer os livros, é... fazendo o recorte, fazendo inclusive em alguns que eu achava legal fazer Xerox, quando a folha era ocupada do mesmo lado. Então, eu fiz, montei várias pastas pra, pra leitura dos alunos em sala de aula. Então, livro de músicas, livroooo de textos, de historinha, de fábulas, um monte de coisas. Todo, todos em, é arquivados. As pastas eram de, de uma para cada sala de aula, e aí a gente fez horário de leitura o ano inteiro. Agora eu já desmanchei de novo essas pastas e, e já reformulei, né, já não era uma para cada sala, era é... mais por, por assunto. E elas são, ainda as professoras, quando, quando um profe, um professor ou uma professora falta, entra uma pessoa nova que às vezes, né, que fica perdido “o que será que eu vou fazer, o que será que eu vou dar?” então, eles vem aqui, eu já dou um livro de história pra eles contarem, já dou uma pasta que é pra eles trabalharem com os alunos, então já na hora eu, eu , eu improviso, quer dizer, é um improviso que já está preparado, né. E, e o professor tem, tem o que fazer, inclusive tem, é, pastas com brincadeiras, tudo mais. E aí, o, o, o, isso ainda do desmanche, e aí eu comecei a organizar os livros. E aí a direção foi muito legal, comprou a máquina de, de furar para a encadernação. Então, eu to com quase uns 30 livros, pra já é... em, pra ser tombado e ser organizado, e fora isso, todo, todo trabalho de anos anteriores que as crianças desenham ou escrevem algumas coisa a respeito das histórias, eu fui guardando, então tem uma gaveta lá, [apontando para um armário num canto da sala] cheia desse material que eu não sabia como, é, é a gente encadernar. Uma vez eu fiz uma exposição, só grampeei passei uma fita e fiz a exposição, mas agora eu vou encadernar o material dos alunos. Então, é também uma coisa significativa pra eles, né. “perai, o meu trabalhinho tá lá na escola”, né, e esses livros que, que eu to organizando, eu mostrei pra você já ou não?

P. Não.

PR. Não?

P. Não.

PR. Não. Deixa eu te mostrar, então. [se levanta e vai até o armário buscar o material para me mostrar]

[Barulho das crianças do período da tarde que estavam no corredor entrando para as salas]

P. Legal! Você que montou tudinho?

PR. É.

Tem quadrinhos, tem poesias, tem músicas, tem brincadeiras, tem os textos bem infantis, tem textos mais é... de histórias, de fábulas, folclore. Aí, com índice aqui, né.

P. Olha que legal! Tem o índice

Tem quadrinhos! Nossa, dá até pra publicar esses livros, né?!

PR. Dá. Não dá porque o trabalho em si não é meu, né. Só o trabalho de organização

P. Mas olha que legal!

PR. Porque é recorte, é classificação desse material todo, né,

P. Muito legal!

PR. E agora eu tenho lá comigo uns dez ou doze índices pra digitar, pra, pra poder fazer a montagem. Tenho...

P. E dá trabalho, hein? Olha só

PR. Dá. Isso ocupa bastante tempo. E tem esses pequenininhos também, aqui ó. [volta até o armário para buscar outros livrinhos] Quando as figuras são pequenas...

P. Olha só, que legal

PR. Sobre animais, né. Tem, to quase fechando um sobre plantas, né. Então, você vai levando...

[Barulho das crianças na escola, de cachorro latindo na rua]

P. Tudo organizadinho, tudo bonito. Nossa que ideia!!

PR. Deixa eu mostrar uma coisa pra você.

[Procurando nas gavetas do armário uma pasta pra me mostrar]

[Pausa – ruídos de armário e da escola]

E essas são as pastas que o professor... todo professor da classe, né, pode levar, distribuir uma folha para cada criança, pra fazer um trabalho, chamar o aluno pra ler, enfim, né. Todo plastificadinho, assim, né. E eles não se desmancham. Aí a gente tem também uma gaveta com, com livros só para o professor, que ele retira pra uma semana. Aqui existe essa, essa, esse interesse que o professor leia todos os dias com seu aluno, seja de primeiro ao nono, então eles vem retiram o livro ou a pasta que também tem coisas aí pra eles lerem, né. E... às vezes retiram pastas todos os dias da semana, e devolvem depois e vão fazendo a troca. Então, aluno aqui é bombardeado por leitura de todos os lados, né, porque é o projeto principal da escola, de leitura, e agora entrar também com a escrita, né. Agora que a leitura tá sendo assim mais ágeis. Então, a escrita ta começando a ser mais cobrada também. E eu to na, na retaguarda, né, dando esse, dando esse, dando esse fundamento, dando esse, essa ajuda, pro professor que ta na ativa ali com a criança na mão pra ele se desenvolver.

P. É aqui já, já ... e quais são os materiais que você precisa?

PR. Eu precisava da máquina de encadernar que a diretora comprou. Todo o material, é as capinhas, esse arame, tudo isso é coisa a mais, o sulfite colorido, né. Não é de uma cor só, né. Até isso dá trabalho [riso] você vê que não fica uma cor igual a outra.

P. Éééé

PR. Não fica um página igual a outra

P. E você sente falta de algum material

PR. Não, porque sempre que eu peço, é, é eles atendem prontamente. Ai to precisando de lápis de cor eu faço a conta naquela hora. Tem coisa aqui que eu pinto. Faço Xerox, depois eu pinto. Então, ficaaaaa... tem alguns queeeee... não é a maioria não, é a minoria. Mas, deixa eu ver se tem aqui. Aqui deve ter uma figura grande.

[Pausa – folheando as apostilas procurando a figura para me mostrar]

Esse aí o aluno, né, de, de, de sexto ao nono ano, vê uma capa bonita assim, acho que é muito convidativo, né? É convidativo, sim.

P. É verdade. Eu tava olhando aqui, umas figuras bonitas, né!?

PR. É. Até uns quadrinhos eu andei pintando, porque a historinha era legal, tinha frente e verso.

P. Você faz o trabalho só aqui ou você leva pra casa?

PR. Não. Só aqui, só aqui. Em casa eu tenho, como as, as, as minhas filhas já são casadas, é... ele, é... eu, só eu com meu marido em casa. Então, a gente tem lá o meu servicinho, né, que... de cuidar da casa... eeee eu não to achando nenhuma figura aqui.

[Folheando as apostilas]

O professor que... que trabalha na...na, ele fica tranquilo. Em casa eu sou só dona de casa.

P. [Risos]. Mas já é muito. A gente tem um monte de coisa pra fazer em casa.

PR. Essa daqui é uma figura.

P. Nossa, que lindo. Mas, você tira Xerox depois de pintar?

PR. É faço Xerox, depois eu pinto.

P. Olha, a pintura tá parecendo de livro, né.

PR. É, foi pintado.

[Folheando]

Tinha um, tem um bonito de... [folheando] este também, não é. Aonde que ele tá? Esse e folclore [folheando]. Vai ser o último, quer ver [riso]

[Folheando – barulho de conversa de crianças ao fundo.]

P. Não é esse não, né?

PR. Olha pela capa eu... falar a verdade pra você nem conheço.

[Folheando]

Esse daqui é só de música, ó

P. Só?

PR. Esse de presente que tá. Esse aqui é só de brincadeira.

[Folheando...] é eu não to sabendo mesmo. Só se esse que eu estou procurando não está encadernado ainda, por isso.

[Folheando...] é a minoria lógico, né. Quase todo desenho é... eu não to sabendo. Acho que tá pra encadernar mesmo.

P. Depois se você encontrar e eu estiver aqui ainda, você me mostra. [riso]

PR. É. [riso] é uma pintura grande dos índios. Tem uma índia. Ficou até bem fiel [risos]. Porque eu fui olhando... é isso aí, esse trabalhinho deve estar para encadernar.

P. Em relação a quando você era professora, é, você precisava de materiais, a escola dava o suficiente ou você tinha que comprar? Como que era?

PR. É...Menos, menos do que agora. Ah... é... não tinha tanto acesso assim, que nem à biblioteca. É... de jogos de brinquedos, ãhhh a gente não usava muito. Mas era, era, era... não era tão comum usar mesmo, né. Você, você se preocupava mais com a parte do aprendizado. Então, através, era mais lousa e giz e voz mesmo né, que foi acabando [risos, se referindo à sua voz] Uma outra, uma outra deficiência é de voz com certeza, eu fiz é, muito tratamento com fono pra poder melhorar um pouco e só melhorou depois que eu sai de sala de aula, e... então é diferente o quanto eu usava e o quanto os professores usam hoje. Então, na escola hoje tem, tem uma brinquedoteca que a gente nunca teve. Eu nunca vi em escola nenhuma, eu, a gente tem aqui. É... a informática também, né, então a escola ta tendo uma evolução super legal que há 10 anos atrás não tinha, né. Então nesse ponto é muito legal.

P. É, o, a e a estrutura física da escola o que você acha que é? É suficiente falta alguma coisa?

PR. Muito, uma das coisas que é... mais deficiente né, a escola tenta ser mais eficiente possível, mas ela tem as sua deficiências em questão de espaço físico. Então, é... a gente não tem ãhh uma quadra coberta, por exemplo. A gente não tem um espaço mais distante da sala de aula que preserve o... o silêncio, o... a concentração do aluno. Então, os alunos estão, por exemplo, em aula de educação física, no maior né, brincando, jogando, gritando e a janelinha ali dos outros que estão escrevendo e fazendo lição uma coisa assim que não, não combina bem. É... o local escolhido, né, pra se construir as escolas, é, foi assim, normalmente é muito deficiente. Um espaço pequeno, não tem onde ampliar, não, a, a única sala ambiente da escola é a biblioteca. Porque, e a... é brinquedoteca porque tem lá os seus valores também. Mas, é, se você precisar de uma sala, por exemplo, a escola teve o projeto dança, não tem onde ensaiar. Então, tudo o que acontece é no refeitório. No refeitório tem reunião, no refeitório tem teatro, no refeitório tem dança, no refeitório tem tudo, né. Arrasta mesa, puxa mesa, então, é... porque não existe um lugar assim... satisfatório, né.

P. Em relação a sala de aula, assim, a acústica...

PR. A acústica é muito ruim, muito ruim. Se você liga o ventilador, porque o calor é muito grande, o barulho do ventilador. Essas janelas do [escola] é a pior coisa que tem na escola. Elas tem tipo uma... se abre, se abre só, né... uma sim, uma não. Se aqui fosse só, só janela, não tivesse essa porta que foi aberta pra facilitar mesmo a ventilação. Isso daqui era um forno. Eu dei aula aqui nessa sala de aula. Bastante tempo eu alfabetizei meus alunos aqui, acho que uns três anos nessa sala de aula. Muito difícil, muito mesmo. Muito quente. Naquele tempo a gente não tinha se quer ventilador. Então, devagarinho as coisas estão melhorando. Já tem ventilador. Esse teto do refeitório já foi levantado numa reforma grande que teve há 2 anos atrás. Então, as paredes, é, é foram elevadas e o teto colocado bem pra cima pra dar uma ventilação e uma claridade maior. Em compensação elevou a acústica pior ainda. Então, qualquer barulho que tem no, no refeitório é uma coisa assim monstruosa, né. E as salas de aula uma repercussão muito ruim, muito ruim mesmo de... cansa é...o professor só o barulho é... arrasta cadeira uma outra coisa também, negativa.

P. E aqui nessa escola, como são os alunos? O que os pais fazem, a origem social?

PR. A origem social daqui é uma grande ocupação de favela. E hoje esses alunos... uma favela implantada dentro de uma estrutura social melhor. Um bairro melhor, cercado de shopping, né. Você tem aqui o [shopping] muito próximo, tem condomínios de luxo muito próximo, tem o [outro shopping] aqui do lado. Então, dentro de uma de um, de um, de bairros de uma classe média e de uma classe média alta, essa favela que foi, que é a [N], a outra que... como é que chama aquela favela ali? ... agora não me lembro, são esses lapsos também que influenciam. [riso] então, hoje em dia são poucos os barracos, a maioria já tem a sua alvenaria, já tem as suas coisas mais estruturadas. No entanto, a origem deles é de, de descaso, de desleixo, né, de sujeira, né. Eles têm essa cultura mesmo. A não valorização do conhecimento, a não valorização da escola, do professor. Então, quantas vezes você, é, eu e as outras professoras já ouvimos, né. “oh essa professora é folgada” “é forgada” “é forgada” porque na verdade o professor hoje é baba de luxo, né. Joga as crianças aqui. Principalmente essas crianças com deficiência... o ano passado tinha uma professora, uma menina terminando pedagogia, que... lavava, cuidava, trocava fralda do menino, do autista, três, quatro, cinco vezes por dia. Né, pensa bem. Embalava colocava no colo o tempo todo e põe pra dormir, porque... a criança não tem aproveitamento. Não fala. Existe mais comprometimento, não existe uma cobrança da parte da professora especialista de conseguir um diagnóstico. Então, esse aluno é... tem esse diagnóstico fechado, ele precisa de tais, tais, tais cuidados. Então, ela é muito... ela se preocupa muito com a inclusão do aluno aqui, mas não com as, com as, é... oportunidades que ele possa ter pra melhorar, pra sair disso. Então, o menino autista aqui, que você já viu e conhece é... ele não tem nenhum controle de fezes ou urina, então, as professoras aqui trocam. Quer dizer, eu, na verdade não me prestaria a isso, sabe? Nunca tive aluno assim, desse tipo, mas eu não me prestaria a isso. A mesma coisa o outro cadeirante, um menino que tem uma lesão cerebral grande, uma paralisia cerebral muito severa. Vem na cadeira de rodas, ele não sustenta a cabeça, os movimentos dele são muito limitados, é um prisioneiro, é uma alma prisioneira dentro de um corpo, né. E... a única coisa que eu vi a professora fazendo, é, de melhor pra ele se comunicar, e eu não sei se isso é, ele já trouxe da, da, de algum lugar especial que ele frequenta ou que ela descobriu isso. Na mesinha dele tem um sim e um não. Então, o que ele quer, “você quer tal coisa assim, assim?”, pra ele apertar ou sim ou não, né, até esse movimento pra ele é difícil. Então, o que a gente enquanto profissional pode fazer pra melhorar essa situação dele? Não é só aceitar que ele é assim, né. Eu acho que a gente, cada um de nós aqui dentro da escola tem que ver o que pode fazer por ele, né. Mas nós não temos ferramentas de estudo, de conhecimento para lidar com a criança especial. Então, é a especialista que tinha que cuidar disso. E não só cuidar da inclusão, porque o carinho, a aceitação todos nós temos, todas as professoras aqui aceitam, mas é o que fazer pra esse aluno melhorar? O que fazer pra tirar ele dessa, dessa condição é, de entrar na escola sem saber nada e sair da escola sem saber fazer nada, é isso que eu não aceito. Então, eu tenho uma rixa muito grande com a especialista, e a gente, enquanto pessoa é maravilhosa, mas enquanto profissional a gente debate muito, e debate a muitos anos. Então, ela tem esse ponto de vista dela muito, muito prático de que ela trabalha a inclusão e, mas e o conhecimento desse especial? Num, não evolui. Então, o aluno autista vai pra Adacamp o que ele tiver lá com, com o especialista ele evolui, o que não tiver, aqui não é que ele recebe e nada. Então, ela faz horta, ela faz jardim, ela faz, ela mexe com os computadores, ela faz jogos, ela, ela é, mexe com a cozinha. Pediu pra fazer uma

cozinha lá fora. Num, um rancho foi feito, fogão, pia, não sei o que, nunca tá bom, e, e com quem ela trabalha, com os que precisam? Não. Com todos os alunos bons que podem estar incluindo, o, o especial. Então, a, a minha briga aqui maior, o meu desagrado é com ela, né, eu acho que ela precisa, é, ter assim uma rotina. Não dá pra trabalhar com todos, mas uma hora por dia com cada um daria. Então, de manhã ela tem dois alunos, trabalha uma hora com um, uma hora com outro. Não adianta trazer os mais ou menos. E não tem diagnóstico. Não força esse diagnóstico. Então, como é que vai, né, que o professor que é da sala que às vezes não tem nenhum olhar intuitivo para descobrir alguma coisa do aluno, vai trabalhar esse que já é inteiramente especial, né. E não fala, e...

P. E eles ficam dentro da sala?

PR. Ficam. Ficam dentro da sala. Então, ficam ali, é... ou ficam abandonados ou ficam, né, a professora dá uma atenção, um carinho, mas não tem, o que eu posso fazer pra ele ascender, ele tá na escola pra ascender. Então, socializar só? Não sei se... a escola está se prestando a esse favor, né. Socializar. De fazer com que o grupo o aceite da forma como ele é. Então, na parte do aprendizado eu não vejo nenhum crescimento, nenhum sucesso.

P. Aqui na escola você sabe quantos tem de, de...?

PR. Quantos... que eu tenho certeza. De manhã tem um que é o [W], um menino de boa família que frequenta a Adacamp, ele tem um, um problema de autismo, mas é, é bastante, é, superficial, não é um autismo total. No período da tarde tem esse cadeirante que tem paralisia cerebral, que não anda, não fala. Um cadeirante mesmo de difícil comunicação. Tem um com Síndrome de Down, que também não fala direito, dá umas resmungadas, e tem um outro autista. É, o Síndrome de Down no primeiro ano, o autista no segundo ano, e, e o cadeirante no terceiro ano. Fora esses que são gritantes, você têm alunos com muitas deficiências. Eu, eu acredito que haja assim, com dislexia, com problemas emocionais, com uma série de coisas que a gente precisava pesquisar e ir atrás e ver o que pode fazer pra ajudar. Eu tive um aluno em São Paulo com dislexia. Ele era excelente em matemática, e quem disse que essa criatura aprendia a escrever? De jeito nenhum. Matemática ele era bom. E era, era um menino pequeno de estatura. Então, ele não se incomodava muito com as repetências que teve. E aí parece que ele tinha 14 pra 15 anos ele foi ser bilheteiro de cinema, porque com dinheiro ele mexia magnificamente bem, conversar ele conversava direitinho, agora não pe, podia pedir pra ler, pra escrever porque não escrevia. Ler até lia um pouquinho, mas pra escrever não. Então, copiava, mas é... complicadíssimo, né. E a gente naquele tempo não tinha nenhuma ferramenta para poder ajudar de forma especial, né. E agora tem a especialista dentro da sala dentro da escola, que a gente nunca teve.

P. E, e os alunos, assim, em relação à disciplina deles. Eles são bagunceiros, eles gostam de estudar, como eles são?

PR. Não. Como a família não valoriza o estudo, a escola, o professor, então não tem, não tem muita credibilidade de que escola vai fazer o melhor por ele, né. Então, eles estão aqui porque é direito estar matriculado, tendo a sua merenda, tendo os cuidados no tempo de aula. Então, são... uma minoria que cobra do filho a necessidade de estudar, que cobra que ele precisa ler, que cobra que ele precisa fazer tarefa, né. A maioria não se preocupa não.

P. E, e... é, você já falou, a comunidade, os pais são mais afastados da escola né.

PR. É. São. Mesmo quando há reunião, eles chegam aqui e “meu filho vai passar de ano?” não pergunta meu filho aprendeu, meu filho melhorou, como é que tá o comportamento dele? Né. “aí eu não quero nem ver porque eu não posso com a vida dele”, sabe? Esse tipo de... “não posso com a vida dele”. Quem vai poder, então? Já entregou, já entregou os pontos. Então, eu, eu sempre procurei trabalhar muito com os pais nesse sentido, de que, de que precisa educar que a maior autoridade são eles, né. De que não percam o controle. O não seja não até... né. Não volte atrás na sua palavra. E a

criança vai experimentando, vai experimentando, vai investindo até que uma hora “aí, pode ir porque eu não agüento mais” a pronto, tá perdido, né.

A gente precisa educar os pais primeiro.

[risos]

P. Em relação assim ao relacionamento entre funcionários e professores como que é?

PR. Muito, muito bom também. Não temos problemas nenhum, não.

P. Os funcionários ajudam os professores ou cada um faz só o que é do seu setor?

PR. Do seu trabalho, mas, por exemplo, a professora tá com algum problema e pede ajuda “ai, fica aqui um pouquinho que eu preciso sair ou eu preciso ir ao banheiro ou eu preciso ver tal coisa, elas vão, ficam na porta da classe, são muito, são muito atenciosas. Cuidam muito da limpeza. Você já foi em outras escolas da prefeitura?

P. Já, já fui, mas foram poucas, só quando eu fui fazer estágio sabe, eu fiz estágio na escola da prefeitura, mas é... eu não reparei muito essa questão.

PR. Não? Não tem essa diferença? Quando eu vim aqui pro [escola], eu fiquei encantada com a quantidade de plantas que tinha aqui. Vasos, vasinho, vasão pra todo lado, até aqui eu tinha... violetas aqui na janela e... a funcionária que... era primorosa. A mesa dos professores, o lanche dos professores, era uma coisa assim...

P. Eu notei isso, que elas arrumam a mesa dos professores na hora do intervalo, né. Nas outras escolas eu não vi isso.

PR. Mas agora, assim, tá bem inferior, porque o que era você ficava boba. Tinha as frutas, café, chá, água, suco, e... a mesa sempre trocada. “não, essa toalha aqui já tá feia, não vamos mais colocar” tanto que ela tem uma homenagem lá na placa na sala dos professores, a sala dos professores tem, tem o nome dela, [T], né. Então, ela se aposentou tá fazendo... dois anos. Uma pessoa maravilhosa e tem duas irmãs dela que trabalham aqui. Então, é... tentam ainda continuar. São muito, muito dedicadas à limpeza. Cuidam mesmo, bastante. Mas já não tem mais a mão... né, de fada do, do, dos vasos, das... tem ainda muita planta, mas não tem mais o tanto que tinha, entendeu? Olha o mato aqui é tudo quanto... [apontando para fora mostrando as partes com mato]

P. E, e, em relação à direção...

PR. É muito boa. Essa última direção que veio pra cá, excelente, tá aqui há dois anos, é... uma moça maravilhosa, nova ainda, que tem muita garra, tem muita vontade de acertar e acerta, e dá muito apoio aos professores, sabe. E essa parte tem, tem, a gente sabe que tá bem amparado. Se, se você tiver, tiver um problema ela, ela... é resolve, acolhe mesmo, porque foi o que eu não tive na minha época, né. Na época em que eu adoeci.

P. E o professor precisa disso, né?

PR. Precisa. Precisa muito. Eu fiquei assim, esses dias, o mês passado. Eu procurei pra, pra incorporar esse ano e meio na minha... na, na, na... como problema, afastamento por motivo, por doença do trabalho, né, e isso caracterizou muito que foi doença do trabalho. Então, eu vim buscar fundamentos. E como eu, era diariamente as queixas que eu fazia, né. E existia os registros. Então, eu pedia: olha, por favor, faz o registro assim e assim. Eu não posso sair da sala de aula pra tá fazendo isso, e eu

também não ficava mandando aluno ir toda hora falar. Eu agüentava firme, depois queixava, conversava, pra mostrar, e eu peguei os livros de registro e eu fiquei muito revoltada, porque todos os professores tinham registros da época, das mesmas salas, dos mesmos alunos, constando o nome, sala, matéria, tá, tá, tá, tá. Não tem um só registro no meu nome. E os registros que eu tenho certeza que foram feitos, né, por minhas queixas, os alunos assinaram e tal, não consta a matéria que era, nem meu nome como professora reclamante. Então, é... eu não, não tenho esse subsídio pra fazer essa, essa... processo pra incorporar esse tempo como doença de trabalho, que foi, né. Que foi. Então, eu to muito frustrada com isso também. Vamos ver se eu vou conseguir, se, se é através de pessoas que possam vir a testemunhar pra mim porque a diretora na época nem isso fez ao meu favor. Não tem, eu já li o livro inteirinho de cabo a rabo e todo esse, é, esse ano de 2004, você encontra os mesmos alunos dos quais eu queixava, com, em outras aulas, em outras matérias, e, e as mesmas classes, a ponto de os próprios professores pegarem o livro e fazerem o registro, mas eu, eu já tava no meu limite, eu não tinha mais, é... acho que nem consciência de como eu deveria agir, entendeu. Então, eu, eu fiquei mesmo muito mal, sem reação e ela não fez isso por mim, embora ouvisse as minhas queixas, então, ela ainda foi prejudicada por isso também.

P. E ela saiu daqui por livre espontânea vontade ou...

PR. Saiu. É, ela pediu exoneração. Disse que ia mudar pra outro, pra outra cidade e que pediu exoneração, e...foi uma pessoa que... foi uma das coisas que mais me, me chocou, porque quando ela, ela entrou no último concurso de, da direção muito bem classificada, uma pessoa muito é... muito inteligente, muito disposta e tal. É... eu já havia feito com ele curso de dois anos sobre... de formação continuada, né, dos professores. Ela tinha, ela era monitora de um curso e eu fui é, trabalhar com ela, eu ain, ainda trabalhava lá no [Jardim S]. Então, eu participei dois anos. Ela me conhecia bem. Daí é... quando ela veio pra cá, fui eu que a apresentei pros professores, joguei muitos confetes, falei muitas verdades que era realmente um pessoa que..., fui co-autora do livro dela, participei também, e... to, depois fazer uma coisa dessas pra mim. Quer dizer, eu realmente, hoje to falando com você com naturalidade sobre isso, mas qualquer vez, e eu to travada, qualquer vez que eu me lembrava disso, eu simplesmente debulhava, não era uma coisa que cabia na minha cabeça, entendeu? Era muito difícil, foi muito difícil. Você pensar que era uma pessoa amiga, que era uma pessoa que, que tinha um relacionamento, que tinha um conhecimento é, profissional, mas era um conhecimento, e... de repente eu ser tratada assim. Ela chegou a dizer aqui não tem mais lugar pra você. Na biblioteca não pode, não tem outro lugar. Você se vira, né, procura outro e eu morando aqui perto, ahhh mais...

P. E você já tinha perdido sua sala de aula?

PR. É...Eu vim a perder no final daquele ano, mas ainda não, ainda tinha sim a sala de aula, mas assim, como readaptada aqui não tem lugar pra você. Então, a sala ainda estava sendo escolhida por substituta, e a limitação de não retornar para a sala de aula, né. Ainda é essa a limitação, que eu não... não deva liderar grandes grupos, é... com... com... compromisso mesmo de, de é... de aprendizado, né. Porque aqui de uma forma ou outra eu to liderando pequenos grupos, mas... eu não tenho o compromisso do dia a dia, o compromisso da, da, da de dar conta de que essa classe... agora se eu fosse muito mercenária eu não me incomodaria, eu sentava na minha cadeira, deixava eles bagunçarem o quanto quisessem, tanto faz se não aprenderem, o meu tá vindo aqui no meu bolso e pronto, mas eu não sou uma pessoa assim, né. Então, se eu não puder é... conseguir o melhor da minha classe, eu me afasto e fico, fico num lugar prazeroso pra mim como é a biblioteca, mas eu não vou, não vou entregar a, a qualquer preço, a qualquer custo essa... fazendo um trabalho mal feito ou um pseudo trabalho, né, então...

P. E... e acho que você já até comentou, a relação entre os professores é boa?

PR. Muito bom. Muito boa. Profissionalmente eles são muito entrosados e socialmente também, né. Eu acho que a maior, a maior queixa é sempre com relação à professora especialista. E o que eu fico às vezes mais triste é que nas avaliações, elas não falam, sabe. Sempre, sempre que tem as avaliações ou

as, as... os TDs, né. Elas não se sentem bem falando esse tipo de verdade. Então, eu digo: Gente se vocês não... o calar não é o melhor, porque ela escreve projetos lindos, maravilhosos e chega lá em cima como lindos, maravilhosos. E de repente vem a imprensa e faz tanta coisa e na verdade não está acontecendo. Porque na hora de tirar foto põe o menininho na frente, e não é isso que tá acontecendo. A foto não mostra a evolução que essa criança está tendo. Então, é bastante comprometido, por isso. E não sou só eu que acha, tem um monte de gente que acha, então, quando, quando tem essa avaliação que eu participo e bato de frente, depois todo mundo fala “oh [PR], mas você hein! Você tem coragem, hein” mas eu, eu tenho que ter coragem, eu to agindo como uma profissional. Depois eu chamo, converso e falo “olha, você tem que entender, eu estou falando do campo profissional” enquanto pessoa você é maravilhosa eu te quero muito bem, eu acho que você não pode seguir nessa linha, mas “eu sou assim”, ela não aceita.

P. Ah, em relação às questões era... se a direção integra...

PR. Muito, muito mesmo...

[a especialista entrou na sala nesse momento com o aluno com Síndrome de Down, e a [PR] apontou discretamente para que eu a olhasse].

É uma escola dez, viu. Eu gosto muito daqui. Dizer que a comunidade é isso ou aquilo. É difícil? É. Mas todas são. Hoje em dia, se você, até as escolas aí de ponta, particulares, também encontra alunos indisciplinados e mal educados

[A professora readaptada [Y] entra nesse momento e pedindo licença fala]

Y. Deixa eu atrapalhar um pouquinho vocês. Você viu o atentado lá no Rio de Janeiro? Que absurdo, gente, aquilo! Que, que é aquilo?!

P. Tá parecendo os Estados Unidos, né, que é assim, né?

PR. Pois é. É isso que a assessora de polícia tava dizendo, que ela trabalha 28 anos como, nesse cargo e não é, não é, nunca aconteceu um atentado com escolares, nunca ninguém... mas o que, que é? É mídia, né. Modelo. Nos Estados Unidos faz sempre isso, porque que eu não vou fazer.

Y. É verdade, né.

P. Então, é isso, eu te agradeço muito pela entrevista, pela oportunidade de estar me ajudando com esse trabalho, né.

PR. De nada, de nada.

P. Se não fosse vocês eu não o faria.

PR. Afinal, eu ainda não lhe perguntei, como você chama?

P. Vanessa

PR. Alíás, eu tinha perguntado sim, agora eu me lembrei. E você está fazendo?

P. Eu to fazendo pedagogia, né. Esse é o meu trabalho de conclusão de curso.

PR. Ah tá.

P. O meu interesse era saber, né. Eu conhecia algumas pessoas que tinham adoecido, que estão readaptadas, né, e a gente sempre vê, é... notícias, trabalhos em relação ao Estado, né. Ao Estado ou até as outras prefeituras, mas a prefeitura de Campinas que eu conheço casos de readaptação, de adoecimento não tem trabalhos, você procura, procura, procura, não acha. Então eu falei ah, foi, surgiu esse interesse, eu quero saber por que, que acontece isso, né. Mesmo porque você tem o conhecimento de, do salário, né. Da prefeitura de Campinas é um dos melhores, né

PR. É, é de ponta.

P. E... mas mesmo assim, apesar de ter o salário e ter, talvez as escolas... falarem que sejam melhores as estruturas, você tem ainda professores adoecendo, né

PR. Sim, tem.

P. Aí foi por isso que surgiu esse interesse. Por que, eu queria saber o porquê, né. E aí... da prefeitura municipal de Campinas, né. E aí eu conversando com minha orientadora e ela falou, a gente precisa dar voz aos professores, porque não vai adiantar você só ler a bibliografia, e por isso que eu... que eu...

PR. Mas e daí quantas pesquisas, quantas entrevistas você pretende fazer?

P. É... eu tenho um curto espaço de tempo, né. Por ser um trabalho de conclusão de graduação, não tem aquela exigência de ser tão assim, né, tantas entrevistas, com tantos parâmetros. Então, a professora falou se você conseguir uma entrevista... você vai observar a escola, né... uma entrevista com um professor readaptado, com um professor que esteja na sala de aula e com a direção, a gente já dá pra montar assim o trabalho.

PR. Sei.

[a professora adjunto entra na sala] Tudo bom?

PR. Tudo

P. Então... então, é isso que... são... se eu conseguir mais, melhor, né, agrega, né. É... Se não é uma com readaptado, uma com professor em sala de aula e uma com a direção ou com quem tiver na coordenação da escola, né

PR. Certo

P. Então, aí eu vou transcrever tudo certinho, depois eu vou trazer uma folha me comprometendo que eu vou... como fala?... preservando sua identidade, né, pra você assinar também...

PR. Sim

P. E... depois também quando eu finalizar o trabalho eu me comprometi a trazer, dar uma cópia pra cada um... dar uma cópia pra cada um

PR. Ótimo. Esse é o Síndrome de Down [mostrando o aluno que estava saindo com a especialista]

P. Quanto tempo eles ficam na escola?

PR. Eles ficam até às quatro.

P. Eles ficam menos tempo, né?

PR. É.

P. Aí, eu vou trazer meu trabalho, eu te dou uma cópia também, se você quiser, digitalizada do trabalho. Se quiserem também, né, eu posso falar sobre o trabalho numa reunião, né. Porque às vezes o pessoal não tem tempo pra ler, né, daí eu falo sobre as considerações finais do trabalho, né.

PR. Ai, eu acho importante, eu acho muito importante.

P. Pra saber da saúde do professor, como que tá né...

PR. Eu não sei, eu não sei, até seria muito legal se você fizesse uma estatística com os professores, só como estatística, quantos professores têm readaptados nas escolas.

P. Então, eu pedi os... eu pedi pra eles lá de cima os dados, o número de professores, de readaptados, idade...

Mas eu estou esperando, porque é uma grande burocracia pra liberar isso, né. Eu fiz ofício, mandei lá pro CGP, então eu pedi pra fazer essa estatística mesmo

PR. Sim. Porque isso é realmente muito importante, isso realmente te dava um quadro, um gráfico.

P. Em licença e readaptados, eu pedi tudo isso. E estou esperando eles me liberarem. Mas como eu não posso ficar esperando eles, porque eu preciso entregar esse trabalho em junho, então eu falei assim “eu já vou pra escola” entendeu, pra fazer a pesquisa na escola

PR. Certo.

P. Então aí, eu vim pra cá, mas vai ser só aqui. [risos]

PR. [risos] Você faz aonde?

P. Na Unicamp.

PR. Ahhh na Unicamp.

P. Faço lá, já terminei o curso. Fiz todas as disciplinas, terminei agora em dezembro, só que eu falei assim, vou deixar meu TCC pro semestre que vem, porque eu falei assim, vai ser puxado, eu tive que fazer estágio, eu tive que fazer um monte de coisa semestre passado e eu falei que eu não ia conseguir dar conta... daí eu peguei e joguei pra agora. Só que estou só com o TCC esse semestre. Estou correndo pra dar tempo de fazer.

PR. Eu fiz sobre alfabetização. Que era... o que eu gosto. Então, eu contei pra você que aqui na biblioteca eu alfabetizei um menino? Contei ou não?

P. Contou, mais ou menos

PR. Um menino com problemas de... uma leve paralisia cerebral. Chegou com os movimentos muito...é... andava nas pontinhas dos pés. Parecia um velinho, encurvado, assim. Um perninhas muito finas, uns bracinhas muito finos, quase... falava muito atrapalhado, e ele foi... largadinho daqui, jogadinho dali. Aí o primeiro dia que ele entrou aqui na biblioteca, ele olhou pra tudo isso assim e avançou nas prateleiras na área infantil. Ele pegou tudo que tinha ali e jogou no chão, aí eu fiquei doidinha. Pus tudo no lugar e tal. Segundo dia, fez a mesma coisa. Daí eu falei, bom ou eu faço alguma coisa, porque ele tá mostrando que quer atenção minha, né, ou ele tá querendo me agredir. Eu

falava, não, não, não, não pode, aí que ele jogava mais longe ainda. Daí eu fui falar com ele pra ensinar como que eu fazia pra guardar. Daí eu pegava o livro assim [mostrando com os livros que estava em sua mão, batendo na mesa para alinhá-los] arrumava dois, três, pra ser modelo pra ele. Dez minutos que ele começou a me ver assim, ele começou a guardar. Nem que não tivesse no lugar, mas ele aprendeu. E ele adorava. Tudo o que ele pegava de papel ele batia bonitinho. Aí eu comecei a mostrar os títulos pra ele. Eu pegava o dedinho “olha aqui tá escrito assim. Olha passa o dedinho aqui” [nos títulos dos livros] Aí ele começou a gostar desse tipo de atenção. De vir todo o final de aula ele vinha pra biblioteca. E eu dediquei pra ele 40 minutos, uma hora, só pra... e peguei toda aquela coleção Gato e Rato você conhece?

P. Humm, Não.

PR. Não. Da... Felistan... [levantou-se e foi até o armário buscar a coleção] todo esse daqui. E a gente começou a estudar todos os títulos. O meu neto tem 3, 4 anos e meio ele já lê, por causa disso, não tem assim, nada é, é... sistemático ao não ser passava o dedinho e lia “chuva” “a bota do bode”. Então como eram bastante, ele fazia isso, e eu comecei a ler o livrinho também. Então, o dia que a avó entrou aqui e escutou ele lendo. Não. Primeiro, a primeira sensação foi o dia em que ele chegou aqui e a professora falou assim: “ai ele não sabe ler nada”, falei: não, ele já tá aprendendo. Ela falou: “o dia que ele ler uma palavra você me fala”. “Ahh, mas ele lê tudo isso, não é possível que seja só montar, né” aí, é, ela falou assim: “[A], que que tá escrito aqui, me dá um livro” eu dei “Que tá escrito aqui?” “a mormoeta” e era a borboleta. Então, ela saiu gritando pra escola inteira “o [A] ta aprendendo a ler”. [risos]

Aí depois disso então, eu falei pra ela. Aí não é impressão minha ele ta lendo mesmo. Então, eu comecei a me dedicar a ele, então eu lia historinha e tal. O primeiro livro que ele mais amava era... deixa eu ver se está aqui... [procurando entre os livros da coleção] Tuca, vovó e Guto, o meu neto era esse daqui, ele leu na escolinha... as crianças têm as preferências, né. Aonde tá? ... [procurando entre os livros] Este. Ele era muito apegado a avó. Então, o primeiro livro que ele leu foi este, Tuca, vovó e Guto [riso]

P. Que bonitinho

PR. E aí ele começou a falar melhor e hoje ele frequenta uma escola especial, ele faz ecoterapia.

[...]

P. E isso é muito gratificante, né

PR. Muito, muito, eu falei que eu...é, é, é. Quando eu vi o [A] lendo eu fiquei assim muito feliz, porque junto com ele... ahhh não, tem um outro no período da manhã que eu esqueci, que é o [T]. O [T] é um menino assim que tem uma deficiência não sei qual, desconfio, por causa daqueles meus cursos e palestras de, de, de atendimento ao escolar. Que ele tem uma cabeça um pouco desproporcional, então ele tem, ele deve ter endocefalia e ele gostava muito do trem. Este daqui o [A] gostava, e ele gostava desse. [mostrando os livros].

O [T] decorava, né. E se você perguntasse: Onde está escrito trem? Ele não sabia mostrar. E, e o [A] sabia, ele realmente lia. Então... o... o [T] sabia esse livro decorzinho, uma memória, assim... eu não sei se agora eu o chamasse se ele é capaz de ler, mas o... o [A] leu. Leu... todos os que tinham na época ele leu, “a galinha choca”, “o pato bobo”, e... ele leu bastante.

P. E vende assim, normalmente em livraria?

PR. Vende, vende. É. é da Ática, uma coleção muito comum, muito comum mesmo, chama coleção Gato e Rato da Meire e Eduardo Franco.

Se não me engano são 35, 36 títulos. A diretora comprou a coleção inteira.

Transcrição da entrevista com a Orientadora Pedagógica

Data: 12/04/2011

Duração: 1h05min.

P. Pesquisadora

EE. Orientadora Pedagógica

OE. Dirigente escolar

Prof. Professora de 1º ao 5º ano

P. Eu gostaria de saber como é o trabalho, como é desenvolvido o trabalho na escola, as atividades do diretor, do professor, da... da [Especialista da Educação] né, que é o seu caso, da interação entre as equipes, entre a direção e os docentes, entre os funcionários, se você poderia descrever isso pra mim.

EE. O meu trabalho aqui é orientar os professores né, o trabalho dos professores, e... Mas a gente acaba fazendo muito mais coisas, porque não é só orientar, né. É... são as reuniões, o que eles pedem nas reuniões, o que eu também peço, porque eu também é, preciso pedir algumas coisas pra eles, pra eles já deixarem prontas. Não me enviarem tudo por e-mail, eu preciso que eles vejam e-mail, daí, aqui eu assumo, né, de chegar lá na minha casa e ver lá na minha casa. Não olho de sábado e domingo, não abro e-mail de professor, né, só se for alguma, alguma coisa de brincadeira, né, se não, não abro e-mail da escola nada.

P. Você tem que ter um tempo pra você né?

EE. Mas, só que acaba vindo muita coisa é... de fora, né, mandada pra escola, então são programas que a prefeitura faz, né, até eu tava brava por causa disso. É programas, são os programas que entra e é assim quase que cumpra-se, né, quando não é cumpra-se, né. Então, é um, a escola ela tá aqui, e do mesmo jeito que é pra ensinar, levar o saber entre aspas pros alunos, é... vem um monte de outras coisas em cima... né. E que o aluno não acaba aproveitando, a escola também não aproveita, e também a parte do ensino fica... colocada de lado, porque... agora o que... Tem a direção eu acho que a escola ganhou com a vinda da [diretora] pra cá, né. Ela ouve os alunos, ela ouve os professores, e... Mas ela tem uma postura, né, de achar que aluno também erra. Nós já tivemos diretor aqui que era, né... Só o professor que estava errado, então, é isso que desgasta o professor. É esse bate boca com o aluno, né, porque o aluno não vem mais pra escola é... estudar. Ele vem pra não perder o bolsa família, e tantas outras bolsas que ele tem, né. O pai vem desesperado pra escola, não pra ver se o aluno tá bom, quando ele perde ou está perdendo, quando ele recebe uma carta que tá chegando as faltas dos filhos deles lá, que são muito grandes que ele vai perder a bolsa família. Então, é isso que a escola hoje não é mais uma ãh... uma instituição é... para educar. É uma instituição é, filantrópica, né. O aluno vem aqui você cuida, né, coitadinho, daquele jeito que a [professora] falou, né, ele tem problema disso, daquilo e daquilo outro, e ainda a mãe não cuida, o pai não tá nem aí, tem um filho com cada pai, né. É... o tio de uma é, é... cunhado do outro que tá nascendo [?]. Sabe é umas coisas assim que... se você for andar aqui todo mundo aqui na escola tem um parentesco com o outro, né. O [aluno], por exemplo, aí você corta aí esse nome dele, né, ele, ele...

[Entra a outra especialista da educação]

OE. Da uma licencinha, [EE], você pode ver se tá bom esse bilhete.

[A EE se desculpa e pega o papel para ler - barulho de gritos das crianças que estavam no intervalo.]

OE. Sabe o que acontece, agora eu tenho que ver o que está sobrando de papel. Você acha que, vamos supor se a gente for fazer o bilhete. Eu acho que, eu não a [...] é, é cinco minutos, eu to com o cartãozinho aí pra entregar. Eu to querendo dar uma folha pra ela com o endereço do [?] e por o que eu acho que tá acontecendo, porque ele tá estranho e ele não aprende não. Ele não aprende, mas nem que a vaca tussa, não entra na cabeça. O [aluno Y], ele tem um pouquinho da língua presa, não sei se é presa ou se é mole ou solta, né e também a parte psicológica. Eu não queria falar pra ir procurar a psicóloga, porque as vezes a mãe assusta, sabe. Mas tem psicóloga lá, tem neuro, entendeu, mas a gente tem que colocar de um jeito pra não assustar a mãe dele, entendeu? O [aluno X] tem problemas psicológicos, tem problemas muito sérios com a mãe, sabe, então, o [aluno Z] também, [aluno P], o [aluno Y] ao todo são cinco crianças. Tá bom o bilhete? Posso mandar, então? Eu vou colocar o cartãozinho e entrego amanhã.

Chegou? [se referindo aos livros do projeto ler e escrever que estavam no canto da sala]

EE. Chegou antes de ontem. Você pode dar essa prova aí pra mim? [se referindo à prova que estava em cima do livro]

OE. Que prova? Essa?

EE. É, obrigada.

OE. Valeu [EE], obrigada.

EE. De nada.

EE. Agora nem sei o que eu estava falando.

P. Sobre um dos alunos, o [V]

EE. Ah, então, ele é...

[entra a OE novamente]

OE. Desculpa [EE], deixa só eu falar uma coisa que eu esqueci, olha é o seguinte... [para e fica nos olhando como se estivesse esquecido novamente] aaaa, [riso] que horas que o cabo vem. Ele vem às sete horas, sete e pouquinho ele tá aqui, pra dez pras oito começar, aí ele vai ficar o dia inteiro. [?] ela não achou o avental de tnt, ela vai precisar comprar de tergal que custa quatro reais.

EE. Tudo bem.

OE. Tá bom obrigada.

EE. Então, o [V] ele é tio... do outro menino, do [K] do segundo ano. A mãe do [K] que é irmã do [V], ela deixa o menino fazer de tudo. Tudo, tudo, tudo. A mãe do [V], ela é doente, então a irmã, cada vez que a mãe era chamada, porque agora faz muito tempo que não é chamada, por causa do [V], ela que vinha aí tirar satisfações com a gente, por que que tava chamando a mãe dela... entendeu? O pai, por mais que ele saiba, sejam esclarecidos, né... eles não assumem, né, o filho. Pra eles, roubar é, machucar o amiguinho, é assim... é muito banal... entendeu? Então, eu acho que é isso que faz com que o professor não tenha é... o seu, seu direito respeitado, porque os alunos tem o direito deles, né. Mas os professores também têm os seus. E a prefeitura, assim... acho que todos nós, né, a prefeitura também, é... é assim, simplesmente de mãos atadas, né... Tem um quinto ano nosso que tá sendo lotado de crianças, de crianças com necessidades especiais, né. Em um a gente tem. Num quinto ano não, é sexto. No 6º A, a gente já tem um, né. No 6º B, tem o aluno [E]. Tem o aluno [Y] que entrou agora, tem aquela deformação craniana, né. Ah, tem o aluno [X] ele tem alguma dificuldade, certo... E a, e a, o Conselho Tutelar olha, não pra nos ajudar... ele olha só nos direitos dos pais. Os alunos têm o direito de ter uma sala de aula, uma escola, uma sala de aula pra ele, né. Então, assim, o pai não olha a escola como uma instituição. É... não vou dizer mais adequada, porque não é essa palavra mais adequada, é, pra formação e informação, né... desse indivíduo. Ela é um... lugar onde os pais acham que... o aluno vem, tem direito de tudo, de fazer tudo, ele tá sempre certo, né... e... a gente não tem respaldo, muitas vezes, de nada, né... e... professores doentes, né... professores morrendo cedo, né... que foi muito triste ver a morte de um amigo. Trabalhou comigo 12 anos... né... e... fiquei muito triste mesmo, né... e... A direção que vem vindo hoje, ela vem com olhar assim, porque não tem direito a nada, aluno tem direito a tudo. Então, você vê, nós tivemos, tem uma professora aqui, que estava numa outra escola, levou uma cadeirada, faz mais ou menos uma semana, de aluno. Levou uma cadeirada, né... Ai o aluno foi suspenso, e aí? ...

Aqui de manhã nós tivemos uma aluna que chutou a perna da professora... a professora fez que não viu, fez que não foi nada, e disse pra mim, está doendo, [EE]... né. Temos pais que trabalham aí na, na EMEI, entram pelo portão do fundo e vão bater na porta da, da sala, que é o caso desse [K], sobrinho do [V], sobrinho. Ahh, é... Já tivemos... é... professores sendo ameaçados... né. E tem professor com medo... do jeito que... Eu não tenho medo, mas eu não sou professora também, você vai falar assim, ahhh, mas é diferente. É diferente. Quando eu entro em sala de aula, quando eu entro no, no, no... corredor, os alunos entram para dentro da sala, entendeu. Mas eu tenho esse jeito de ser mais... é... ahh... eles dizem que é cara feia, não é cara feia é cara de brava, entendeu. Mas... é assim que eu fui... que eu, que eu sempre entrei numa sala de aula. Olha, nós vamos combinar assim, na nossa sala a gente vai fazer isso, isso e isso, tá... na nossa sala vocês podem fazer isso, isso e isso. Mas eu não quero falta de respeito comigo, eu não quero falta de respeito lá fora, né... Eu dei muitos anos aula, eu nunca tive problema numa sala de aula. Mas a gente vem com uma juventude, eu acho que sem limites, né. Ah... desde a infância eles não tem limites, não se estabelece em casa limites, é... não se tem disciplina, né... e... eu acho que é por isso que nós temos tantos alunos doentes, tantos professores doentes.

P. E em geral, assim, você que tem experiência como [EE], quais são as doenças que, que fazem o professor tirar licença, que fazem o professor faltar, tirar licença?

EE. É... as doenças?... é o estresse, né. Pressão alta, dor de cabeça, ahh... eu acho que, que... ansiedade... E assim, física, né. Nós temos muitos professores que têm tendo problema, que tem problema no túnel do carpo, é... perde a voz, né... com calos na, na, nas, nas cordas vocais, né... ah professor que... levou um tombo, alguma coisa e a perna... né... nós temos o [professor readaptado] aí, ele era, ele estava em sala de aula, né... e... ele não pode mais dar aula, porque ele não pode ficar muito tempo em pé, né. E isso foi debilitando até que ele tirou... pra tratamento, né. Então, eu acho que são mais esses, né. Mas eu, eu acho assim, que... aquilo que eu falei lá na sala. Uma boa direção... é... um bom olhar do diretor... olhando para aquele professor. Esse professor ele tem vontade de até quando está em LTS vir trabalhar. Ontem... eu queria ter vindo trabalhar... embora eu não tivesse condições, eu estava de LTS. Por quê? Porque eu gosto da [Diretora], eu gosto da [Vice], eu gosto dos professores, entendeu. É... eu, eu, não sei se... a, eles olham pra mim como... a [EE], a única exclusivamente [EE] da escola ou a [EE] que conversa com a gente, entendeu. Eu não sei como que eles olham pra mim. Mas eu me acho... ah...ah... Essas reuniões que a gente faz são acolhedoras, que a gente brinca ah, mas ao mesmo tempo que a gente brinca tem o lado sério, que aquilo é profissional, né. Então, eu, eu não me sinto mal aqui por causa de professor ou professor que não trabalha, né. Às vezes, a gente olha pro professor e fala: ai ele não faz nada. Não é isso. A gente vê, se você for analisar mesmo, ele tá fazendo de tudo, mas é o tudo que ele pode fazer, né. E a gente vê outros professores falando que não, que ele não faz mais nada mesmo, que ele não se importa com o aluno, né. E eu gosto do [aluno L] que dá trabalho do oitavo ano, entendeu. Eu... eu brigo com ele, eu brigo, mas eu gosto dele. Ele nunca me respondeu... é... entendeu. O [aluno O] que eu chamei a atenção hoje, ele fala “pô dona”... mas, sabe que aconteceu? Ele não vem assim... Depois ele até fala assim, “pô, mas você não tá vendo?” e eu, mas não foi assim que a gente combinou? Não é assim. “Desculpa dona.” Tá então, hora que você melhorar você vem falar comigo. Então, tem uns alunos aqui que você fala que, por pior que seja, né, é o professor acaba olhando e conquistando ele de algum, de algum lugar ele puxa um vínculo com esse aluno e é pra não ficar esgotado, se não eles te fariam esgotar. Eu já tive uma fase que eu... não queria trabalhar... entendeu. Uma fase onde eu me via, é, insatisfeita. Uma direção que me... podou...

P. Quando você era professora?

EE. Não, que eu era [EE] já, né. Que eu falava, a minha mãe até chegou a falar... filha eu vou, to vendo a hora que você vai... se readaptar... entendeu. E... por eu ter uma família muito presente mesmo, né. Uma mãe, um pai, um irmão, meus filhos tal, é...eu levantei dali e... mas eu entrei em depressão. Tudo bem eu tive problemas também, tive um filho que me deu muito trabalho, né. Então acho que juntou tudo, né. Ter saído de uma escola que eu amava, né, e... Mas saí porque eu estava... eu

queria sair mesmo, é assim, já tinha dado meu tempo naquela escola, né. Tinha ficado lá 12 anos. É, saí dessa escola, vim pra cá, né. Daí o primeiro ano fiquei de licença o ano todo por causa do meu filho, né. No segundo ano eu não queria trabalhar, por causa da direção mesmo, entendeu. Por causa disso. Era... era a direção e... que não apoiava o professor, eu preciso apoiar o professor, se não eu não trabalho, entendeu. Não é apoiar o professor pras coisas erradas, é apoiar naquilo que ele produz... entendeu. Porque se não, eu não tenho um diálogo com ele. Então, eu tinha um bom diálogo com os professores porque o primeiro ano de [EE] é conquistar professor. Ah não é porque ela é linda, boazinha, ah uma gracinha, meiga, não é nada disso. É conquistar mesmo, saber conversar, saber o que você fala pra aquele professor... até onde você pode ir com ele, onde você pode cobrar, né, e depois você vai começando. Trabalho de [EE] é de formiguinha, né. É um passo na frente, dez atrás, volta meia dúzia, né. Daí dá um arranque vai vinte lá pra frente, daí começa a caminhar tal, daí tem hora que tem que parar, né. Então, eu conquistei os professores, mas a direção... né, e aí? ... Até, e foi assim, longos anos, né... até que a [Diretora] entrou e começou a olhar pros professores, como eu acho que eu olhei lá atrás... entendeu. Saber cobrar também, ela cobra deles, saber quando chama a atenção, ponderar o que acontece entre um aluno e professor, entre um aluno e outro, né. E... e eu concordo com ela que... que os professores precisam ser acolhidos, precisam ser respeitados, pra depois você poder... Hoje eu chego pro professor e, falo com ele, “mas você não fez aquilo que eu te pedi, aquilo que eu su... sugeri. Você fez?” “não, não fiz” então vamos fazer [EE], porque pra mim quem sabe dá certo. “Mas, ai não deu [EE]”, “não, deu [EE]”, né. O trabalho de leitura mesmo... que a gente tem aqui é pra todos eles entrarem e terem cinco minutos de leitura com os alunos, né. À tarde, faz três... esse ta sendo o terceiro... segundo ano e meio que os professores tem entrado e lido com os alunos, né. De manhã, é, a gente tem o horário de leitura que é de quinta feira, mas... os professores tem que ler cinco minutos que entram, tal ou um, um texto interessante ou uma notícia, tal né. Então, assim... tá sendo difícil porque todo dia tem que cobrar de um e de outro que não leu. Eu não entro na sala pra saber se ele ta lendo ou não. Eu entro na sala pra cumprimentar os alunos, né. Tanto quando eu chego mais tarde, quando eu chego sete horas, né. E... quando eu chego sete horas, eu, assim, entro vou falar bom dia e tal, e sei quem ta lendo quem não tá, quem já tá dando lição, e, não deu tempo de ler... entendeu. Então eu chego lá do TD e falo. Chego aqui e falo, né. “Ah, [EE] é que eu to, eu vou fazer... ah, é que essa semana não deu pra ver os textos”, né. Mas eu sei que eles fazem de tudo pra... pra não ser assim... não ser mal visto...né. Enquanto a, ãh, outras pessoas às vezes olha e já fala “ah essa daí não vai mesmo”, né, e não para nem pra incentivar e tal. Então, eu acho que, que os professores adoecem porque hoje eles não tem o mínimo de respeito, acho que da... dos órgãos superiores, entendeu. Quando vê uma, uma escola, e ele acabou de matar, só que ele é menor de idade e ele é mandado pra escola, né, pela justiça, porque a gente tem que atender aquele aluno e educar, né. E daí quando ele volta, ele volta assim “eu sou o mais belo, eu sou o mais forte, eu... ãh sou... o fulano” e parece que está abafando. E tá mesmo, porque... o que as outras crianças olham? “esse daí, né. Foi lá matou e tá aqui. Não foi preso, não aconteceu nada com ele, não... né. E, daí eu fico pensando assim, não é a melhor coisa prender, né. Mas se ele tem idade pra dirigir, pra eleger, ele também tem idade pra cumprir uma pena, que não fosse prisão, que não fosse esse tipo de pena. Que fosse outro tipo, porque eu acho assim, colocar lá dentro e não fazer nada por ele também não adianta. Por isso ele sai até, é, é mais revoltado de lá, né. E quando sai acaba voltando fazer porque, é... circo lá. Poe lá dentro tem, tem... lá ele tem onde dormir, o que comer, o que fazer, tem solzinho de, banhinho de sol todo dia. Nós não, né. Nós somos mais preso do que os presos. Porque os presos tem onde... tá certo é um em cima do outro, o outro tem que vigiar enquanto, enquanto, enquanto o, o fulano dorme, ah tem que dormir 40 minutos na noite porque daí é o horário do outro ter a cama, [?] isso. Mas, nós pagamos tudo isso daí, né. E a gente vê que cada vez mais tem mais gente lá dentro, e a gente trabalhando ainda mais, né. Então, eu acho que a demanda da escola é grande. A prefeitura de devia olhar pra essas escolas e parar de demandar mais.. né. Tem que dar estrutura. Você viu a nossa sala do primeiro ano? Os alunos não batem o pé no chão. As carteiras são altas, a mesa é alta, né. É uma judiação, parece que... tem seis anos. Pra ir no parque tem que descer no EMEI ali. Essa escada é horrorosa. Um pra rolar daquela escada é facinho... né. Então, eu acho que tudo isso leva o professor a ficar doente.

P. e em relação à formação do professor, os cursos de formação continuada, a prefeitura oferece, você acha que é suficiente. Como que é a formação...

EE. Eles oferecem, é... eu acho que...ãh...é, assim, teria cursos, nós temos cursos que deveriam ser não oferecidos, deveriam fazer parte da carga horária do professor... né. Ou formação até na escola, né. Então, é... porque tem coisa que o professor, é... eu não tive a mesma formação que um professor quando ele saiu há dez anos atrás. Eu saí, por exemplo, eu saí da faculdade em 88, né, em 88. Eu já era casada, eu já tinha filho, eu saí da faculdade em 88. É... só que eu fiz Normal, né...

P. Era graduação?

EE. Pra magistério. Antigamente colegial, né, você podia fazer Normal que você já era professora, né. Então, eu saí com Normal. Quando eu entrei na prefeitura, é... eu não, eu não tinha... eu tinha acabado de, de, de... me formar no colegial, no magistério, né. E... então, a minha formação não é igual a de um aluno que tá saindo de pedagogia agora ou que antigamente fez Normal, porque as coisas vão evoluindo, né. Tem outra formação, é... então, eu não tive a mesma formação, mas eu saio daqui pra fazer cursos... né. É... e tem cursos que... os professores tão procurando. Eu acho que esse ano quando, quando abriram para o CHP, né, eles fazerem o horário do CHP em curso, eu acho que já deu, foi uma, uma boa abertura, embora, é... eles usavam esse... esse horário pra... trabalhar com os alunos, né. Que tinham uma dificuldade... É... uma, uma dificuldade mais assim na matemática ou no português, né ou na alfabetização. Então, eles usavam, né, porque nós não sabemos como vamos dar conta desse aluno, porque agora não tem mais... né, esse tempo com o aluno. Então, ãh... por um lado a prefeitura tem feito, tem dado formação já fazem alguns anos, né. E... e que... tem sido muito boa, né. Tem feito uns convênios com a Unicamp que tem cursos lá de, de português e tem um curso de matemática, matemática e ciências. Eu não pude me inscrever, mas era como pós-graduação pros professores, e tem muito professor fazendo. E... então eu acho que nisso a prefeitura tem capacitado, tem mostrado outros caminhos pra esses professores, entendeu. Na questão de formação mesmo. Mas ãh... muitas vezes ela deixa assim, ah se o professor quiser, ele faz, né. E quem sabe hoje olhando para o CHP, ele deve ter posto esse horário pra fazer CHP pra que, ele poder, pra ele poder sair mesmo da escola, né. Pra que ele pudesse sair mesmo da escola e organizar sua, sua vida em cima daquela formação, né. Ocupando o CHP nesse horário, eu vou estar em CHP, mas em formação, né. Então, eu acho que melhorou, mas causou também, é... menos trabalho com, com o aluno.

P. E em relação, assim, as condições da escola, a estrutura, tanto em relação ao material que a prefeitura oferece também... material didático esse tipo de coisa. A estrutura da escola é boa ou precisaria melhorar?

EE. Então, eu acho que a estrutura física da escola precisa dar uma melhorada, né. É... a ventilação, a... a... o ambiente mais claro, né. Essa escola aqui, por exemplo, é muita pequena, né. Ah você vai falar assim, mas tem pouco aluno. Mas poderia ter mais vagas, ter mais alunos, se ela tivesse, ãh... se ela tivesse sido melhor projetada, né. Nós passamos por uma reforma que deu uma amenizada, mas por outro, deixaram vários buracos, que a gente hoje, hoje a gente tem um eco nesse corredor que é insuportável pra quem tá dentro da sala de aula com o barulho do aluno, entendeu. Você não sabe o que você tá ouvindo, né. Nós temos uma quadra ali, mas aquela quadra é também da comunidade. Se a comunidade está usando, o professor de educação física não pode usar... entendeu. Então, a nossa educação física é no espaço onde eles têm o recreio, e eles ficam do lado de um monte de sala de aula, quer dizer, é... enquanto eles ficam aqui tendo aula de educação física, o barulho na sala de aula não deixa que ele aprenda direito ou ouça direito que o professor tá falando, porque você tem barulho do lado de fora. Então, eu acho que a estrutura física da escola é... horrível, né. Mas, nós temos hoje verba pra escola, né de FNDE, e que nos dão condição de comprar brinquedos e comprar materiais pedagógicos de suprir melhor a necessidade dos alunos, né, dos professores a contexto dos alunos, né de trabalhar com seus alunos.

P. O que é a FNDE que você falou?

É uma verba que vem, eles mandam um, um... um tanto do, do dinheiro, né... é pra escola. E essa escola tem um CNPJ tudo, que naquela conta fica o dinheiro. E a escola chama o Conselho de escola,

é pega e, e vê o que é tem, é principal agora o que deve ser comprado, priorizado agora, né, e faz com esse dinheiro o que precisa ser feito na escola. Então, tem essa verba e tem os 25% também, né que é a, o que o município tem que repassar pra educação, né, também vem, né. Eu acho que, assim... esses, que chegou ontem, né [referindo-se aos livros que estavam empilhados no canto de sua sala] os livros da, do Ler e Escrever, esse, esse material tem sido muito bom, pena que no ano passado chegou pouco, né, pra diversas salas. Amanhã eu vou já ta fazendo o levantamento do que chegou pra poder passar isso tudo pros professores, né. Esse material é muito bom, não é visto como livro didático, mas sim um trabalho em nível de apoio, né, onde tem sugestões de trabalho, tem... Então, é assim, o professor tem o dele, né, e junto com esse material pode organizar outros materiais, né, que venham trazer pra dentro da sala de aula, ãhh... mais instrumentos pra se trabalhar com esse aluno naquele, naquele conteúdo. Então, esse, isso tem sido muito bom, foi ótimo a prefeitura ta fazendo parte desse, desse... programa junto com o Estado...

P. É um programa junto com o Estado, então?

EE. É. Tanto é que, ele tem de primeira a quarta né. Porque o Estado é de primeira a quarta série, e aqui a gente faz uma adaptação do primeiro ano ao quinto, né.

P. E esses livros, vocês, vocês entregam pras crianças?

EE. É. Isso. Aqui já, outra coisa, é... os livros, né, ãhh... eles... quando entregam pras crianças, tem os pais que nem mandam os livros, rasga o livro, rasga a lição da criança, é uma judiação. Eu acho que essa comunidade aqui, ela é... ela não sabe ver a escola como deveria.

P. Aqui os alunos são de que origem social?

EE. Eu acho que é média baixa... entendeu. Porque é assim, embora a gente esteja entre dois grandes shoppings, né, um é o [shopping] e o outro é o [outro shopping], né, essa parte aqui pega muito a, a parte pobre da, da, da... do bairro. Então, tem a classe média, que é média mesmo, e tem a classe pobre que é paupérrima.

P. E tanto os pais do, da classe média quanto da classe pobre, eles são da mesma forma, eles agem da mesma forma?

EE. Eles agem da mesma forma. É um ou outro que é mais esclarecido, é um ou outro que... Mas também é assim, quando você vê um paupérrimo que não tem nada, mas você olha pra mãe e a mãe manda direitinho pra escola, o uniforme está sempre limpo, entendeu. É... o cabelo da criança tá sempre penteado. Nós temos alunas que anos e anos vem com lêmdea na cabeça, piolho, e não é um dia ou outro do ano, são todos os dias. A criança vive assim, né. Você olha no cabelo da criança ela está assim, né. E... daí você manda bilhete, né, é... a mãe fala que tem que... a escola que tem que tirar. A escola até às vezes chama o posto de saúde, né, às vezes a prefeitura até manda, né... revista na, nas cabecinhas das crianças e tal, principalmente quando é EMEI, né. E... Mas aqui nós temos pais que deixam as crianças virem assim, e, e é um... uma coisa assim que... você já sabe que ta fazendo mal, né, porque já foi explicado, já foi falado, já foi dado remédio, né, pelo próprio posto de saúde, eles dão o kit do remédio pra mãe levar e tal, e nada é feito porque não...

P. A comunidade então daqui não participa muito da escola, né?

EE. Não. E por mais que você faça, que pode... é, é tentar fazer, as festas juninas eles vem participam e tal, mas não é de forma alguma pra ver os filhos, os filhos dançar, entendeu. Eles vem aí pra comprar um pastel, comprar uma coisa, vão embora agora, “mas eu vou dançar daqui meia hora”, “ah mas fica aí, fica sozinho eu tenho que ir”, sabe, não aparece. Agora a gente tem também aquele que vem, que aparece, que fica, não importa que é... a atividade por menor que seja na escola, tá ali quer ver, ver as

coisas do filho e tal, não vou dizer pra você que não tem, mas de cem por cento, dez por cento é assim, o restante é aquele que não tá nem aí.

P. Em relação aos professores readaptados, né, que, que vem pra escola, que ela... A, a forma como eles ficam, é... tem condições de se reabilitar pra voltar pra sala de aula. Em relação, assim, ao relacionamento com os outros professores você vê que é igual ou os professores fazem alguma diferença, se eles são deixados, assim, meio de lado.

EE. É, eles se acham. Tem alguns professores aqui que se acham deixados de lado, né. E... às vezes não e nem pelo outro que tá na ativa... é pelo próprio companheiro que tá readaptado também ou tá numa outra função, né. E... acho que aqui tem muito professor readaptado, né. Que eles eram da escola mesmo, né. Tivemos uma que foi posta pra ser readaptada [na outra escola], ela era uma ótima pessoa, e que poderia estar aqui ajudando muito bem na secretaria, que era a [J], e... e o... próprio professor agora que foi mandado pro [outra escola] no lugar da [professora readaptada]. A [professora readaptada] veio do [outra escola], né, e o professor foi mandado pra lá, ele era o nosso professor do Níeed, então ele passava, ele instrumentalizava, né, e... os alunos como, como monitores, e os monitores vinham trabalhar, porque ele não podia trabalhar com os alunos, né. Então, ele fazia a inscrição dos monitores e tal, e daí ele só fazia o curso. E... e já que esse professor não podia ficar com o aluno, ele, ele... tinha o horário tudo, né, o dia que vai, os links todos lá que eles podiam usar, né, tudo pra alfabetização, principalmente do, do primeiro ao quinto, né, os jogos e tal, ele instrumentalizava os alunos, os monitores, né. E, e a gente tinha um bom trabalho aqui, do Níeed com as crianças, né. Então, o, esse professor tá fazendo falta, né, porque assim, pra nós ele era muito importante, nesse sentido do Níeed funcionar. Entendeu. [...]

[Uma professora do 1º ao 5º ano entra na sala para entregar uma folha com um e-mail dos dias da provinha Brasil, para entregar para a EE]

Prof. Chegou o e-mail da provinha Brasil

EE. Ahh que bom. [pega a folha e deixa na mesa] É... Então... Ah deixa eu só ver aqui, o dia que vai ser... [coloca o óculos e pega a folha para ler o e-mail impresso].

EE. É... Então, é assim... eu vejo, né, como... cada um acaba fazendo um trabalho diferente, mas, é... que pode estar ali, né. Agora não temos professor aqui readaptado na escola que não deveria vir mais pra escola, deveria ir pra outro lugar, porque não pode ouvir barulho de criança, ele não pode ficar naquele agito todo das crianças, sabe. Então, não tem condições de vir. Sabe, uma [Professora readaptada V] se você colocasse numa sala de aula era ótima professora, né. Uma [professora readaptada B], maravilhosa professora. Eu peguei o tempo que elas davam aula, né. Mas o que elas passaram aqui com aluno mesmo, sabe. Não foi brincadeira.

P. E geralmente os professores readaptados pedem readaptação, você sabe por quê? Se é por causa de aluno... por causa da sala de aula, das condições?

EE. É, muitas vezes. O [professor readaptado R], por exemplo, não pode trabalhar com aluno, né. Ah... o... próprio... nossa esqueci o, o... [professor readaptado S] do, do Níeed, ele não pode ter um trabalho com aluno, próximo ao aluno, entendeu. Então, tudo isso é, assim, por causa de grito de aluno, por causa dessas coisas, entendeu. De aluno xingar professor, de aluno... tem professor que, que pegou, pegou assim... aversão, entendeu. Porque mais um pouco perto de aluno ia cometer uma loucura. Então, nós temos professores que não podem. O [professor readaptado M], ele é um bom professor, né. Era um bom professor, não peguei a data dele mesmo aqui dando aula, quando eu vim pra cá ele já era readaptado. Ele é o único readaptado definitivo que tem daqui, né. E ele não pode é... por alergia ao pó do giz, ele não pode dar aula, né. Ah, mas porque que hoje ele não faz trabalho com lousa branca. Gente, esse professor hoje, já pensou numa sala de aula, tanto tempo sem aluno? Não sei nem se... ele ia sobreviver, entre aspas, né, por uma doença pior ainda ou pra... né. A [professora

readaptada V] eu sei que foi é... estresse mesmo, por questão né... ela saiu por causa de aluno. Que eu saiba o [professor readaptado S] foi também por depressão por causa de aluno, o [professor readaptado R] também, né. A [professora readaptada F] é porque ela tem um problema na perna, o [professor readaptado R] também, mas o [professor readaptado R] foram os dois, entendeu, o físico e... eu não falei da depressão, né, eu falei do estresse, mas não falei da depressão aquela hora que você perguntou, da primeira pergunta? Eu não lembro.

P. Acho que chegou... mas eu ponho também.

EE. Também você põe lá, tá. E... agora a... pra eles voltarem, eles teriam que ter um ótimo trabalho com psiquiatra, entendeu. Uma melhoria... como que eu vou dizer?... eu não sei se a palavra é eficaz seria a correta. Uma melhoria assim... muito... bem feita, eu não sei explicar. Daí sim eles voltariam, mas... nós temos professores aqui que, né, eu acho que eles deram a vida pela prefeitura... e quando viram... né. Que nem eu que fiquei substituindo direção muito tempo, eu tive um casamento destruído por viver na escola, entendeu. Então, é... eu dei minha vida, pra, pra escola, é... e eu não... não é eu não sei trabalhar diferente, você tem que aprender ser diferente, se não você não volta mais pra escola, não volta mais pro trabalho que você tem, entendeu. E muitas vezes a prefeitura ajuda o professor a não voltar mais, né, por uma série de questões que eu já falei, algumas eu nem citei, mas... eu tenho um grau muito grande de esquecimento, coisa que eu não tinha, né. E... não foi só a prefeitura, mas muitas das coisas foi da prefeitura.

P. Você trabalhou em outra rede também ao não ser da prefeitura?

EE. Não. Eu trabalhei na rede particular, né. Mas daí, quando eu me casei, é... quando eu trabalhava na rede e no particular, eu era solteira. Quando eu me casei, eu tive que decidir por uma delas. Então, eu fiquei na rede só. Só na prefeitura.

P. Você era professora de que... de primeiro a quinto?

EE. De primeiro a quinto. Fui professora de... na rede na pré escola, né, e de primeiro ao quinto. E na rede particular eu dava aula pra segunda e terceira série.

P. Quanto tempo você foi professora, que deu aula, né?

EE. De 83 a 93. Dez anos. Aí depois eu prestei o concurso, em 92. Final de 92 teve o concurso. Pra [EE], daí em 93 eu assumi uma escola.

P. Hum hum, acho que é isso. Eu fiz as questões juntas.

EE. Bom, se faltar alguma coisa depois você fala.

P. E... eu to, eu to observando, né. E... mesmo o professor, porque o professor fala, né, e quando eles, eles estão ali na sala, eles falam bastante coisas, mas a principal coisa que ele fala é sobre o aluno, né. E você vê que a preocupação dele é tão forte, né, pela aprendizagem do aluno, que ele fica muitas vezes muito frustrado por causa do aluno não...

EE. não se interessar.

P. Não se interessar, né, que eu acho que é... que isso influencia bastante. E...

EE. É verdade, isso, isso pega muito, muito o professor. Porque... eu não vou dizer que não tenha em nenhuma escola. Eu to falando dessa realidade porque nós estamos aqui, né. É... aluno... ele... tem aluno que não está interessado em saber ler e escrever, entendeu. Parece que ele vem, por causa do

bolsa família mesmo, por causa disso, entendeu. E... vendo que ele é mandado desse jeito pra escola, por causa disso você tem que ir, se não eu perco a bolsa família, né, ou se não você vai ser levado pelo conselho tutelar, né, se você faltar, é... essa obrigatoriedade dele vir pra escola e com que, faz com ele assim... não demonstre que ele queira aprender e tal. A escola deveria ser vista por ele e pelos pais dessa forma, não pra ganhar um prêmio, então se eu não faltar minha mãe ganha o bolsa família, né. Se eu for pra escola o conselho não vai bater e encher o saco da minha mãe. Não vai bater em casa e encher o saco da minha mãe. Eu to indo pra escola. Entendeu. Então, são formas de ajudar o povo? São, tá. Mas do jeito que ela é colocada... o bolsa família deveria ser assim, você ter boas notas, né, e ter uma boa frequência... Mas assim, você chega num, num, num patamar, que você assim, só passa aquele aluno, porque ele não dar mais nada aqui... né. Ou de outra forma é assim, aquela questão que ele fala sempre no Estado, né. É... a progressão continuada. Porque... eu vou passar mesmo. Aqui eles sabem, tem muitos alunos que sabem que eles vão passar mesmo. Então, é assim... eu vejo o professor muito desvalorizado, né. E o aluno, eu posso tudo. Eu não preciso fazer nada, né. Eu posso ir lá atormentar meu professor, que não vai acontecer nada comigo, né. Não tem como ele me por pra fora, por mais que o Conselho Tutelar fale que tem. Não tem. Nada que me ponha pra fora, não tem nada que ajude ao professor para me tirar daqui. Mãe também que não vai atrás de nada pro filho. Eu quando eu fui, quando eu fui, quando eu fui chamada na escola do meu filho, uma escola particular, que estavam mandando meu filho pra fora, eu tive que ir atrás de outra escola, entendeu. E eu não... e era escola particular. Então, meu filho não ia lá na escola pra bater boca com o professor. Ele nunca bateu boca com professor. Só que ele com a espiritualidade dele, é uma gracinha em cima da outra, e ele tava sempre levando a culpa do outro. Podia tá aquela turminha, quem fez? Foi o [filho], né. Tinha uma vez que ele não tinha ido pra escola, eles ligaram em casa pra falar com o [filho], com a mãe do [filho]. Mas o [filho] não foi hoje. “ah é...”

[o nextel dela tocou]

EE. Dá uma licença, deixa eu ver...

[Depois disso, conversamos uns 5 minutos informalmente e finalizamos a entrevista]